

**PEDRO PAULO TELLES LEÃO**

**INSERÇÃO URBANA E CONDIÇÕES DE VIDA DE FAMÍLIAS MIGRANTES  
EM CIDADES MINERADORAS: O CASO DE VILA SERRINHA EM  
MARIANA, MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Master Scientiae*.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Neide Maria de Almeida Pinto

**VIÇOSA – MINAS GERAIS**

**2024**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de  
Viçosa - Campus Viçosa

T

L437i  
2024  
Leão, Pedro Paulo Telles, 1995-  
Inserção urbana e condições de vida de famílias migrantes em  
cidades mineradoras: o caso de Vila Serrinha em Mariana, MG / Pedro  
Paulo Telles Leão. - Viçosa, MG, 2024.  
1 dissertação eletrônica (116 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexo.

Inclui apêndices.

Orientador: Neide Maria de Almeida Pinto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,  
Departamento de Serviço Social, 2024.

Referências bibliográficas: f. 96-101.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2024.601>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Direito à moradia - Viçosa (MG). 2. Minas e recursos minerais  
- Viçosa (MG) - Aspectos sociais. 3. Viçosa (MG) - Emigração e  
imigração. I. Pinto, Neide Maria de Almeida, 1967-. II. Universidade  
Federal de Viçosa. Departamento de Serviço Social. Programa de Pós-  
Graduação em Economia Doméstica. III. Título.

CDD 22. ed. 307.336


Bibliotecário(a) responsável: Euzébio Luiz Pinto CRB-6/3317

**PEDRO PAULO TELLES LEÃO**

**INSERÇÃO URBANA E CONDIÇÕES DE VIDA DE FAMÍLIAS MIGRANTES EM  
CIDADES MINERADORAS: O CASO DE VILA SERRINHA EM MARIANA, MG**


Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, para obtenção do título de *Master Scientiae*.

Aprovado em: 27/06/2024

Documento assinado digitalmente  
 **PEDRO PAULO TELLES LEAO**  
Data: 20/09/2024 11:25:40-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Pedro Paulo Telles Leão  
(Autor)

Documento assinado digitalmente  
 **NEIDE MARIA DE ALMEIDA PINTO**  
Data: 23/09/2024 11:00:47-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Neide Maria de Almeida Pinto  
(Orientadora)

## **AGRADECIMENTOS**

Com muita alegria demonstro aqui os meus sinceros agradecimentos a pessoas especiais na minha vida, e que me acompanharam ao longo desses anos contribuindo para que esse trabalho fosse possível.

Agradeço primeiramente à minha família por todo cuidado e zelo, mesmo com a distância geográfica, que muitas das vezes é tão angustiante. Em especial, agradeço à minha mãe, Vânia Telles, por toda a contribuição, incentivo e amor ao longo de toda a minha trajetória.

Agradeço à equipe do CRAS Cabanas pelo incentivo desde as primeiras inquietações em conhecer a realidade das famílias migrantes para a Vila Serrinha, pela valiosa contribuição na entrada em campo e na aplicação dos questionários, e por todos os momentos de alegria compartilhados.

Aos amigos de trabalho vinculados à proteção social especial de alta complexidade pela acolhida, confiança, compreensão e por cada gesto de preocupação no decorrer deste percurso.

Agradeço à Secretária Municipal, Daniely Alves, por todo apoio e busca por melhorias no âmbito das políticas sociais, compreendendo a importância de estudos centrados no contexto da mineração e aumento populacional em Mariana.

Agradeço a todos os amigos que fiz durante os estudos na UFV, especialmente à amiga Anna Karolyne, por todo o acolhimento, amizade e companheirismo nas idas e vindas entre Mariana-Viçosa, e por todos diálogos ao longo desse período. Você fez toda a diferença.

Agradeço especialmente à professora Neide, minha orientadora, por seu apoio em diferentes etapas, desde o meu ingresso no Programa. Sou grato por todos ensinamentos sobre temas fundamentais para concretização desse estudo, proporcionados através de trocas enriquecedoras durante orientações e aulas ministradas. Agradeço também pela confiança, parceria e compreensão.

Agradeço a todos professores da UFV, cujos ensinamentos pude desfrutar, em especial a professora Ana Louise pela calorosa recepção ao Programa e por transmitir o conhecimento de metodologia científica com brilhantismo e entusiasmo.

Agradeço a todos aqueles que contribuíram no fornecimento de dados secundários, em especial às agentes de saúde da UBS do Bairro Cabanas e ao gestor do Cadastro Único, Tiago.

Por fim, agradeço a todos os participantes da pesquisa por me receberem e se envolverem neste estudo. Sem vocês, esse trabalho não seria possível! É por vocês que ele faz sentido, na esperança de contribuir para a melhoria das condições vivenciadas.

## RESUMO

LEÃO, PEDRO PAULO TELLES. M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, maio de 2024. **Inserção urbana e condições de vida de famílias migrantes em cidades mineradoras: o caso de Vila Serrinha em Mariana, MG.** Orientadora: Neide Maria de Almeida Pinto.

O acesso à moradia pelas famílias pobres enfrenta diversas barreiras, evidenciando os problemas urbanos e sociais presentes em uma sociedade capitalista, cuja produção de riqueza não é redistribuída. Nas cidades mineradoras, essa situação se agrava, evidenciando as desigualdades enfrentadas pelas camadas mais pobres, cujas famílias não conseguem se manter na “cidade legal”, com serviços públicos e infraestrutura, e necessitam se deslocar para áreas periféricas, na “cidade ilegal”, carentes desses recursos. Neste contexto, esse estudo teve como objetivo compreender como famílias migrantes com diferentes trajetórias e ocupações profissionais se inserem em cidades com atividades mineradoras, considerando sua condição de informalidade. Nesse processo, o estudo propõe caracterizar a condição de migrantes das famílias em termos das suas trajetórias, os aportes acionados para a sua reprodução social, e as condições vivenciadas no acesso à cidade e na superação da sua condição de marginalização. O estudo toma como base a realidade da cidade de Mariana, MG, com delimitação do território da Vila Serrinha para realização da coleta de dados primários junto às famílias que se organizam na informalidade e na precariedade do território estabelecido. Busca-se, portanto, apresentar a realidade dessas famílias, suas trajetórias e o processo de acesso à terra/moradia. Esse contexto está associado à atuação das mineradoras em cidades brasileiras que desempenham um papel ativo no processo de urbanização e na formação dos loteamentos irregulares. Muitas famílias de baixa renda migram para essas áreas em busca de oportunidades de vida e trabalho. O estudo abrangeu 50 moradias do território, que representam 50 famílias e 138 indivíduos, a para coleta de dados, foi realizada por meio da técnica de entrevistas e sistematizadas por análises descritivas. Os resultados apontaram que as famílias possuem origens diversas, todavia, na maioria das vezes com experiências prévias em outros bairros da cidade antes de migrarem para a Vila Serrinha. Constatou-se que a maior parte das famílias estão associadas às menores rendas, com até 2 salários mínimos (66% do grupo). Embora a maioria das famílias residam em moradias próprias, a maioria não possui registro de propriedade, já que os imóveis foram adquiridos por meio de transações e relações informais. Na maioria das vezes essas moradias são pequenas, sem acabamentos, e de precárias infraestruturas. Nesse processo de acesso à terra/moradia as famílias se constituem como agentes ativos no processo de autoconstrução, sem qualquer contrapartida pelo poder público e contando com escassa rede de vizinhança ou familiar no momento de chegada no bairro. A condição de migrante está associada a vivências de risco e ausências de infraestrutura e redes de serviços públicos. Entende-se, portanto, que a condição de migrante em Mariana impõe-se como uma necessidade para as famílias deixarem suas condições anteriores em busca de uma nova oportunidade de moradia na Vila Serrinha.

**Palavras-chave:** famílias migrantes, moradias irregulares, autoconstrução, cidades mineradoras, loteamentos irregulares

## ABSTRACT

LEÃO, PEDRO PAULO TELLES. M. Sc., Federal University of Viçosa, May 2024. **Urban insertion and living conditions of migrant families in mining cities: the case of Vila Serrinha in Mariana, MG.** Advisor: Neide Maria de Almeida Pinto.

Access to housing by poor families faces several barriers, highlighting the urban and social problems present in a capitalist society, where wealth production is not redistributed. In mining cities, this situation worsens, highlighting the inequalities faced by the poorest layers, whose families are unable to maintain themselves in the “legal city”, with public services and infrastructure, and move to peripheral areas, in the “illegal city”, care of these resources. In this context, this study aimed to understand how migrant families with different trajectories and professional occupations fit into cities with mining activities, considering their informality. In this process, the study proposes to characterize the condition of migrant families in terms of their trajectories, the contributions used for their social reproduction, and the conditions experienced in accessing the city and overcoming their condition of marginalization. The study is based on the reality of the city of Mariana, MG, with the delimitation of the territory of Vila Serrinha to collect primary data from families that organize themselves in informality and in the precariousness of the established territory. The aim, therefore, is to present the reality of these families, their trajectories and the process of accessing land/housing. This context is associated with the activities of mining companies in Brazilian cities, which play an active role in the urbanization process and in the formation of irregular subdivisions. Many low-income families migrate to these areas in search of life and work opportunities. The study covered 50 homes in the territory, representing 50 families and 138 individuals. Data collection was carried out using the interview technique and systematized by descriptive analyses. The results showed that the families have diverse origins, however, most of the time they have previous experiences in other neighborhoods of the city before migrating to Vila Serrinha. It was found that most families are associated with the lowest incomes, with up to 2 minimum wages (66% of the group). Although the majority of families live in their own homes, the majority do not have property registration, as the properties were acquired through informal transactions and relationships. Most of the time these houses are small, unfinished and have poor infrastructure. In this process of access to land/housing, families constitute themselves as active agents in the self-construction process, without any compensation from the public authorities and with a scarce neighborhood or family network upon arrival in the neighborhood. Being a migrant is associated with experiences of risk and a lack of infrastructure and public service networks. It is understood, therefore, that the migrant condition in Mariana is a necessity for families to leave their previous conditions in search of a new housing opportunity in Vila Serrinha.

**Keywords:** migrant families, irregular housing, self-construction, mining cities, irregular subdivisions

## LISTA DE TABELAS

	<b>Página</b>
Tabela 1 - Operacionalização dos objetivos específicos .....	21
Tabela 2 - Origem das famílias. ....	54
Tabela 3 - Relação de tempo das famílias na cidade com o tempo na moradia.....	55
Tabela 4 - Mudanças realizadas pelas famílias (quantidade e localidade). ....	57
Tabela 5 - Relação de indivíduos por ciclo geracional e sexo. ....	58
Tabela 6 - Perfil socioeconômico das famílias (tipo e renda) residentes no bairro Vila Serrinha, em Mariana, MG.....	59
Tabela 7 - Perfil socioeconômico das famílias, segundo modelos de família e renda. ....	61
Tabela 8 - Perfil socioeconômico das famílias quanto à escolaridade e ocupação. ....	62
Tabela 9 - Tempo de atuação e quantitativo de experiências no trabalho na mineração. ....	64
Tabela 10 - Relação de tempo das famílias na cidade com o tempo na moradia.....	64
Tabela 11 - Perfil socioeconômico das famílias (Cor/raça e religião). ....	66
Tabela 12 - Perfil socioeconômico das famílias entrevistadas (fonte de renda e principais gastos). ....	67
Tabela 13 - Relação da renda familiar com a realização de empréstimos (últimos 5 anos) .	68
Tabela 14 - Valor médio de investimento das famílias nas diferentes situações. ....	71
Tabela 15 - Número de Cômodos e Pavimentos das moradias. ....	73
Tabela 16 - Relação de cômodos com quantidade de integrantes nas famílias .....	74
Tabela 17 - Materiais predominantes nas edificações das moradias pesquisadas.....	76
Tabela 18 - Materiais predominante nas edificações das moradias . ....	78
Tabela 19 - Relação de tempo das famílias na cidade com o tempo na moradia.....	81
Tabela 20 - Relação de tempo das famílias na cidade com o tempo na moradia.....	83
Tabela 21 - Relação das famílias com as políticas sociais.....	89
Tabela 22 - Satisfação com a localidade.....	90

## LISTA DE FIGURAS

	<b>Página</b>
Figura 1 - Diagrama do aglomerado urbano Ouro Preto, Mariana e Itabirito. ....	13
Figura 2 - Reassentamento Novo Bento Rodrigues. ....	16
Figura 3 - Imagem de satélite (Google Earth) – Vila Serrinha, “Cidade Alta”, 2024.....	17
Figura 4 - Imagem de satélite (Google Earth) – Cidade de Mariana, MG, 2022. ....	44
Figura 5 - Principais acessos à região central da Vila Serrinha.....	45
Figura 6 - Identificação das diferentes áreas da Vila Serrinha .....	45
Figura 7 - Acesso à Vila Serrinha pelo cruzamento com a estrada rural. ....	46
Figura 8 - Trilhas de acesso entre duas áreas da Vila Serrinha .....	46
Figura 9 - Elementos que dão identidade à parte alta da Vila Serrinha.....	47
Figura 10 - Moradias das áreas mais distantes.....	48
Figura 11 - Imagem de satéliteda Vila Serrinha nos ano de 2019-2023. ....	49
Figura 12 - Adaptações nas estradas realizadas pelos moradores. ....	50
Figura 13 - Adequações na iluminação das ruas realizada pelos moradores. ....	51
Figura 14 - Acúmulo de lixo em uma das entradas de acesso à Vila Serrinha. ....	51
Figura 15 - Escoamentos à ceu aberto. ....	52
Figura 16 - Tempo de Residência das famílias em Mariana, MG.....	55
Figura 17 - Motivação para a mudança para Vila Serrinha.....	56
Figura 18 - Relação das famílias unipessoais e monoparentais com sexo do representante familiar.....	59
Figura 19 - Benefícios recebidos no trabalho na mineração.....	65
Figura 20 - Tempo que as famílias habitam na moradia no bairro Vila Serrinha: .....	70
Figura 21 - Variação de valores (R\$) de investimentos pelas famílias. ....	72
Figura 22 - Areas externas demarcadas como espaço a serem utilizados. ....	75
Figura 23 - Tempo de construção das moradias até serem habitadas. ....	77
Figura 24 - Situações de risco presentes na Vila Serrinha, segundo o Plano Municipal de Redução de Risco.....	78
Figura 25 - Área rochosa e mais elevada da Vila Serrinha.....	79
Figura 26 - Recebe amigos/familiares na residência.....	82
Figura 27 - Igreja evangelica edificada na Vila Serrinha. ....	84
Figura 28 - Relação de atendimento às famílias pelas políticas sociais. ....	85
Figura 29 - Relação de homens e mulheres com os diferentes serviços.....	88

# SUMÁRIO

	Página
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
1.1 Contextualização e delimitação do problema de pesquisa.....	11
2.2 Objetivos da pesquisa .....	17
2.2.1 Objetivo geral.....	17
2.2.2 Objetivos específicos.....	17
2.3 Procedimentos metodológicos .....	18
2.4 Aspectos éticos da pesquisa.....	23
2.5 Estruturação da dissertação.....	24
<b>3 A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO CONTEXTO DAS CIDADES MINERADORAS: UMA REVISÃO TEÓRICA</b> .....	<b>25</b>
3.1 A urbanização brasileira: o contexto pretérito e contemporâneo .....	25
3.2 A produção do espaço urbano no contexto das atividades da mineração .....	29
3.3 A autoconstrução e a atuação do Estado nas cidades mineradoras.....	35
<b>4 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO BAIRRO VILA SERRINHA: CONTEXTO HISTÓRICO E AS CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURAS URBANAS</b> .....	<b>42</b>
4.1 O contexto sóciohistórico de Mariana: .....	42
4.2 O bairro de Vila Serrinha .....	43
4.3 Condições de infraestruturas urbanas .....	50
<b>5 TRAJETÓRIAS FAMILIARES, CONDIÇÕES HABITACIONAIS E REDES FAMILIARES, DE VIZINHANÇA E INSTITUCIONAIS</b> .....	<b>54</b>
5.1 Trajetória migratória e origem das famílias .....	54
5.2 As condições socioeconômicas das famílias .....	58
5.3 As condições habitacionais das famílias em Vila Serrinha .....	69
5.4 Redes familiares, de vizinhança e institucionais .....	80
5.5 O acesso à cidade: possibilidades e limites.....	85
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>91</b>
<b>7 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>96</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>102</b>
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	102
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA.....	105
ANEXOS C - PARECER CEP.....	111

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento urbano no Brasil tem sido historicamente caracterizado por sua natureza excludente, refletindo a dependência na qual o país está inserido, uma realidade a qual perpassa a maioria dos países da América Latina. Neste contexto, as nações são moldadas pela dependência e pela industrialização tardia, resultando em repercussões significativas para a formação desses países, que se constituem de maneira subordinada às regras e interconexões dos países desenvolvidos, culminando em um processo de urbanização periférica. Estudiosos como Santos (1993) e Kageyama (2008), ao examinarem a urbanização e a configuração do território brasileiro, destacam que essa dependência é inerente à gênese do país, onde a urbanização se submete a determinações econômicas que influenciam a construção do espaço e as relações socioeconômicas estabelecidas.

Neste contexto, o desenvolvimento territorial brasileiro acontece de maneira alinhada ao desenvolvimento dos nexos econômicos, resultando em uma construção e reconstrução do território, assim como uma distribuição desigual da riqueza produzida. A segregação, portanto, é, uma expressão dessas disparidades, uma realidade que limita as possibilidades de reprodução de vida da população empobrecida. Essa população é privada da apropriação da riqueza socialmente produzida e do acesso à cidade, experimentando diversas facetas da “questão social”<sup>1</sup>, as quais são agravadas em contextos de atividades extrativistas de mineração.

Como uma tendência intrínseca a esse processo de urbanização, observa-se a implementação de lógicas voltadas para o lucro e em prol do setor privado na configuração do espaço, resultando, entre outras consequências, no deslocamento da população mais empobrecida para áreas precarizadas em termos de serviços públicos e infraestrutura. Em geral, as comunidades mais carentes estabelecem-se à margem da formalidade legal e do mercado, obtendo acesso à terra e habitação em condições de habitabilidade substancialmente inferiores. Por outro lado, nas áreas urbanas regularizadas, é comum encontrar populações mais privilegiadas, desfrutando de

---

<sup>1</sup> A “questão social” consiste no objeto de trabalho do Serviço Social, entendido como as mazelas da sociedade, ou conjunto de expressões oriundos da relação entre as classes, ou seja, da relação entre a classe trabalhadora e o capital, como desemprego, violência, pobreza e outros (Iamamoto; Carvalho, 2005)

melhores serviços públicos e infraestrutura. Nessas regiões, as medidas implementadas pelo Estado frequentemente beneficiam os atores alinhados ao capital, seguindo lógicas voltadas para o lucro e favorecendo o setor privado.

Desde os tempos da colonização a mineração tem ditado os rumos da ocupação do território brasileiro e influenciado na dinâmica do espaço urbano. Daquela época, quando grande parte das riquezas foram apropriadas pela coroa portuguesa, o solo fértil e a grande riqueza mineral têm trazido impacto ao processo de construção do espaço urbano (KAGEYAMA, 2008).

No caso de Minas Gerais, o Estado se constituiu a partir da atividade minerária com a gênese na atividade de mineração do ouro em Mariana, a qual influenciou de forma decisiva para o processo de urbanização da cidade, da região e do país. Atualmente, a atividade continua hegemônica sobre o território, hoje com a mineração do ferro (BERTOLLO, 2018).

Contudo, como reflexo dessas contradições, a riqueza proveniente da atividade mineradora não é distribuída de maneira justa na sociedade. Como resultado desse cenário, uma parte substancial da população, excluída do acesso a essa riqueza, migra para as periferias urbanas, buscando estabelecer-se em novos territórios como uma estratégia para garantir a subsistência. Em Mariana, MG, isso se traduz na expansão de áreas caracterizadas pela informalidade e precariedade, que contrastam com a formalidade da cidade tradicional e seu Centro Histórico, remanescentes dos tempos coloniais.. Via de regra, nas cidades com atividade mineradora, observa-se um fluxo migratório de famílias atraídas pelas oportunidades de trabalho e de vida proporcionadas pelo setor. Assim, parte delas se estabelecem em bairros irregulares na expectativa de melhores oportunidades.

É dentro deste escopo que se constituiu a pesquisa, no qual buscou-se a análise das condições de moradia dos residentes do bairro Vila Serrinha, com ênfase na identificação do perfil das famílias, das políticas sociais acessadas por essas famílias e como se relacionam com as oportunidades de trabalho, especialmente aquelas ligadas às atividades mineradoras, que se apresenta como atividade hegemônica que impacta diretamente a reprodução social dessas famílias. Para tanto, o recorte da pesquisa se deu em Mariana, MG. no bairro de Vila Serrinha, território que se expande na informalidade e precariedade. O bairro se manifesta como expressão das desigualdades presentes em uma sociedade capitalista em que a mineração expressa seu domínio e a segregação socioespacial se manifesta como

um fenômeno. A segregação socioespacial é compreendida aqui, como a dimensão espacial do processo de dominação e exclusão social<sup>2</sup>, que faz separar por aspectos econômicos, políticos, ideológicos, privando a população empobrecida de áreas, como bairros ou regiões valorizadas por meio de processos capitalistas, tendo que alocar em áreas que carecem de regularização social e ambiental, serviços, infraestruturas e empregos, territórios que são marcados pela precariedade urbanística, mobilidade restrita e ausências (Maricato, 2000; Negri, 2008; Vilaça, 2011).

### **1.1 Contextualização e delimitação do problema de pesquisa**

Historicamente, a atividade de mineração tem exercido uma forte influência no processo de formação dos territórios, e isso é particularmente relevante no contexto brasileiro. Este fator desempenha um papel importante na consideração do povoamento do país, sua expansão territorial, desenvolvimento regional, relações e integrações regionais, bem como o desenvolvimento da urbanização. Todos esses aspectos são impulsionados pelos fluxos econômicos resultantes de cada ciclo produtivo ou fase do processo extrativista (BERTOLLO, 2018). Neste contexto, Simonato et al. (2017) analisam, o processo de mineração em Minas Gerais, em que a configuração territorial e povoamento são estimulados pela atividade econômica, caracterizada como de alta intensidade de capital não socializado, capaz de transformar e destruir o espaço urbano, locus para produção e de reprodução social, e intensificador das desigualdades sociais.

No Quadrilátero ferrífero, a região localizada no centro-sul do estado de Minas Gerais, concentra a maior produção de minério de ferro do país, que é marcada pela expansão urbana, trazendo como consequência, o crescimento dos aglomerados urbanos informais nas cidades que compõem a região. Estes aglomerados estão presentes na capital mineira, cujas conformações dão lugar às ocupações irregulares,

---

<sup>2</sup> O processo de exclusão social se agudiza a partir do aprofundamento das diferentes expressões da desigualdade social que assola parcela da população, conforme aponta Koga (2003). Conforme a autora, "os parâmetros da exclusão social são determinados por um rol de caracterizações destituidoras. Trabalha-se com a visão de inclusão mais como sinônimo de poder aquisitivo ou riqueza simplesmente capaz de adquirir serviços no mercado: educação, saúde, habitação, lazer, etc. Ou de autosuprimento de condições de vida, independentemente do Estado, e, portanto, que não necessita dos seus serviços" (KOGA, 2003, p. 244).

os quais se caracterizam pela ausência da posse formal da terra, fragilidades sociais, precariedades e conflitos de interesses (MOURA, et al., 2021).

No caso de Mariana, em Minas Gerais, o capital proveniente do mercado extrativista se integra à dinâmica global da mundialização do capital, e isso se reflete no mercado imobiliário da cidade, ampliando as expressões da "questão social". Isso inclui desafios como a problemática habitacional e a crescente demanda por acesso a políticas sociais. Uma parte da população, especialmente famílias empobrecidas, enfrenta dificuldades significativas para garantir moradia devido aos altos custos habitacionais, buscando soluções precárias. Em meio a esse contexto, a mineração representa um legado cultural para Mariana, desempenhando um papel fundamental na história da cidade e do estado de Minas Gerais. Mariana foi o primeiro aglomerado urbano a ser elevado à categoria de cidade na região, sendo um polo da mineração de ouro no século XVIII e um importante centro religioso, contribuindo significativamente para a dinâmica e urbanização da América portuguesa (SIMONATO et al., 2017). No estado, a mineração está intimamente ligada ao intenso processo de urbanização e determina os rumos do desenvolvimento econômico e regional. Os autores destacam que a atividade extrativista mineral possui uma influência singular na construção, transformação e, na maioria das vezes, destruição do ambiente urbano, evidenciando que o processo de urbanização muitas vezes não incorpora todos os seus custos.

Ao longo do processo de formação sócio-histórico de Mariana, detecta-se uma preocupação do Poder Local com o espaço construído da cidade através de ações da Câmara Municipal, inicialmente com as sesmarias doadas pela Coroa portuguesa à Câmara e, posteriormente, com o espaço construído da cidade, ao longo do século XVIII, que buscava manutenção e fiscalização do lugar e formas de construções em uma perspectiva higienista, de limpeza das ruas e das casas. A intenção era de se alinhar a esses moldes, as legislações construídas para a cidade em processo de urbanização. Essas ações buscaram a realização de construções, reformas, obras de infraestrutura, vendas e doações de lotes, objetivando o controle do espaço de maneira harmônica e especulativa, indo de encontro com os interesses da população mais empobrecida que tende a buscar novas estratégias para burlar as normas estabelecidas (BORSOI, 2011).

As transformações significativas ocorridas no espaço urbano de Mariana em meados do século XX acompanharam o cenário geral de urbanização do país movido

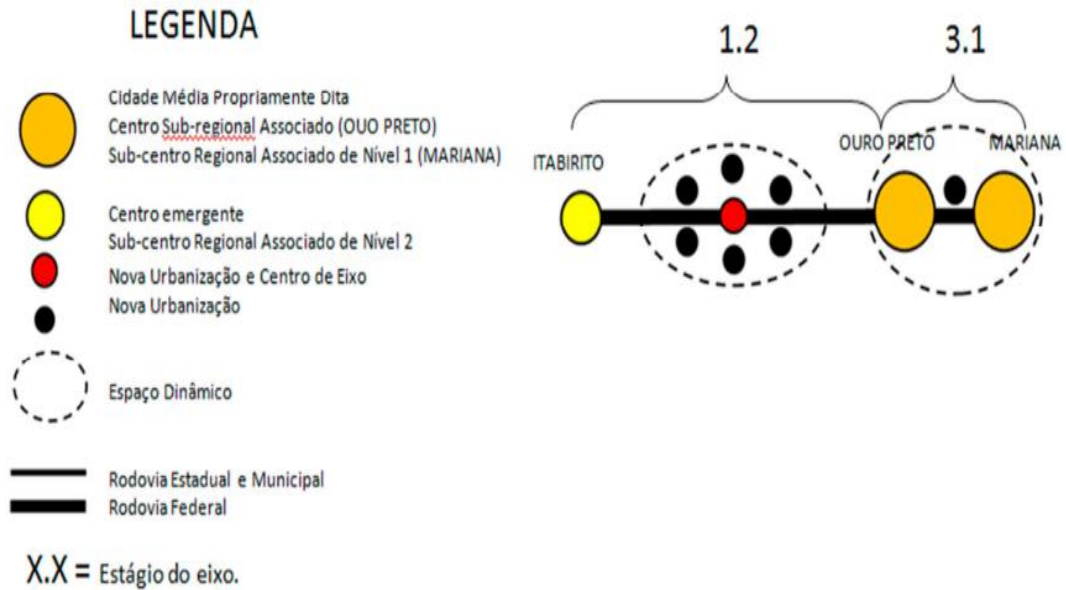
por fatores econômicos, quando a cidade se insere e intensifica uma nova etapa de exploração mineral, a mineração do ferro (OLIVEIRA, 2018). Nos anos de 1960 a 1990, Mariana circunscreve-se a um período pós estagnação do ciclo do ouro e início da nova fase da mineração do ferro, com a chegada das novas mineradoras, em que o espaço físico da cidade e espaço sócio simbólico são reconfigurados (JÚNIOR, 2007). Para o autor, a cidade se estabelece de maneira fragmentada, marcada por distinções entre o barroco histórico e a cidade nova. Durante a fase da extração do ouro, foi estabelecido o centro histórico e tradicional da cidade, enquanto que na fase da mineração do ferro, caracteriza-se pelo surgimento de uma nova cidade, com a abertura desordenada e precária de bairros periféricos, como os bairros Cabanas e Santo Antônio. Estes bairros frequentemente foram beneficiados por políticas clientelistas.

Mariana, assim como Itabirito e Ouro Preto, cidades que juntas compõem a sub-região do Quadrilátero Ferrífero, estão entre os 3.709 municípios brasileiros com loteamentos irregulares e/ou clandestinos e entre os 859 municípios com presença de ocupações de terrenos ou prédios por movimentos de moradia. Neste contexto, Mariana e Ouro Preto constituem o núcleo central da sub-região, cidades em processo de conurbação<sup>3</sup> como resultado do crescimento dos territórios periféricos das duas cidades, conforme diagrama esquematizado por Conti et al. (2017) na figura 1, a seguir. Para os autores, no eixo de Ouro Preto e Mariana, existem duas áreas centrais de aglomeração: o distrito de Passagem de Mariana e o bairro Liberdade, pertencente a Ouro Preto. Essas regiões têm apresentado significativas novas urbanizações, mas a conurbação não se concretizou devido às condições físicas-geográficas que dificultam a ocupação do solo.

Figura 1 - Diagrama do aglomerado urbano Ouro Preto, Mariana e Itabirito.

---

<sup>3</sup> Processo de transformação em que se expandem as cidades absorvendo os núcleos urbanos em volta e se vinculando para além dos limites político-administrativos, físico e socioeconômico (VILLAÇA, 2001).



Fonte: Extraído de Conti et al. (2017, p. 15).

A análise das reconfigurações do arranjo espacial de Mariana foi abordada por Oliveira (2018), com foco no centro histórico da cidade. O estudo visou compreender as implicações culturais decorrentes da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Para tanto, o trabalho considerou as características estéticas que porta a cidade fazendo remontar ao período colonial que outrora expressou sua estagnação sofrida frente ao período de esgotamento das atividades de extração do ouro e esvaziamento da população residente nas regiões das mineradoras. Segundo ele, transformações significativas aconteceram em meados do século XX, acompanhando o cenário geral de urbanização do país movido por fatores econômicos, quando Mariana se insere e intensifica uma nova etapa de exploração mineral, a mineração do ferro. Nesta fase, a cidade novamente passa a atrair trabalhadores do campo e de outras regiões e assim, passa a ser alvo de programas de financiamentos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e de construções habitacionais pelas empresas de mineração para alocação dos trabalhadores. Estas foram implementadas em vilas habitacionais com infraestrutura básica e construídas deslocadas do centro da cidade. No entanto, segundo Oliveira (2018), as medidas pós-tombamento em Mariana, a reconfiguração da atividade minerária, e a incorporação pelo governo de medidas clientelistas, afetaram diretamente a classe empobrecida que passaram a residir nos morros e encostas de rios. Esta realidade foi explorada pelo autor, que trouxe ao foco a realidade de três bairros do município, a

saber, Santo Antônio, São Gonçalo e Rosário, marcados por moradias de baixo custo e situações de riscos.

Para Bertollo (2018), nos anos atuais, em Mariana, o monopólio de grandes empresas extrativistas e a influência da atividade de extração no setor de serviços urbano, refletem sobre as expressões da “questão social”, de maneira intensificada em detrimento da atividade de mineração. Esta teria no rompimento da barragem em Mariana ocorrido em 2015, um ‘crime continuado’, cuja destruição atinge a história e a cultura dos locais atingidos. Para Passos et al. (2017), que também analisaram a mineração no território de Mariana, o rompimento da barragem impõe um novo modelo exploratório, no contexto de acumulação capitalista. Neste modelo, o capital impõe sua dominação acarretando a perda de direitos para a população que habita em suas áreas de interesse, ou tenham que ser removidos, a exemplo do que aconteceu nos subdistritos atingidos de Bento Rodrigues e Paracatu.

Atualmente, a atividade de mineração em Mariana continua sendo um ponto focal de preocupação e geração de debates, com as operações retomando completamente após o período pandêmico da COVID-19. Esta atividade mantém sua hegemonia sobre a cidade, agora em um contexto pós atos criminosos do rompimento da barragem ocorrido em 2015, contando com autorização legal para expandir suas atividades. Reis e Santos (2022) observam que a busca pela ampliação da lucratividade prevalece sobre os impactos ambientais, um processo impulsionado pelo interesse demonstrado pelo setor privado na recuperação das áreas afetadas ou pela intensificação da necessidade de retomada produtiva, muitas vezes vista como a única forma de atender às demandas sociais. Dessa forma, a indústria mineradora legitima suas ações.

Nesse contexto, as famílias diretamente afetadas pelo rompimento da barragem aguardam o acesso às moradias no reassentamento Novo Bento Rodrigues (Figura 2), cujas construções encontram-se em fase de finalização, após 9 anos. As moradias que estão sendo edificadas constituem-se de alto padrão. A conclusão do reassentamento é motivo de preocupação entre a população da cidade, pois representa o fim das atividades para algumas empresas construtoras e, conseqüentemente, o fechamento de postos de trabalho. Além disso, há apreensão quanto ao impacto no mercado imobiliário futuro, com a possibilidade de as famílias venderem as moradias após recebê-las, devido ao alto padrão das edificações, que se assemelham a grandes condomínios privados. Existe também a percepção de que

as famílias atingidas possam não se adaptar ao novo contexto, muitas vezes desconectado do ambiente sociocultural e econômico que viviam no antigo território devastado pelo rompimento da barragem. Nesse antigo local, as famílias mantinham vínculos comunitários e de pertencimento, com hortas, quintais, espaços para criações e locais de socialização, entre outros elementos.

Figura 2 - Reassentamento Novo Bento Rodrigues.



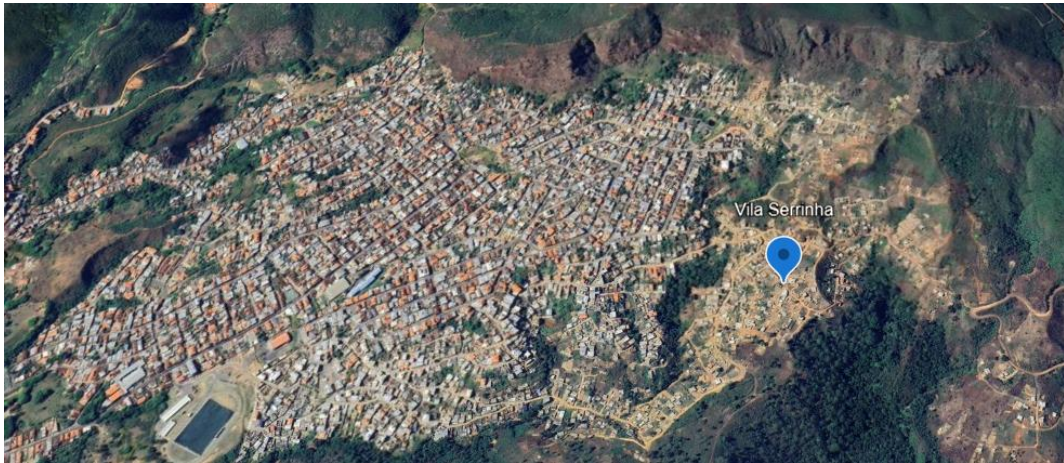
Fonte: dados da pesquisa, 2024.

Neste contexto, governo e mineradoras seguem em discussões no âmbito judiciário buscando reparação dos danos, como também moradores buscam em ações indenizatórias. Ações governamentais de geração de renda, inserção ao mercado de trabalho e programas habitacionais como reforma, subsídio e produção de moradias, são ofertadas por iniciativa do município vinculados à alçada habitacional, da Assistência Social, Cidadania e mobilidade social. Dentre essas ações, pode-se mencionar o Programa recém-aprovado Tarifa Zero, instituído pela lei municipal nº 3.528, de 29 de dezembro de 2021, que prevê subversão financeira para ofertar a gratuidade do transporte público. Entretanto, os serviços públicos vivenciam uma sobrecarga frente ao aumento populacional desordenado, impulsionado pelo aquecimento do mercado de trabalho no pós rompimento (Vasconcelos e Cosentino, 2024).

Tomando o caso de Mariana, MG, esta pesquisa buscou analisar o processo de acesso à terra e as condições de moradia de famílias que migraram para as cidades mineradoras, atraídas pelas oportunidades de trabalho e de vida geradas pelo setor. O recorte empírico, em Mariana, consiste em territórios localizados nas “franjas

urbanas”<sup>4</sup> da cidade, cujos bairros se expandem, dentro de um contexto de informalidade e precariedade. Tomou-se como referência a Vila Serrinha, a Figura 3 mostra a localização espacial captada por imagem de satélite, que se constitui como um território em atual expansão.

Figura 3 - Imagem de satélite (Google Earth) – Vila Serrinha, “Cidade Alta”, 2024.



Fonte: Google Earth (2022).

Assim, a pergunta que dimensiona este estudo é: Como as famílias com origem migratória ocupam e se reproduzem socialmente em um contexto de cidade com atividade minerária?

## 2.2 Objetivos da pesquisa

### 2.2.1 Objetivo geral

Compreender como as famílias migrantes com diferentes trajetórias e ocupações profissionais se inserem em cidades com atividade mineradora, considerando o contexto da Vila Serrinha, em Mariana, MG.

### 2.2.2 Objetivos específicos

---

<sup>4</sup> Utiliza-se o termo “franjas”, urbanas ou periféricas, ao mencionar os territórios localizados nos limites periféricos da área urbana da cidade (consideradas áreas periurbanas).

Caracterizar a condição de migrantes das famílias da Vila Serrinha em termos das suas trajetórias de vida;

Caracterizar as redes familiares, de vizinhança (redes primárias) e institucionais (redes secundárias) acionadas pelas famílias da Vila Serrinha, enquanto aportes para a sua reprodução social;

Descrever como as famílias da Vila Serrinha acessam a cidade, considerando os locais que frequentam e os serviços públicos utilizados, e avaliar em que medida esses aspectos contribuem para superar sua condição de marginalização;

Caracterizar a atividade de mineração enquanto um aporte de oportunidades de emprego e de inclusão social para as famílias da Vila Serrinha.

### **2.3 Procedimentos metodológicos**

Com intuito de compreender como migrantes com diferentes trajetórias e ocupações profissionais se inserem em um contexto de cidades mineradoras, tomou-se como referência o bairro Vila Serrinha, localizado no município de Mariana, MG. A Vila Serrinha está localizada nas “franjas urbanas” do território urbano de Mariana, MG, cidade cujos bairros se expandem como consequência das ações de atores como o capital imobiliário, do próprio Estado e da população migrante pobre, alijada das possibilidades.

A pesquisa caracteriza-se pela abordagem qualitativa, com estatística descritiva simples. Minayo (1994, p. 15), compreende essa abordagem como “o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo”. Para a autora, os dados qualitativos e quantitativos se complementam. Nesse sentido, entende-se que a ênfase deste trabalho se constitui em uma abordagem qualitativa, compreendendo a realidade social com todo seu dinamismo da vida individual e coletiva, ido ao encontro, assim, com o “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, 1994, p. 21-22), no qual se buscou um aprofundamento no fenômeno de estudo.

Classifica-se, ainda, como descritiva-explicativa, se alinhando ao entendimento de Gil (2002), entendendo como capaz de caracterizar determinada população ou fenômeno e estabelecendo relações entre as diferentes variáveis. Nesse sentido, buscou-se explicar os fatores determinantes na ocorrência dos fenômenos, sobretudo, ao propor em analisar a relação entre a moradia em loteamentos irregulares existentes

em cidades marcadas pela mineração e as possibilidades de inserção social e de inclusão no mundo do trabalho.

A pretensão inicial para atingir os objetivos e hipóteses construídas consistia na realização de um estudo de caso, no qual a definição da unidade-caso e determinação do número de casos seria realizado por levantamento prévio realizado por meio do fornecimento de listagem pelos equipamentos públicos, a Unidade Básica de Saúde - UBS, que possui centralidade de atendimentos na localidade, e o Cadastro Único (CadÚnico) do governo federal, vinculados à política de saúde e assistência social, respectivamente. Todavia, a estratégia traçada não foi possível de ser concretizada, tendo em vista a fragilidade dos dados encontrados nesses equipamentos/serviços.

A UBS<sup>5</sup> comunicou que possui o cadastro de apenas 16 famílias, fornecendo o nome do representante familiar e as ruas correspondentes, que totalizaram apenas 7. Isso evidencia que há vastas áreas na localidade sem vínculo institucional com os serviços de saúde, especialmente em relação ao acompanhamento pela equipe básica de saúde, incluindo o agente comunitário de saúde. A partir do Cadastro Único (CadÚnico)<sup>6</sup>, verificamos que apenas 12 famílias têm endereço registrado na Vila Serrinha. Além disso, foi constatado que esse número engloba um total de 26 pessoas, e também foram fornecidos os locais de nascimento dessas pessoas. É, portanto, esse universo que segue como referência empírica, em complemento à apresentação e análise dos resultados da coleta de dados primários.

Sendo assim, como forma de atingir os objetivos propostos e testar as hipóteses elaboradas, e em detrimento a inexistência de listagem consistente das moradias ou famílias existentes na localidade<sup>7</sup>, optou-se pela amostragem não probabilística, a partir do método de amostragem por julgamento/intencional. A partir desta escolha, buscou-se a maior variedade de entrevistados, dispersados nas diferentes áreas do território, até a sua saturação<sup>8</sup>. O método, conforme aponta Babbie (1999), proporciona a seleção da amostra de maneira baseada no conhecimento prévio da população e das metas da pesquisa, sendo caracterizado com menos

---

<sup>5</sup> Dados fornecidos refere-se a maio de 2023.

<sup>6</sup> Dados fornecidos refere-se a abril de 2023.

<sup>7</sup> Buscou-se, também, informações junto à Secretaria Municipal de Obras e Gestão Urbana, além das Secretarias Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, como descrito no decorrer da metodologia e apresentação dos resultados.

<sup>8</sup> Após repetir as idas nas ruas/localidades, agregadas por conglomerados, e ser persistido as frustradas abordagens às moradias/famílias considerando a abrangência de toda extensão territorial.

dispêndios, quando não se há necessidade de representatividade exata da população em estudo. Como forma de suprir as lacunas do método, buscou-se somar ao método, o uso da observação do território, e participante, com as famílias ao longo do território, como forma de “mergulhar na totalidade do fenômeno sob estudo” (BABBIE, 2001, p. 157).

Nesse sentido, esclarece-se que a entrada no campo foi precedida de observação e identificação dos pontos-chaves do território, que teve como ponto inicial as ruas principais de acesso a localidade, adentrando as ruas adjacentes e as localidades mais longínquas. Logo no início da coleta de dados, deparamo-nos com os primeiros desafios, incluindo o elevado número de residências desocupadas, famílias ausentes durante as abordagens, em diferentes dias e horários diferentes, bem como a recusa de alguns moradores em participarem da pesquisa, expressando falta de interesse ou mesmo desconfiança. Isso, mesmo após serem devidamente orientados dos fundamentos e preceitos éticos da pesquisa.

Foram entrevistadas 50 famílias/moradias em toda a extensão do território da Vila Serrinha. Uma parte do questionário abordou as relações de trabalho na mineração, sendo aplicada apenas aos que afirmaram estar atualmente inseridos no mercado de trabalho da mineração ou terem estado nos últimos 5 anos (ou possuir integrante do núcleo familiar inserido nessa condição no mercado de trabalho). Esse critério resultou em uma amostra de 20 entrevistados.

A aplicação dos questionários possibilitou aplicação da técnica *face a face* com os entrevistados, tendo sido realizada também a observação direta e registros fotográficos ao longo do território, para sua melhor apresentação e caracterização. Esta última, entendida por Gil (2008) como a observação espontânea dos fatos, contribuindo assim para melhor compreensão do fenômeno de estudo.

Os dados coletados foram operacionalizados a partir dos objetivos específicos, em diálogo com determinadas variáveis e indicadores, conforme apresentado na Tabela 1, adiante. Nessa construção, cada objetivo específico correspondeu a determinadas fontes de coleta de dados, variáveis e indicadores, com respectivos métodos de coletadas e análise de dados.

Planejava-se o uso dos dados secundários, com base na análise dos micros dados do CadÚncio e Gesuas (*software* utilizado pela política de Assistência

Social/habitação<sup>9</sup>, no município), que somente foram utilizados apenas como complementares. Destaca-se que a obtenção de dados do CadÚnico e Gesuas revelou-se ineficaz como fontes primárias, pois não foi possível obter uma listagem ou acesso a informações sistematizadas e qualificadas sobre a localidade e as famílias, como anteriormente mencionado. Também não foi possível o acesso aos microdados que possibilitasse a filtragem das famílias da localidade delimitada. Desde o início de 2023, a disponibilidade de acesso aos microdados do Cadastro Único, por meio do TabCad, que apresentam uma visão abrangente de toda a cidade, estava comprometida devido à manutenção do site, impedindo a exploração detalhada (microdados).

Tabela 1 - Operacionalização dos objetivos específicos

<b>Objetivo geral:</b> Compreender como as famílias migrantes com diferentes trajetórias e ocupações profissionais se inserem em cidades com atividade mineradora, considerando sua condição de informalidade, no contexto da Vila Serrinha, em Mariana, MG				
<b>Objetivos específicos</b>	<b>Fontes de dados</b>	<b>Variáveis e indicadores</b>	<b>Métodos de coleta de dados</b>	<b>Métodos de análise de dados</b>
1. Caracterizar a condição de migrantes das famílias da Vila Serrinha em termos das suas trajetórias e de vida	-CadÚnico/ Gesuas;  - Famílias.	Condições socioeconômicas: idade, renda, cor/raça; educação, composição familiar/tipo de família, principais despesas, atendimento pelas políticas sociais, religião - Condições habitacionais: local do domicílio; tipo de domicílio/relação de posse, número de cômodos; materiais usados na construção; tempo de construção da moradia. - Acesso à Terra/Moradia: forma de acesso à terra/moradia, custos, tempo na moradia/território, condição de posse; estratégias de acesso e participação do Estado. - Condições urbanas: iluminação pública, abastecimento de água, escoamento sanitário, calçamento das ruas, destino do lixo, locomoção. - Condições de trabalho: função principal, trabalho remunerado nos últimos 12 meses, local de trabalho, formação profissional, tempo de inserção no mercado de	-Pesquisa documental no CadÚnico/Gesuas;  -Entrevistas semiestruturada com as famílias (com questionário), com informantes-chave;	- Sistematização em gráficos e tabelas.

<sup>9</sup> O município de Mariana não possui na organização do seu poder executivo municipal a previsão de uma Secretaria de Habitação independente, sendo a pasta da habitação inserida na política de Assistência Social, que no município tem as ações desenvolvidas através da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDESC).

		trabalho, remuneração, histórico de contratações. - Trajetória das famílias: tempo na cidade, local de nascimento/origem, motivações para escolha da localidade, trajetória na cidade.		
2. Caracterizar as redes familiares, de vizinhança (redes primárias) e institucionais (redes secundárias) acionadas pelas famílias da Vila Serrinha, enquanto aportes para a sua reprodução social	- Famílias	- Redes familiares: - Redes de Vizinhança: - Redes Institucionais"	- Entrevistas com as famílias, com participantes essenciais;	- Sistematização em gráficos e tabelas. - Análise das falas das entrevistas
3. Descrever como as famílias da Vila Serrinha acessam a cidade, considerando os locais que frequentam e os serviços públicos utilizados, e avaliar em que medida esses aspectos contribuem para superar sua condição de marginalização	- Famílias	- Condições de trabalho nas mineradoras	- Entrevistas com as famílias, com participantes essenciais;	- Sistematização em gráficos e tabelas. - Análise das falas das entrevistas
4. Caracterizar a atividade de mineração enquanto um aporte de oportunidades de emprego e de inclusão social para as famílias da Vila Serrinha.	-Famílias	- Caracterização dos serviços públicos sociais e urbanos acionados pelas famílias; -Apropriação e uso dos espaços públicos sociais, de lazer e urbanos acionados pelas famílias.	- Entrevistas com as famílias, com participantes essenciais;	- Sistematização em gráficos e tabelas. Análise das falas das entrevistas

Fonte: elaboração própria.

A análise dos dados coletados foi realizada a partir da sistematização em determinados contextos e unidades de registro, que foram construídos conforme as variáveis e indicadores elencados previamente, com base nas interrogações e fundamentação teórica da pesquisa (GOMES, 1994). Os dados coletados foram sistematizados e analisados em tabelas e gráficos, processo descrito por Gil (2008)

como de transformação dos dados brutos em dados e símbolos que possam ser tabulados. Nesse processo, considerou-se, assim como apontado pelo autor, três etapas, sendo elas: a redução, no qual se realizou a seleção, simplificação e transformação dos dados; a organização dos dados; e revisão e verificação dos dados para sua conclusão.

Buscou-se na análise dos dados desvendar o conteúdo para além do fenômeno manifestado, adotando como referência a dimensão histórica dos processos sociais que envolve o fenômeno de estudo, e assim, buscando interpretar a dinâmica totalizante da realidade (GIL, 2008).

#### **2.4 Aspectos éticos da pesquisa**

Referente aos aspectos legais, submeteu-se o estudo à avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), da Universidade Federal de Viçosa (UFV), cuja aprovação ocorreu em 29 de junho de 2023, por meio do parecer nº 6.149.880 (Anexo A).

Buscou-se assegurar os cuidados éticos em conformidade com as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012. Nesse sentido, adotou-se a utilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo B), objetivando informar os sujeitos da pesquisa do teor do estudo, seus objetivos, justificativa, e riscos e benefícios esperados, e assim, esclarecendo-os e protegendo-os. No manuseio dos dados secundários acrescentou-se o cumprimento das exigências éticas e legais previsto para acesso, utilização e divulgação. No manuseio dos dados secundários, foram atendidas as exigências éticas e legais relacionadas ao acesso, utilização e divulgação, conforme previsto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

Na condução do estudo foi preconizado os preceitos éticos inerentes à categoria profissional do Serviço Social que se expressa nos princípios contidos no Código de Ética construído pela categoria profissional, dentre eles, a defesa intransigente dos direitos humanos, ampliação e consolidação da cidadania, defesa do aprofundamento da democracia e posicionamento em favor da equidade e justiça (CFESS, 1993).

## 2.5 Estruturação da dissertação

Esta dissertação está subdividida em três partes: na introdução, apresentou-se a justificativa do estudo, a contextualização e delimitação do problema de pesquisa, os objetivos e os procedimentos metodológicos, como forma de delinear a pesquisa de maneira geral. O primeiro capítulo intitulado **“A construção do espaço urbano no contexto das cidades mineradoras: uma revisão teórica”** teve como objetivo oferecer uma revisão da literatura relacionada aos principais conceitos da pesquisa, considerando tanto o contexto nacional quanto o internacional. Isso foi realizado por meio de uma análise teórica abrangente dos conceitos-chave da pesquisa, como “mineração”, “espaço urbano”, visando compreender, sobretudo, como essa realidade se insere no contexto de urbanização brasileiro. Na sequência, o segundo capítulo, intitulado **“A formação socioespacial do bairro Vila Serrinha: contexto histórico e as condições de infraestruturas urbanas”** teve como objetivo contextualizar historicamente o bairro Vila Serrinha, descrevendo as condições urbanas das famílias residentes por meio das análises dos dados coletados no estudo. Já o terceiro capítulo intitulado **“Trajetórias familiares, condições habitacionais e redes familiares, de vizinhança e institucionais”** teve como objetivo analisar os dados da pesquisa relacionados às condições socioeconômicas e habitacionais e suas oportunidades a partir de suas trajetórias e redes acionadas. Por fim, são retomados os temas centrais, apresentando considerações finais acerca do contexto apresentado, buscando apresentar achados que nos levam a compreensão de como as famílias migrantes se relacionam como a cidade mineradora em meio as diferentes trajetórias e ocupações profissionais e condição de informalidade. Nessa parte são apresentados os limites da pesquisa e sugestões para pesquisas futuras.

### **3 A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO CONTEXTO DAS CIDADES MINERADORAS: UMA REVISÃO TEÓRICA**

#### **3.1 A urbanização brasileira: o contexto pretérito e contemporâneo**

A origem da cidade está intimamente ligada ao surgimento da sociedade de classes, como aponta Singer (1995), que entende a cidade como o centro do poder, formada pela evolução das técnicas, do mercado e da “economia urbana”. Nesse contexto, o desenvolvimento das forças produtivas impacta a transformação da estrutura econômica, gerando fluxos migratórios que resultam na concentração da população urbana em meio a um processo de urbanização acelerada.

A análise da urbanização brasileira pressupõe entender o dinamismo econômico brasileiro, que tem suas bases assentadas nas atividades agrícolas no campo. Dentro desta perspectiva, Santos (1993) analisa o processo que ocasionou o surgimento das cidades do litoral e interior do país, cujo desenvolvimento territorial esteve ligado a fatores políticos e econômicos. Este foi fruto do desenvolvimento dos nexos interligados à agricultura comercial e exploração mineral e das relações de vida estabelecidas pelos indivíduos.

Kageyama (2008) situa que, desde o período colonial a atividade econômica dita os rumos da ocupação territorial influenciando na localização do eixo econômico e político da Colônia sobre o território. A ocupação do território brasileiro volta-se para o mercado externo desde o período colonial com povoamento acompanhando a lógica dos ciclos produtivos e extrativista, com povoamento no litoral para atendimento ao escoamento marítimo e interiorização em busca de novos ciclos para exploração de riqueza, como o ciclo do ouro, da cana de açúcar, e do café (KAGEYAMA, 2008).

O geógrafo Milton Santos (1993) situa também que, no Brasil-Colônia, as cidades incorporavam as atividades político-administrativas, cujos fluxos estavam voltados para o atendimento das necessidades da produção do campo. Nesse primeiro momento, este dinamismo colocava-se de forma intermitente e, posteriormente, também como local de residência dos fazendeiros e senhores de engenhos. A partir do desenvolvimento da mecanização da produção, o processo de

urbanização se acelera, com crescente concentração populacional e uma rede urbana mais diversificada e complexa (SANTOS, 1993)

Com a modernização, expande-se o consumo, entendido pelo mesmo autor como consumo consultivo<sup>10</sup> e consumo produtivo<sup>11</sup>, em uma cidade que se transforma em cidade econômica, *lócus* para regulação das atividades do campo, com forte presença do sistema bancário e de capital, como também, com presença da função de controle político. Neste contexto, a rede urbana se torna cada vez mais diversificada, com maior fluidez territorial. A divisão social e territorial do trabalho se amplia e manifesta-se na dinâmica dialética de produção de riquezas e pobreza. Nesse processo, Santos (1993) aponta que a classe média é redistribuída, sendo os pobres realocados no território às localidades que acolher essa massa, apesar da ausência de infraestrutura e de serviços públicos.

Assim, para Santos (1993), a remodelação do território é possibilitada com o desenvolvimento da ciência e das técnicas, do meio técnico-científico, processo em que o território se mecaniza e sobrepõe o meio natural. Pode-se dizer que a expansão do capitalismo acompanha o desenvolvimento da fluidez territorial do país e se espraia cada vez mais. Este movimento de descentralização, segundo o autor, leva à novas áreas a modernização capitalista, estimulando a industrialização<sup>12</sup> em seu processo de reprodução dependente da mais-valia, levando a uma ocupação periférica marcada por distorções sociais.

Nesta mesma perspectiva, Kageyama (2008) compreende a formação do território brasileiro de maneira imbricada ao processo econômico, em uma de suas faces manifestadas na maior concentração da população residentes nas áreas urbanas. Assim, em 1940, a população rural representava 68,7% da população do país, e nos anos 2000, essa porcentagem se reduz para 18,8%. Esse processo se coloca de forma mais evidente entre os anos de 1930 e 1980, quando o país passou por um processo de interiorização da população, constituindo novas cidades e

---

<sup>10</sup> “O consumo consultivo cria uma demanda heterogênea segundo os estratos de renda, mas comparável segundo as mesmas possibilidades de demanda” (SANTOS, 1993, p. 50).

<sup>11</sup> “O consumo produtivo cria uma demanda heterogênea segundo os subespaços. (...) O consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, as adapta.” (SANTOS, 1993, p. 50).

<sup>12</sup> “O termo industrialização não pode ser tomado, aqui, em seu sentido estrito, isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território, para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (...) e ativa o próprio processo de urbanização” (SANTOS, 1993, p. 27).

desconcentração espacial das atividades econômicas industriais, e articulando, cada vez mais, o rural com o urbano

O processo de urbanização se difere pelo território brasileiro mediante a dinâmica das bases materiais das diferentes regiões, em sua diversidade, ou seja, do desenvolvimento do sistema técnico, infraestrutura, densidade populacional e de capital. A diversidade do território brasileiro é, portanto, expressão da interiorização da industrialização e urbanização, que se dá de maneira desigual nos diferentes níveis, estaduais e municipais, expressão da desigualdade nacional (KAGEYAMA, 2008).

De acordo com Castells (1983), o processo de urbanização na América Latina carrega traços de sua forte dependência, fruto dos efeitos da industrialização marcada pela exclusão, ou seja, pela não integração nas atividades produtivas e ausência de coberturas sociais às necessidades da crescente população. As mudanças no processo de produção capitalista, acarretadas a partir do desenvolvimento industrial, trouxeram uma nova lógica de organização do espaço urbano.

Neste contexto, a relação da industrialização com a urbanização deu-se de uma maneira não linear, tendo o processo de urbanização moldes particulares, inerentes aos países compreendidos como subdesenvolvidos, aqueles historicamente marcados pela exploração, dominação, e com constituição de uma sociedade capitalista dependente<sup>13</sup>. Assim, o processo de urbanização acontecerá em moldes periféricos, refletindo toda a dependência que marca a sociedade, diferindo dos países desenvolvidos nos quais têm o processo de urbanização alinhado ao aprofundamento da produção capitalista (CASTELLS, 1983). Meneghetti (2008) corrobora ao considerar as sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas, como opostas e complementares, compreendendo o desenvolvimento desigual como resultado do sistema capitalista mundial, que subordina os países subdesenvolvidos de maneira funcional e fundamental ao desenvolvimento dos países centrais.

---

<sup>13</sup> “Por capitalismo dependente consideramos o sistema econômico-político-social de organização da produção de um conjunto de países nos quais a inserção no capitalismo mundial – ou na divisão internacional do trabalho – se construiu e se desenvolve de forma complementar e subsidiária para as economias centrais ou avançadas e de forma dependente e subordinada para as economias nacionais desses países. À ideia de que os países da periferia capitalista são subdesenvolvidos, pré-capitalistas, atrasados, arcaicos, substitui-se pela que considera suas condições de dependência e suas relações de subordinação aos grandes centros do capitalismo avançado” (MENEGETTI, 2008, p. 126).

Para Castells (1983), na América Latina, o processo de urbanização aconteceu de maneira dependente, fruto dos efeitos da industrialização marcada pela exclusão, ou seja, pela não integração nas atividades produtivas e ausência de coberturas sociais às necessidades da crescente população. Os traços da urbanização na América Latina são analisados pelo autor como processo marcado por disparidades, com crescimento populacional e ausência de emprego industrial, exprimindo na base urbana o tipo de dominação em que está submetido.

Monte-Mór (1994) analisa a urbanização extensiva na periferia industrial, buscando relação entre industrialização e urbanização, a partir do entendimento de Lefebvre de “zona urbana”, que expressa a extensão da hegemonia industrial para onde permeia o capitalismo, renovando as áreas já consolidadas – implosão – e estendendo o tecido urbano – explosão, transcendendo a “cidade”. Surgem nesse processo de espacialidade novas formas urbanas, em que o padrão urbano industrial se manifesta de maneira incompleta.

A intensidade das relações, a natureza das redes, a qualidade do espaço social e ‘natural’ produzidos (e destruídos) pela dinâmica do capital (e do Estado seu aliado) são alguns dos elementos que marcam diferenças entre tais realidades aparentemente tão opostas, mas similares enquanto expressões de uma lógica comum (MONTE-MÓR, 1994, p. 173).

Neste contexto, a população das camadas mais empobrecidas recorre a novas alternativas de moradia nas franjas periféricas urbanas como forma de reprodução e acesso ao solo. Na compreensão do autor, esse processo amplia a concepção do valor de uso do solo urbano ao ser reconfigurado por lógicas próprias dos membros de determinado grupo e com suas capacidades próprias, indo de encontro à concepção do solo urbano como bem de produção com valor de troca construído pelas relações capitalistas. Assim, para uma camada da população mais rica, a ida para novas localidades, fora das áreas centrais, se institui como forma de reprodução pela lógica que se configura o mercado imobiliário e de terra. Esse processo, por sua vez, acaba por contribuir também para a extensão do tecido urbano e degradação ambiental, a partir da construção de loteamentos de luxo, áreas industriais e comerciais e chácaras (MONTE-MÓR, 1994).

Assim, na urbanização em padrões de precariedade, marcantes no Brasil e cidades da América Latina, se aprofunda a pobreza fazendo com que a população das camadas empobrecidas seja privada do acesso ao consumo. Nesse sentido,

compreende-se a pobreza em seu sentido amplo, para além dos critérios de renda, mas considerando as condições de acesso à cidade e seus benefícios, como serviços, saneamento básico e educação (CARPIM, 2005). A população é privada da cidadania, devido as precárias condições econômicas e restrições ambientais e urbanísticas. Nesse contexto, são privados do acesso à moradia, pelo mercado e pelos programas públicos e assim buscam novas alternativas e comumente se deslocam para as franjas periféricas que muito se diferem das áreas centrais da cidade, valorizadas e economicamente dinâmicas, em constante disputas (MARTINS, 2011).

Ao analisar a produção do espaço na sociedade do sul global, Caldeira (2017) aponta que aqui esse processo aconteceu dentro de moldes periféricos, com desdobramento lento, com forte papel dos moradores e atravessado por nexos políticos. Segundo ela, na urbanização periférica, a construção dos espaços pelos moradores acontece de maneira dinâmica, criativa e transformadora, porém, de forma mais segregada, desigual e distorcida quando comparada a outros espaços e grupos sociais.

### **3.2 A produção do espaço urbano no contexto das atividades da mineração**

A intrincada dinâmica da construção do espaço urbano em cidades mineradoras reflete tanto o modelo extrativista de produção quanto os processos de reprodução social, os quais estão inseridos na totalidade do processo de urbanização. Sob essa ótica, os pesquisadores reconhecem a atuação das empresas mineradoras como agentes ativos no processo de urbanização e na formação de assentamentos irregulares nessas cidades. No estudo de Devenina e Bianchia (2019), as autoras buscam caracterizar o “espaço de mineração” nas regiões do Chile e na Austrália, a partir dos conceitos analíticos de Henry Lefebvre. A construção da análise do espaço nesta abordagem não se limita ao meio físico, onde o capital econômico se distribui de maneira desigual, mas abrange também os aspectos abstratos, referentes ao capital cultural, social e simbólico. Assim, o espaço é entendido como um produto social, fruto do modo de produção e das relações estabelecidas na sociedade. A descoberta das autoras contempla características importantes para identificação de um “espaço mineiro”, entendendo as características desses espaços com origens sistematizadas em três fatores causais: os modos de produção, os impactos

socioambientais e os próprios programas desenvolvidos pelas indústrias minerárias como determinantes para transformar o espaço que adquire especificidades das atividades de mineração.

Ao compreender este “espaço mineiro”, nas localidades de mineração em grande escala, as autoras compreendem as características destas localidades na tríade das práticas espaciais, representação do espaço e espaço representacional, conforme o pensamento de Lefebvre. Para Devenina e Bianchia (2019), cada espaço, configurado de maneira determinada pelo modo de produção constituído e pelas relações sociais estabelecidas, gera um código espacial, ou melhor, um modo de vida específico e um modo de produção determinado. Constitui, assim, um espaço físico, mas também abstrato, características que são referenciadas nas categorias de Lefebvre, das práticas sociais, da representação do espaço e do espaço representacional. Este é entendido como a maneira que os sujeitos se apropriam do espaço e se relacionam com as imagens, os símbolos, sistemas e sinais não verbais, ou seja, o espaço vivido. Com o uso de estudo de casos, em quatro espaços de mineração com produção de larga escala, Devenina e Bianchia (2019) além de conceitualizar o “espaço mineiro”, buscou caracterizá-lo, em termos dos conceitos de práticas sociais e representações do espaço, apresentando as especificidades desse território, ou seja, as práticas sociais e a representação do espaço, e as manifestações atreladas aos impactos ambientais, ao modo de produção e ações realizadas pelas empresas.

Gough et al. (2019), estudando o processo de migração e surgimento de assentamentos urbanos advindos da atividade de mineração em Gana, analisam como esses moradores se relacionam com o território em que estão inseridos, os assentamentos de mineração, construídos pelas empresas de mineração para abrigar os trabalhadores ou pelos próprios trabalhadores, como forma de conseguir abrigo provisório. Os assentamentos são construídos a partir da atividade de mineração do ouro, que acontece em grande e pequena escala, palco para o trabalho formal e informal. A busca por polos extrativistas intensifica o processo de migração, processo que os trabalhadores mudam de localidade em busca da mineração em atividade, como forma de ampliar seus benefícios. Neste processo de migração interna, em que os trabalhadores homens ligados à atividade de mineração saem em busca de novos locais para extração faz ampliar a transitoriedade entre assentamentos. Para os autores, a possibilidade de os trabalhadores acessarem a moradia própria contribui

para o desenvolvimento do sentimento de apego ao território sendo que, nesse processo, para além de sua relação com o espaço de maneira física com sua propriedade, socialmente é impactado através das relações desenvolvidas, com familiares, vizinhos, amigos, contribuindo para sua permanência no território.

Nesta perspectiva, incorpora-se a pesquisa de Bryceson et al. (2021), que examina o sentimento de pertencimento nos assentamentos erguidos por trabalhadores na indústria de mineração de ouro na Tanzânia, na região ocidental da África. Ao chegarem aos assentamentos em busca de oportunidades na mineração de ouro, os indivíduos se ajustam e modelam seus novos ambientes, criando novas maneiras de viver. Frequentemente, esses processos ocorrem na informalidade e na precariedade, em um contexto que abarca tanto decisões econômicas quanto emocionais. Os autores consideram que, na busca por oportunidades na mineração, os migrantes priorizam o trabalho em detrimento da moradia, esta última podendo ser estabelecida de diversas formas, o que influencia a segurança física e emocional dos indivíduos. Assim, a moradia é relegada a um segundo plano diante das exigências de integração na atividade mineradora.

Howe (2021) discute acerca das novas configurações produzidas no espaço a partir da urbanização na região de Guateng, na África do Sul, fruto do legado da mineração enquanto atividade extrativista e segregação racial (*Apartheid*), que seguem impactando a vida e práticas cotidianas dos sujeitos. O território de pobreza se constituiu historicamente através do capitalismo colonial, que privilegia e exclui espaços, como centro e periferias, e a partir da dominação, interliga as localidades de maneira interdependente em meio a processos econômicos, políticos e sociais. O autor analisa esses processos na provisão de habitação, e outros bens, nas periferias urbanas, que apesar de contribuir no aumento da renda das famílias não permite uma melhor localização e participação dos sujeitos empobrecidos na cidade, cuja urbanização é marcada pela competitividade em suas áreas centrais. Os indivíduos, na disputa pelos espaços e na busca por oportunidades, constituem novas centralidades e sistemas próprios, (re)configurando as relações entre o centro e a periferia, que demarca a “espacialidade da pobreza”, que pouco se faz presente nas agendas governamentais, que se equivocam ao acreditar que o desenvolvimento dos sistemas de trânsito (mobilidade) é capaz de neutralizar o legado de segregação, possibilitando o acesso dos excluídos, marginalizados e residentes periféricos, às áreas centrais.

Para Howe (2021), a espacialidade da pobreza é fruto do processo de urbanização, entendida pelo autor como um processo que acontece em multiescalas, não se limitando às áreas centrais, mas reconfigurando também os espaços periféricos, de maneira impulsionada pelas ações do Estado. Essas, na contemporaneidade, seguem a lógica neoliberal lançando mão de estratégias inovadoras para a periferias e atendimentos à demanda habitacional. Nesse contexto, os sujeitos através de suas práticas espaciais podem ressignificar a centralidade posta em determinados espaços, como centro da cidade, e rearticular a interrelação entre os locais, possibilitando a negociação do espaço. A esses processos, Howe (2021) chama de “popular *agency*”, como sendo a forma alternativa encontrada pelos sujeitos para sua reprodução social.

A produção da sociedade, entendida como a própria produção do espaço, é analisada por Magno (2015), tendo como referência a perspectiva de Lefebvre que propõe o conceito de “urbanização extensiva”. Para isto, o espaço deve ser compreendido como socialmente e politicamente construído a partir de processos de cooperação e conflitos, que faz com que determinadas áreas sejam desvalorização em detrimento de outras áreas que são valorizadas. Nesse contexto, esta perspectiva é trazida para analisar o espaço urbano, atrelado à atividade da mineração no Brasil, setor importante para o desenvolvimento do país.

A mineração atrai grandes capitais, todavia, em uma estrutura periférica, como América Latina, os benefícios da atividade extrativista não são apropriados pelo território local, modo pela qual faz intensificar as desigualdades socioespaciais. A requisição de mão de obra qualificada frente ao processo de automatização da atividade minerária se constitui em uma barreira para inserção da mão de obra local, atraindo novas pessoas para a cidade e contribuindo para os investimentos na produção da cidade mediante a ampliação do leque de oportunidades que passam ter os agentes que detém o controle das terras (MELO; CARDOSO, 2016).

Nesse sentido, o estudo de Melo e Cardoso (2016), ao analisarem a dinâmica urbana a partir da interação com o setor de mineração, se fundamentam na concepção da urbanização completa de Lefebvre, ou “urbanização em sua totalidade”, a qual perpassa diferentes atores, ou níveis da realidade social, a saber, o nível global, urbano ou intermediário e nível local. No nível global, com o capital submetido as exigências mundiais, o transbordamento do capital financeiro da empresa extrativista é absorvido pelo mercado imobiliário que se insere no mercado financeiro gerindo a

terra de maneira especulativa, atraindo novos atores e incentivos governamentais. A partir dos detentores das terras, no nível intermediário, são criadas construtoras, empreiteiras e incorporadoras e o espaço urbano cada vez mais se transforma no comando desses grupos. Por sua vez, esses espaços passam a contar com condições favoráveis de financiamentos e subsídios do governo voltados para infraestrutura, logística e produção habitacional, cada vez mais alinhados à lógicas do mercado. No nível privado, ou local, o desenvolvimento do capital sujeita cada vez mais a vida diária à economia global, intensificando a produção do espaço, e impactando o ambiente construído (espaço concreto) e as práticas e modo de vida (subjetivo). Submetido às exigências da urbanização, no nível local, o modo de vida é atravessado pelo processo de modernização e ampliação dos padrões de consumo (varejo, crédito), inserindo a vida privada da população nas noções da globalização capitalista.

Nessa lógica da urbanização contemporânea, o capitalismo se desenvolve de maneira desigual e nessas linhas produz sua geografia, como expressão desta desigualdade, que é acentuada pelos investimentos e projetos que se destinam apenas à parcela da população deixando grande parcela de fora. Por sua vez, essa parcela não absorvida pela economia formal, busca práticas informais para reprodução de vida. A urbanização extensiva influi não só no ambiente construído, mas também no modo de vida, fruto do processo de modernização e ampliação dos padrões de consumo (varejo, crédito), inserindo nas noções da globalização capitalista a vida privada da população. A produção urbana, pelo poder público ou setor privado, é alinhada às flutuações do preço do minério. Sendo assim, as obras públicas e a produção da habitação passam a ser submetidas aos nexos do urbanismo global.

No estudo de Melo e Cardoso (2016), desde a gênese do processo extrativista o Estado teve suas ações voltadas para o nível global, comparado às demandas cotidianas da população, alinhando as ações, como de infraestrutura e habitação, à lógica do mercado extrativista e seu mercado econômico global. As autoras compreendem que atualmente os três níveis da realidade social, o global, urbano e o cotidiano, em inter-relação no processo de urbanização extensiva, contribui para “pilhagem” socioambiental, ou seja, de para a destruição do meio ambiente, sobretudo, devido a medidas dissonantes com a realidade e necessidade da população, priorização do lucro e redução dos custos, contribuindo para desenvolvimento do

processo de gentrificação<sup>14</sup> e lógicas do processo de urbanização capitalista em que a produção da cidade se constitui um negócio.

A atividade de mineração, majoritariamente alinhada ao setor privado por meio de incentivos às empresas de extração mineral, que detém o monopólio da produção, acarreta problemas ambientais, sociais, políticos e econômicos (MAGNO, 2015), questões que se localizam na conturbada relação entre capital e trabalho, fazendo com que a população empobrecida tenha que se reinventar para conseguir sua reprodução social.

A contradição essencial entre capital e trabalho, que move todo o desenvolvimento das riquezas na sociabilidade capitalista – do período chamado de acumulação primitiva até os dias atuais – é a base mais simples sob a qual se ergue todo o edifício da produção e reprodução nessa sociedade. Pelo lado do trabalhador, sua reprodução física e espiritual está subsumida às limitadas circunstâncias de reprodução do capital. Apenas no momento em que este vende sua força de trabalho e recebe seu salário é que terá condições de se reproduzir enquanto indivíduo social e desenvolver suas potencialidades criativas. O capital, por sua vez, objetiva com a compra da força de trabalho, produzir mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga ao trabalhador e cuja venda realiza a mais-valia obtida gratuitamente (Maranhão, 2008, p. 100).

Conforme apontado por Maranhão (2008, p. 93), “o mundo atual vive cada vez mais um paradoxo: de um lado, as maravilhas da ciência e, de outro, a barbárie da miséria”. Para o autor, a desigualdade, pobreza e a miséria têm seus crescimentos potencializados com a ampliação das técnicas, da ciência e das riquezas, conjuntura em que o desemprego faz privar grande parte dos trabalhadores de conseguir seu sustento, submetendo-os ao pauperismo<sup>15</sup>. Essa realidade é compreendida de maneira inserida na contradição que advém da relação entre o capital e trabalho, dinâmica que enquanto se produz e acumula riqueza se empobrece os trabalhadores. Para o autor, em uma análise a partir de Marx, as mesmas causas que fazem expandir o capital fazem aumentar a força trabalhadora disponível, a superpopulação relativa à

---

<sup>14</sup> “A gentrificação corresponde a um fenômeno comum em processos de renovação urbana, na qual ocorre retirada forçada, ou não, de habitantes de baixo poder aquisitivo de uma determinada área ou bairro em função da entrada de novos investimentos privados, públicos ou, como acontece com frequência, público-privados” (MELO; CARDOSO, 2016, p. 1235).

<sup>15</sup> Conforme aponta a Lei Geral da Acumulação Capitalista em Marx, o pauperismo é consequência da população excedente em que se (re) produz em uma dinâmica excludente. Para Escurra (2019, p. 142), “o pauperismo constitui o peso morto do exército industrial de reserva, a sua produção deve ser compreendida junto com a necessidade da existência de superpopulação relativa, ou seja, ambos constituem condição da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza”.

disposição do capital, que abrange a população de trabalhadores desempregados e empregados parcialmente.

Após contextualizar o processo de urbanização em cidades com atividades mineradoras dentro do contexto do capitalismo global, nosso estudo se concentra em compreender o processo de acesso à terra e as condições de moradia das famílias que residem em loteamentos irregulares nessas cidades mineradoras. Os diferentes contextos internacionais e nacionais contribuem para compreender o processo de produção do espaço urbano nas cidades com atividade de mineração enquanto atividade produtiva/econômica, considerando os diferentes contextos geográficos e socioeconômicos, os quais entendem a complexidade da produção do espaço urbano como reflexo do modo de produção extrativista e dos processos de reprodução social, compreendidos na totalidade do processo de urbanização. De acordo com os objetivos deste estudo, constata-se para a necessidade de situar mais o foco, relacionando a ação das mineradoras enquanto agente ativo no processo de urbanização e na formação dos loteamentos irregulares, nosso próximo tópico.

### **3.3 A autoconstrução e a atuação do Estado nas cidades mineradoras**

Nessas cidades, os diferentes níveis da realidade social se submetem as lógicas do mercado mundial, que passam a ditar os rumos dos processos locais, como o setor imobiliário, que passa a interagir com o sistema financeiro global, em busca da ampliação da acumulação de capital, sobretudo, pela absorção dos recursos que advém da atividade de mineração (MELO; CARDOSO, 2016; MONTE-MÓR, 2006).

Nesse processo, o mercado imobiliário, como segmento capaz de captar os recursos que transbordam da acumulação advinda da exploração da mineração, se submete a lógicas especulativas, fazendo com que a terra intensifique seu valor de troca sobre seu valor de uso, impulsionando o crescimento da cidade em favor de uma parcela da população, que coopta o Estado, e este direciona suas ações, face que parcela da população, os mais pobres, privados de áreas valorizadas, e como forma de conseguir a reprodução social necessita buscar novas formas de organização, se deslocando para áreas segregadas.

Melo e Cardoso (2016) analisaram a dinâmica urbana através da interação com a grande mineração na Amazônia. De acordo com os autores, embora a atividade

extrativista consiga atrair grandes investimentos, os benefícios não são devidamente aproveitados pelo território local, resultando na intensificação dessas desigualdades. Esta tem sido uma característica marcante da estrutura periférica dos países subdesenvolvidos. Examinando o processo de urbanização na Amazônia em contextos de mineração, Kolen et al. (2017) observaram que essa atividade, quando realizada em pequena escala, geralmente resulta em assentamentos temporários. Com o tempo, esses assentamentos deixam de ser apenas locais de moradia transitória, transformando-se e se estruturando em espaços formalizados. Essa evolução atrai novas famílias, que estabelecem residência permanente nesses locais, onde se desenvolve uma cultura identitária característica da comunidade de trabalhadores da mineração, como os garimpeiros.

Conforme apontado, esse processo coloca aquém os mais pobres, privados do acesso ao mercado imobiliário, como a grande massa de trabalhadores atraídos para a cidade em busca de oportunidade na mineração, processo que intensifica o crescimento da malha urbana e reconfigura o espaço urbano fragmentando a cidade. Pouco dos trabalhadores inseridos no complexo minerário acessam o mercado imobiliário, sobretudo, os que possuem qualificação, capazes de cumprirem com as exigências que advém do processo de modernização tecnológica, que acompanhando o processo de ampliação da circulação de capital, buscando cada vez mais acelerar o processo produtivo/extrativista em busca da ampliação dos lucros, fazendo uso de tecnologia e redução dos recursos humanos. A grande massa que migram para essas cidades se deslocam para territórios precários e de risco ambiental, ocupações irregulares ou para unidades habitacionais de programas governamentais, privados do acesso ao mercado imobiliário, em uma cidade que pouco dialoga com os modos de vida cotidiano em detrimento das nuances do trabalho, vigorando a propriedade privada e contribuindo para racionalização da mineração enquanto caminho para o “progresso” e “desenvolvimento”, que pouco contempla os mais pobres em vulnerabilidade.

O processo de formação socioespacial brasileiro carrega uma herança colonial marcada pelo patriarcalismo, racismo e o sucateio dos interesses sociais em detrimento aos interesses de uma parcela da população elitizada, que expressa em dominação, exploração e segregação os interesses do capital, fundiário e imobiliário. Neste sentido, o Estado tem contribuído para a segregação social e pauperização, na

aplicação das leis ou na falta delas, com medidas que se diferenciam para as diferentes camadas da sociedade.

Para Abreu (2016), o processo de urbanização brasileiro ocorre de forma totalmente descomprometida com a transformação das bases sociais e com cumprimento da função social e fundiária nas cidades e no campo. Neste contexto, o espaço urbano torna-se mercadoria, sobretudo, a partir dos processos de especulação fundiária. Para os diferentes modelos de cidade acompanham a divisão sócio técnica do trabalho, cuja segregação se manifesta entre os diferentes lugares, bairros, serviços, consumo e modo de se viver.

Para Mello (2012), o direito de propriedade dificulta o acesso à moradia, uma vez que o proprietário possui independência no uso da propriedade sem se preocupar com as necessidades dos outros. Esse processo leva a uma acumulação de riqueza de um lado e de outro a escassez, especialmente a partir de concepções especulativas que privam significativas parcelas da população da garantia do direito fundamental da moradia. Assim, a necessidade de morar é substituída pela necessidade de obter casa, passando a ser objeto para consumo. Em contrapartida, o acesso a este bem pela população empobrecida se faz mediante o seu comprometimento financeiro por meio de longos financiamentos ou se submetendo ao pagamento de aluguel. Neste contexto, o solo (ou a terra) se torna mercadoria, seguindo as regras capitalista, o qual é defendido pelos proprietários sob argumentos de defesa da propriedade privada, em defesa de seus patrimônios. Ou seja, mesmo com as garantias constitucionais, a função social da propriedade continua sendo pauta dos movimentos sociais, tendo em vista que pouco tem sua prática efetivada.

De acordo com Abreu (2016), mesmo com as conquistas e lutas, em especial através dos movimentos sociais que se desenrolam desde os anos de 1960 e que avançam com a Constituição de 1988, a bandeira da reforma urbana ainda se apresenta como utopia. Pode-se dizer que, a partir da Constituição Federal de 1988, a função social da propriedade e a moradia de interesse social ganham força, possibilitando a criação do Ministério das Cidades em 2003. Neste contexto, a questão da moradia é assumida pelo Estado como prioridade, quando a Habitação adquire um arcabouço legal, econômico e administrativo. Avanços<sup>16</sup> são analisados a partir desta

---

<sup>16</sup> As conquistas são compreendidas como fruto dos embates com as organizações coletivas que buscam por melhorias, nos embates entre as classes. Destacam-se a participação histórica dos movimentos sociais em prol de moradia.

conjuntura, como a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007 e Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009. Todavia, esses programas foram também associados a medidas que priorizaram o setor privado/produtivo, em detrimento de dialogar com a real demanda da população empobrecida (CARDOSO; SILVEIRA, 2011).

Assim, pode-se dizer que a questão fundiária e habitacional, a partir dos marcos legais construídos, foi colocada a encargos dos municípios, os quais foram autorizados legalmente a definirem e implementarem os instrumentos, como nos Planos Diretores<sup>17</sup> que possibilitam a definição da função social da propriedade e controlar a especulação fundiária. No entanto, apesar dos Planos Diretores portarem de diretrizes para construção de uma política urbana como definida no Estatuto das Cidades, eles pouco alcançam em termos de efetividade e pouco atenderam às necessidades da população empobrecida. Para Cardoso e Silveira (2011), a política habitacional deve ser articulada às demais políticas setoriais sendo que os desafios dos Planos Diretores estão relacionados à pouca efetividade dos Conselhos das Cidades, à falta de integração das políticas, de movimentos locais, de envolvimento da Câmara Municipal, de equipe técnica nas Prefeituras, de acesso a informações, dentre outros.

Neste contexto, o município é o principal ente responsável pela construção e execução da política urbana no âmbito local, construindo seus sistemas municipais, como os conselhos, organizando financeiramente a criação de fundos públicos, construindo documentos a exemplo dos planos habitacionais, programas e demais instrumentos. Pode, inclusive, ser instituído no plano diretor a cooperação com o setor privado, disciplinando a função social do solo que é o papel primordial do plano diretor (NOLASCO, 2008). No entanto, a partir do poder adquirido com a municipalização relativo à responsabilidade com a questão habitacional, os municípios foram incapazes de romper com a lógica excludente que marca a história das cidades brasileiras. Ou seja, apesar dos mecanismos construídos, que podem ser incorporados pelos municípios e em especial àqueles relacionados aos Planos Diretores, este instrumento de poder tem dialogado apenas com parcela da população em benefício aos

---

<sup>17</sup> “O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo e, sendo parte integrante o processo de planejamento municipal, suas diretrizes e prioridades deverão estar incorporadas ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento Anual.” (NOLASCO, 2008, p. 111).

detentores da hegemonia política e da terra em detrimento das necessidades da população empobrecida. Essa não tem se constituído interesse dos governantes e dos atores inseridos no processo de embates político (CARDOSO; SILVEIRA, 2011).

Nesse contexto, o acesso à terra urbana através do mercado de terra como oportunidade para o acesso à moradia definitiva tem se colocado como um processo marcado por distorções e barreiras sociais. Neste mercado excludente, um segmento importante das famílias empobrecidas busca nos loteamentos irregulares ou ilegais a forma predominante de acesso à terra/moradia. Nessas circunstâncias, os sujeitos colocam-se como agentes ativos no processo de construção e acesso à moradia a partir do processo de autoconstrução. Assim, as moradias são construídas aos poucos (em diferentes etapas), ao longo do tempo, conforme disponibilidade de recursos. De acordo com Caldeira (2017), esse processo é permeado por lógicas transversais que advém do mercado capitalista, como trabalho formal, regularização estatal, planejamento, formalização e legalização. Inicialmente, as moradias são marcadas por precariedade e, com o passar do tempo se reconfiguram com melhorias e adequação as normas postas. Esse processo, no entanto, traz o encarecimento dessas áreas e a dificuldade das famílias empobrecidas de se manterem nesses territórios. E via de regra, grande parte delas acabam se deslocando para territórios mais baratos e precários em função da dificuldade econômica em se manterem nesses locais (CALDEIRA, 2017).

Assim, o padrão periférico de autoconstrução se institui como alternativa possível para a demanda de habitação entre os mais pobres. Segundo Maricato (1982), os trabalhadores imbricados em redes de solidariedade, como forma de sobrevivência, fazem uso do modelo arquitetônico disponível, em uma dinâmica de construção no território desvinculada do orçamento público e carecendo de medidas do Estado. Este, por sua vez, não vê nesses territórios uma demanda econômica para consumo e a quem devem ser destinadas serviços e infraestruturas como habitação, saneamento, energia elétrica, educação e transporte. A autora compreende que este processo determinado pelas limitadas escolhas que têm os trabalhadores em função dos seus precários salários e é atravessado por fatores como acesso ao terreno, aquisição de materiais de construção, investimento da mão de obra, técnicas de construção e recursos financeiros investidos. De acordo com Woortmann (2018), o dinheiro investido na construção da moradia para a maioria advém do mercado informal de trabalho, sendo a moradia construída a partir de relações informais, com

mão de obra da própria família, parentes, profissionais autônomos, buscando baixos custos. Nesse processo, as construções perduram por um longo tempo, conforme o recurso investido, aos finais de semana e feriados. Nesse contexto, a casa materializa a família, locus de interação entre seus membros e de reprodução da força de trabalho.

A requisição de força de trabalho pela atividade de mineração incide no fluxo migratório e contingente populacional da cidade e região no qual está inserida, como apresentado nos capítulos anteriores. Para Villaca (2001), a localização do trabalhador é dominada pelo capital, que necessita se mover entre as regiões em busca de emprego e melhores salários, e na cidade, conforme muda de emprego muda-se de casa atendendo a exigência de estar espacialmente próximo ao emprego para reduzir custo e tempo de deslocamento.

Segundo Singer (1995), os fluxos migratórios podem ser desencadeados por dois fatores principais. O primeiro é a estagnação das forças produtivas, em que o empobrecimento da população acompanha o processo de urbanização, mas o mercado não consegue absorver a mão de obra disponível, forçando a migração para outras cidades. O segundo fator é a mudança nas relações de produção, em que a urbanização se torna essencial para o desenvolvimento das forças produtivas, com as cidades demandando mão de obra para atender às necessidades do sistema capitalista. Bertollo (2018), ao analisar o território de Mariana-MG, contribui para esse entendimento ao apontar que a mineração na cidade impulsiona os fluxos migratórios. A autora, ao examinar a relação entre o mundo do trabalho e a mineração dentro do contexto de dependência do modo de produção capitalista, destaca que os trabalhadores são submetidos à superexploração, o que gera privações, violência e miséria. Nesse cenário, a mineração permeia a vida cotidiana da população trabalhadora e empobrecida, influenciada pelo mercado global, no qual o neoextrativismo está inserido.

Para além dos “pagamentos de baixos salários, prolongamento e intensificação da jornada de trabalho, terceirização e acidentes de trabalho”, questões compreendidas por Bertollo (2018, p. 165) inseridas no contexto de superexploração da força de trabalho, parcela da população está submetida ao desemprego, e aguarda na precariedade a oportunidade de melhores condições de vida na mineração. Nesse sentido, Iamamoto (2011) corrobora discutindo acerca da venda da força de trabalho pelos trabalhadores, considerando a venda de uma mercadoria para acesso à outras

mercadorias – através do salário. Para a autora, o trabalho é apropriado pelo capital que objetiva a produção de mais valia – lucro – através da exploração do trabalho. Para a autora, com o crescimento da força de trabalho cresce a riqueza em domínio do capitalista, ou seja, não a riqueza não socializada – que domina o trabalhador – e também cresce a pobreza, no qual os trabalhadores se sujeitam.

## **4 A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO BAIRRO VILA SERRINHA: CONTEXTO HISTÓRICO E AS CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURAS URBANAS**

### **4.1 O contexto sóciohistórico de Mariana:**

Como mencionado na introdução deste trabalho, a mineração está intrinsecamente atrelada à formação sócio histórica de Mariana, desde seus primórdios. Bertollo (2018) analisa o impacto da atividade mineradora na cidade, destacando seu papel no aumento populacional ao longo dos anos, devido à demanda de mão de obra. Desde os tempos coloniais até os dias atuais, da extração do ouro, à extração de ferro, do trabalho escravo ao trabalho assalariado, a mineração exerce uma influência dominante sobre Mariana, moldando seu espaço urbano em diferentes períodos.

Essa influência modela o ambiente urbano, conforme os diferentes ciclos, seja durante a era do ouro, o período de extração de minério de ferro, ou na contemporaneidade, com o retorno das atividades mineradoras após o desastre contínuo do rompimento da barragem em 2015. Esse retorno reflete uma forma violenta de exploração capitalista, deixando sua marca de superexploração da força de trabalho, em um processo que prioriza a intensificação da acumulação de capital em detrimento da vida humana.

Quanto aos dados demográficos do município, de acordo com o censo do IBGE (IBGE, 2022), a população em 2022 era de 61.387 pessoas, com uma população flutuante estimada de 30.000 pessoas<sup>18</sup>. Informações também do Cadastro Único também fornecem uma visão demográfica de Mariana. Esse cadastro centraliza dados sobre famílias de baixa renda em todo o país e revela que, em janeiro de 2024, havia um total de 13.409 famílias cadastradas no município, totalizando 30.301 pessoas. Dessas famílias, 10.379 residiam na zona urbana da cidade, representando 77,4% do total (BRASIL, 2024).

---

<sup>18</sup> Dados coletados em notícias de diferentes canais de comunicação do município, como Jornal Galilé (disponível em <https://galile.com.br/populacao-mariana-90-mil-habitantes/>); Câmara Municipal de Mariana (disponível em <http://camarademariana.mg.gov.br/noticias/19308/>); e Emprega Mais Mariana – SINE (disponível em <https://mariana-mg.curriculointerativo.com.br/quem-somos#:~:text=Mariana%20%C3%A9%20um%20munic%C3%ADpio%20brasileiro,provavelmente%2C%20de%2030%20mil%20habitantes.>).

Junior (2007), ao analisar o processo de urbanização de Mariana em relação aos ciclos extrativistas, destaca que a população mais empobrecida busca alternativas de moradia nas áreas periféricas urbanas como forma de garantir sua reprodução social e acesso à terra. Esse movimento é impulsionado pela dinâmica do capital, com o Estado atuando como um aliado nesse processo. Um exemplo contemporâneo desses territórios é a Vila Serrinha. Situada nos limites dos bairros Santa Rita de Cássia e Santa Clara, a Vila Serrinha representa um dos territórios mais afastados do centro histórico e das áreas centrais de Mariana, compondo o conjunto de bairros (Cabana, Santa Clara, São José, Cartuxa, Santa Rita de Cássia e Vila Serrinha) conhecido popularmente como “Grande Cabanas”, ou “Cidade Alta”. Os termos representam a expansão territorial do Bairro Cabanas, resultante de ocupações informais ou irregulares, que passaram a concentrar o maior contingente populacional da cidade, especialmente aquelas inseridas nas faixas de renda mais baixas. Esse conjunto de bairros está situado na parte alta da cidade e, apesar de contar atualmente com infraestrutura e serviços, como escolas, postos de saúde, caixas bancários e comércios, esses recursos ainda são precários. O território continua a se expandir por meio de ocupações informais ou irregulares em suas áreas periféricas. Esses bairros têm uma expansão histórica caracterizada pela irregularidade, com um crescimento desordenado e condições de vida precárias. Esse fenômeno se intensifica à medida que se avança em direção à Vila Serrinha, como evidenciado pelas ruas sem pavimentação, pela infraestrutura elétrica improvisada e pela diminuição no tamanho e na estrutura das residências, até que essas áreas se fundem com territórios de características rurais.

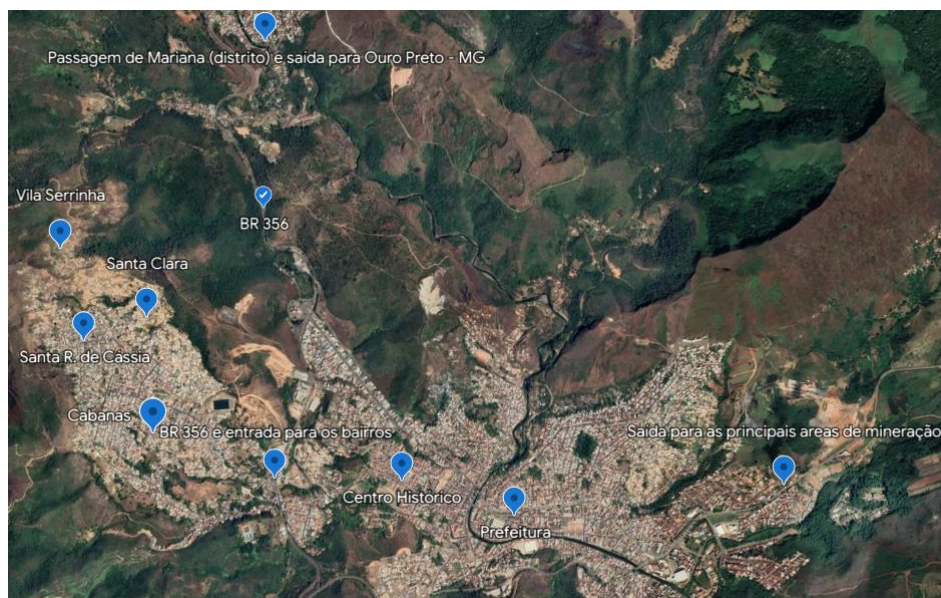
## **4.2 O bairro de Vila Serrinha**

Explorar o território é confrontar as desigualdades socioespaciais em uma cidade moldada pelas riquezas provenientes da mineração. Ao adentrar na Vila Serrinha, a primeira impressão é da evidente precariedade das moradias e da ausência de infraestrutura, destacando-se em notável contraste com as áreas mais estabelecidas e tradicionais da cidade.

A Vila Serrinha está localizada nas “franjas urbanas” do território urbano de Mariana, MG, cidade cujos bairros se expandem espontaneamente, dentro de um contexto de informalidade e precariedade. A região se constitui como um território em

atual expansão, situado na extremidade do conjunto de bairros que inclui Cabana, Santa Clara, São José, Cartuxa e Santa Rita de Cássia, os quais são conhecidos popularmente como a "cidade alta", uma das áreas mais distantes do centro histórico e das regiões centrais de Mariana. Encontra-se nos limites dos bairros Santa Rita de Cássia e Santa Clara, os quais também surgiram de processos de ocupação informal e espontânea. Esses territórios são delimitados pela BR 356, que separa essa área das demais regiões tradicionais e históricas da cidade. Os territórios podem ser identificados com base na localização dos pontos marcados no mapa abaixo, o qual foi elaborado utilizando o Google Earth (2022) (Figura 4).

Figura 4 - Imagem de satélite (Google Earth) – Cidade de Mariana, MG, 2022.



Fonte: Google Earth (2022).

Nesses bairros, localizam-se as três principais entradas para Vila Serrinha, através da “cidade alta”, localidade marcada pela edificação de três conjuntos habitacionais, que foram concedidos à população de interesse social pelos governos do poder executivo municipal em tempos remotos. Na localidade, a “cidade informal” se faz visível nos emaranhados de fios de energias dos postes das ruas e das estreitas ladeiras em direção à Vila Serrinha. A ausência do poder público é visível logo na porta de entrada do bairro com o término dos passeios e das calçadas, com os postes de concreto dando lugar aos postes de madeira. No local, a iluminação pública também ainda não chegou! E assim, são observadas novas formas de organização territorial realizada pelos próprios moradores.

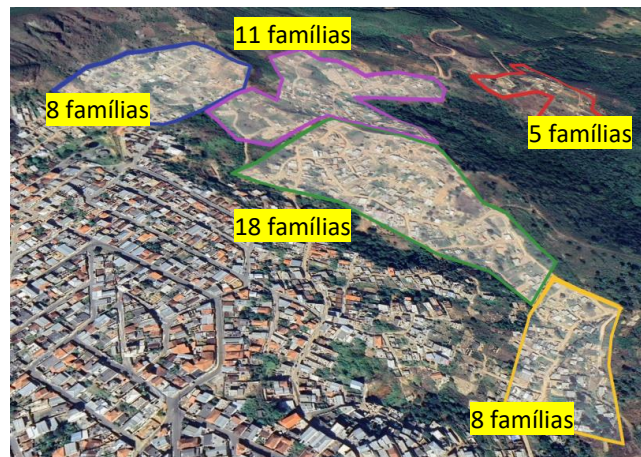
Figura 5 - Principais acessos à região central da Vila Serrinha.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

As cinquenta famílias entrevistadas correspondem a 50 moradias, distribuídas em várias áreas do território, conforme mostrado na Figura 6. As demarcações das famílias/moradias foram feitas levando-se em consideração as características topográficas da região e sua organização socioespacial.

Figura 6 - Identificação das diferentes áreas da Vila Serrinha



Fonte: Elaboração própria/Imagem Google Earth, 2022.

Os principais acessos à Vila Serrinha são as áreas marcadas em amarelo e verde. O acesso amarelo está localizado na rua Liderança no bairro Santa Clara, na parte mais baixa da Vila Serrinha. Este acesso conecta a área central da Vila Serrinha, identificada em verde, cuja entrada principal é pela Rua Caetano Pinto. Essa rua se estende por toda a área central da Vila Serrinha, passando pela região identificada

em roxo (Figura 6), até chegar ao cruzamento com a estrada rural que leva ao acesso ao distrito de Passagem (Figura 7).

Figura 7 - Acesso à Vila Serrinha pelo cruzamento com a estrada rural.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

A área identificada em roxo está situada na região central da Vila Serrinha, distinguindo-se da área em verde devido à sua topografia mais elevada e à menor densidade de moradias. Os principais acessos à área identificada em azul também ocorrem pela extensão do bairro Santa Rita de Cássia. No entanto, esse acesso é independente das outras áreas, com o acesso à área roxa (central) passando por uma região de morros que se estreita até ser possível a passagem por trilhas (Figura 8).

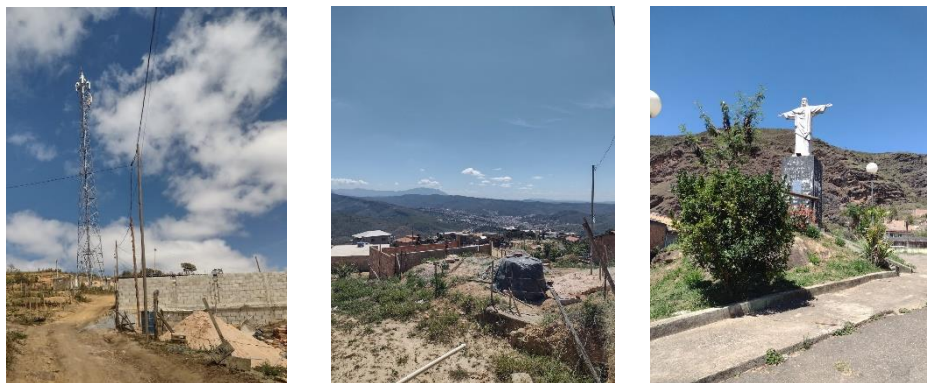
Figura 8 - Trilhas de acesso entre duas áreas da Vila Serrinha



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

A área identificada em azul, além do acesso independente, se difere das demais áreas devido à sua topografia. Essa área consiste na parte mais elevada do território e mais rochosa. Observou-se que nem todos os residentes dessa área se identificam como moradores da Vila Serrinha. Alguns dos moradores entrevistados identificam a localidade como “Ocupação do Cristo<sup>19</sup>”, “Bela vista<sup>20</sup>” ou “Ocupação da Torre<sup>21</sup>”, elementos presentes na parte alta do bairro Santa Rita de Cássia que acabam dando identidade aos seus moradores.

Figura 9 - Elementos que dão identidade à parte alta da Vila Serrinha.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

<sup>19</sup> Devido à proximidade do acesso à área com a edificação do cristo, na parte alta do bairro Santa Rita de Cássia.

<sup>20</sup> Devido a bela e panorâmica visão para parte baixa da cidade

<sup>21</sup> As moradias se edificaram no entorno da torre existente na localidade.

A área identificada em vermelho é a mais distante do bairro e o acesso a ela requer atravessar toda a extensão da Vila Serrinha. Entretanto, a entrada para essa localidade também por ser feita pela estrada rural, com acesso facilitado pelo distrito de Passagem de Mariana, pela BR 356. Os moradores dessa área geralmente possuem pouca identificação como integrantes da Vila Serrinha. Nessa região, onde a rua principal recebe o nome de Avenida Palmeiras, nota-se uma diferença em comparação com outras áreas, pois há um número menor de moradias já construídas ou em processo de construção.

A Figura 10, apresenta as moradias mais recentes encontradas nessa localidade, caracterizadas por estarem mais isoladas em relação às demais construções do território. Estas ficam mais próximas de uma área de vegetação, o que nos faz compreender facilmente que a expansão do solo urbano na localidade está intimamente ligado à degradação do meio ambiente circundante. Na análise desta porção urbana, percebe-se que a expansão do tecido urbano transforma tanto o espaço construído, como o espaço natural, em diferentes níveis e formas. Assim, tal qual observou Monte-Mór (1994) em seu estudo, os loteamentos informais, assim como outros típicos de áreas periféricas, em uma ocupação densa e incompleta, têm o potencial de destruir a vegetação existente no território.

Figura 10 - Moradias das áreas mais distantes.

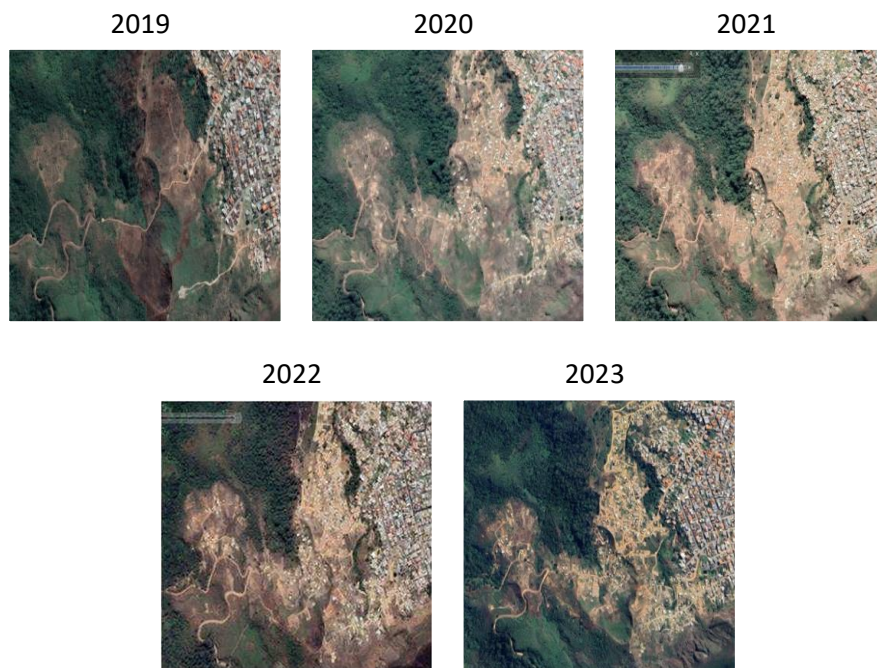


Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Apesar das diferenciações destacadas, as áreas identificadas que compõem a Vila Serrinha, apresentam padrões de precariedade em relação à infraestrutura das

moradias e do território como um todo. No entanto, é possível observar que o surgimento das diferentes áreas aconteceu de forma simultânea ao longo dos anos, conforme evidenciado por imagens de satélites (Google Earth/mapas) em uma série histórica que abrange desde 2019, com o aparecimento das primeiras moradias, até 2023 (Figura 11).

Figura 11 - Imagem de satéliteda Vila Serrinha nos ano de 2019-2023.



Fonte: Extraído de Google Mapas/Earth<sup>22</sup>

Após o rompimento da barragem em 2015, Mariana entrou em um novo contexto socioeconômico. Conforme observado por Vasconcelos e Cosentino (2024), as ações de reparação após o desastre aqueceram o mercado de trabalho local, especialmente nas áreas de construção civil e serviços, com aumento significativo na demanda por mão de obra. O estudo dos autores revela que o setor da construção civil cresceu cerca de 250% entre 2015 e 2022. Esse aquecimento, impulsionado pelas atividades de reparação e pela retomada da mineração após o rompimento, resultou em crescimento populacional. No entanto, Vasconcelos e Cosentino (2024) também apontam efeitos negativos desse crescimento, como a sobrecarga dos serviços públicos municipais, incluindo limpeza urbana e rede socioassistencial. Na

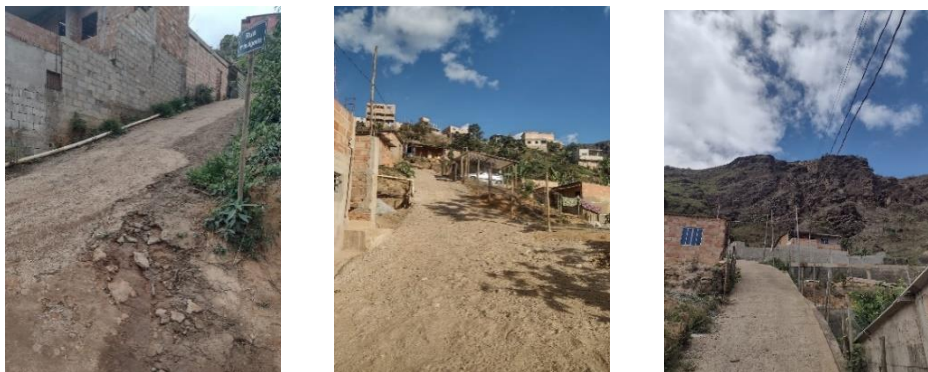
<sup>22</sup> As imagens foram fornecidas pela Secretaria Municipal de Obras e Planejamento Urbano de Mariana-MG.

Assistência Social, o estudo indica um aumento de 289,04% nos atendimentos à população em situação de rua entre 2019 e 2023.

### 4.3 Condições de infraestruturas urbanas

Nenhuma rua possui calçamento público, a menos que tenha sido feito pelos próprios moradores<sup>23</sup>. Observa-se também que algumas pequenas partes da Vila Serrinha têm ruas cimentadas, especialmente em morros mais íngremes e com maior densidade de moradias. Ao longo das vias, é comum encontrar os próprios moradores realizando reparos nas ruas, como capina e cobertura de buracos, além da presença de maquinários particulares realizando reparos de acesso nas ruas. Durante o período de coleta de dados, em uma das ruas, observou-se um dos moradores fazendo reparos na via em frente à sua moradia. Ao ser abordado pelo pesquisador, orgulhosamente, ele afirmou que era um dos únicos moradores que cuidava da rua realizando os reparos, e havia convocado os outros moradores a fazerem o mesmo. Ele explicou que estava tapando os buracos causados pelo escoamento de água das ruas acima.

Figura 12 - Adaptações nas estradas realizadas pelos moradores.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

A iluminação pública também é inexistente na localidade. No entanto, em diferentes áreas da Vila Serrinha, algumas moradias adaptam a iluminação em frente de suas casas como uma forma de iluminar a rua em frente às moradias.

<sup>23</sup> Esse dado será retomado no capítulo “Redes familiares, de vizinhança e institucionais acionadas pelas famílias migrantes, enquanto aportes para a sua reprodução social”.

Figura 13 - Adequações na iluminação das ruas realizada pelos moradores.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Na localidade, não há serviço de coleta de resíduos sólidos (lixo). Para lidar com esse problema, os moradores se organizam de maneira alternativa. A maioria deles se desloca até as ruas próximas à entrada da Vila Serrinha, onde agrupam os resíduos para coleta (78%). Uma parcela menor das famílias relataram descartar o lixo na própria rua, apesar da falta de coleta, enquanto outros informaram queimá-lo (6%). Em uma das áreas mais afastadas, de acordo com relatos dos moradores, há uma organização em que um deles disponibiliza uma carroça e um carro para transportar o lixo até o ponto de coleta mais próximo duas vezes por semana. Apesar dos esforços dos moradores para lidarem com o problema do lixo, é comum encontrar situações de acumulação de resíduos nas ruas do bairro (Figura 14).

Figura 14 - Acúmulo de lixo em uma das entradas de acesso à Vila Serrinha.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

A convivência com a informalidade/ilegalidade se manifesta em diversos aspectos, como no acesso aos serviços de água e energia elétrica. Para terem acesso a esses serviços, os moradores recorrem a meios alternativos, como "gatos"<sup>24</sup>. Entre as famílias, 18% relataram que a água que chega às suas moradias não é suficiente para toda a semana, enquanto a maioria (82%) informou não enfrentar problemas com a falta de água. Na região, é evidente em diversas áreas a presença de esgotos a céu aberto, que recebem o escoamento direto das moradias (Figura 15).

Figura 15 - Escoamentos sanitários à céu aberto.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

A maioria das famílias utilizam o transporte público (62%) como seu principal meio de locomoção, seguido por aquelas que utilizam seus próprios carros (16%). Uma parcela menor preferem caminhar (12%) ou usar suas motocicletas particulares (10%)<sup>25</sup>. Apesar de a maioria optar pelo transporte público, na localidade não há pontos de ônibus, sendo o mais próximo localizado nas ruas principais dos bairros Santa Clara e Santa Rita de Cássia

Esse contexto se assemelha ao cenário nacional, onde, historicamente, as políticas estatais têm favorecido os interesses dos atores ligados ao capital, seguindo lógicas rentistas e beneficiando o setor privado. Dessa forma, a legislação urbanística está vinculada ao ideal de uma cidade formal e legal, sem considerar a realidade em que a classe empobrecida busca autoempreender suas moradias na informalidade. Neste contexto, o Estado, maior parte das vezes, não reconhece nessas áreas uma demanda econômica para consumo e não direciona serviços e infraestruturas

<sup>24</sup> Ligação clandestina de energia elétrica.

<sup>25</sup> A discussão relacionada aos meios de transporte utilizados pelas famílias será retomada no capítulo "O acesso à cidade pelos migrantes em termos dos espaços frequentados e dos serviços acionados por eles e em que medida esses lhe possibilitam um rompimento com a sua condição de marginalidade".

essenciais, como habitação, saneamento, energia elétrica, educação e transporte, para esses territórios (MARICATO, 1982; BONDUKI, 1998).

Na análise desse contexto associado ao processo de urbanização extensiva, Monte-Mór (1994), considera a inexistência ou precarização das infraestruturas de saneamento básico como um aspecto incompleto da produção e organização do espaço social. Ele aponta que a ação do poder público nessas áreas é, frequentemente, ineficiente, dispendiosa e desalinhada com a busca pelo bem-estar coletivo, falhando em promover a integração do espaço social com o espaço natural. O autor sugere que enfrentar essa problemática requer um esforço significativo da sociedade civil, que deve assumir um papel decisivo no enfrentamento desses problemas.

Além da formação socioespacial promovida pela população local, que é determinante na produção do espaço e nas condições de vida, interessa-nos destacar os modos de vida cotidianos, que são moldados pela interação com as dinâmicas sociais e institucionais.

## 5 TRAJETÓRIAS FAMILIARES, CONDIÇÕES HABITACIONAIS E REDES FAMILIARES, DE VIZINHANÇA E INSTITUCIONAIS

### 5.1 Trajetória migratória e origem das famílias

Mais da metade dos participantes da pesquisa mencionaram origens diversas ao relatarem sua trajetória de migração e chegada na Vila Serrinha. A maioria dos entrevistados vieram de fora da cidade de Mariana, seja de outra cidade mineira ou de outro Estado, totalizando 60%. Os Estados de origem desses entrevistados estão concentrados no Nordeste, enquanto as cidades mineiras de origem das famílias, mencionada por eles, são diversas. Destacam-se famílias vindas de Piranga (12%), Belo Horizonte (8%), Ponte Nova (8%) e Guaraciaba (4%). Cerca de 40% do grupo informou ser natural de Mariana, sendo a maioria de origem da zona urbana do município (28%), enquanto uma parcela menor é originária da zona rural do município (12%), de diferentes localidades<sup>26</sup> (Tabela 2).

Tabela 2 - Origem das famílias.

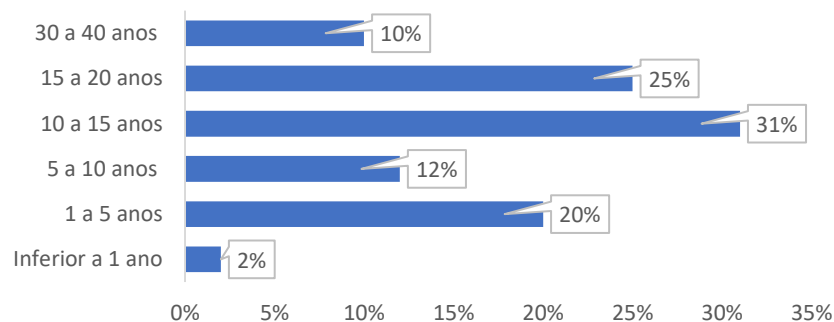
População/Amostra				50
Categoria	Subcategoria	%	Localidade	-
Trajetória e origem migratória das famílias	Natural de Mariana	40	Zona Rural	12
			Zona Urbana	2
			Outro Estado	6
	Cidade mineira	54	Pernambuco	4
			Alagoas	2
			Acaiaca	2
			Belo Horizonte	8
			Caratinga	2
			Diogo de Vasconcelos	2
			Guaraciaba	4
			Itabirito	2
			Montes Claros	2
			Nova Era	2
			Nova Lima	2
			Ouro Preto	2
			Piranga	12
			Ponte Nova	8
			São Pedro dos Ferros	2
Ubá	2			
Varginha	2			

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

<sup>26</sup> Os entrevistados que informaram origem da família ser de localidade da zona rural de Mariana, informaram diferentes localidades (distritos/córregos), como Águas Claras, Vagem, Mainart, Paraíso e Cachoeira do Brumado.

Conforme evidenciado, os dados indicam que as famílias da Vila Serrinha têm origens diversas, incluindo aquelas que migraram da zona rural para a cidade, bem como aquelas vindas de outros estados, cidades mineiras e até mesmo de outras regiões, como a Região Metropolitana, Vale do Rio Doce, Zona da Mata e Norte de Minas. Antes de se estabelecerem na Vila Serrinha, muitas famílias passaram por processos migratórios em outros bairros do município e em diferentes momentos históricos de desenvolvimento da cidade<sup>27</sup>. Isso é evidenciado pelo tempo de residência relatado pelas famílias em Mariana, variando de 4 meses a 40 anos (Figura 16). Predomina o grupo de indivíduos que residem na cidade há mais de 10 anos. Portanto, é razoável considerar que a maioria das famílias tiveram experiências prévias em outros bairros, participando do processo de migração intraurbana.

Figura 16 - Tempo de Residência das famílias em Mariana, MG.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Ao comparar o tempo de residência das famílias em suas moradias atuais, nota-se que aquelas que residem há mais tempo na cidade são também as que têm maior tempo de residência na Vila Serrinha (Tabela 3). Isso sugere que as primeiras famílias a edificar e habitar a localidade são aquelas que possuem uma história mais longa de residência na cidade. Posteriormente, outras famílias que chegaram a Mariana em datas mais recentes se juntaram a elas nesse processo.

Tabela 3 - Relação de tempo das famílias na cidade com o tempo na moradia.

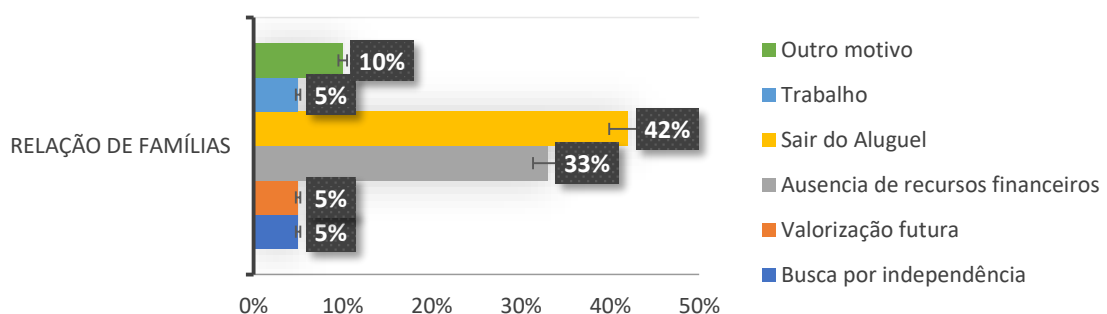
<sup>27</sup> Das famílias que atualmente trabalham ou já trabalharam em mineradoras, 40% migraram de outras localidades para Mariana, enquanto 60% são naturais de Mariana. Essa proporção difere da amostra geral das famílias na pesquisa, na qual a maioria das famílias (60%) é composta por pessoas que migraram para Mariana de outros municípios mineiros ou de outros estados. O tempo de residência das famílias na área também é variável, oscilando entre 3 meses e 6 anos.

População/Amostra	50			
	Tempo na moradia			
Tempo na cidade	Inferior a 1 ano (%)	1 a 5 anos (%)	Mais de 5 anos (%)	Não informado (%)
Inferior a 5 anos	36%	55%	-	9%
5 a 10 anos	16%	67%	17%	-
10 a 20 anos	8%	84%	8%	-
Mais de 20 anos	-	60%	40%	-

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Para a maioria das famílias, a motivação para se mudarem para a Vila Serrinha esteve associada à carência de recursos financeiros da família, seja pela dificuldade em custear o aluguel somado à falta de condições de realizarem a manutenção básica do lar (Figura 17). Também houve falas que associaram motivações relacionadas ao trabalho, busca por independência econômica, pela proximidade com a rede de apoio familiar e pela melhoria de qualidade de vida. Nesse contexto, é evidente que as famílias enfrentaram principalmente desafios relacionados ao custo habitacional da cidade, uma vez que este é fortemente influenciado pelo mercado imobiliário. Diante disso, elas optaram por buscar alternativas em outros territórios na cidade, recorrendo assim à Vila Serrinha. O pagamento do aluguel representava um ônus significativo para as famílias, afetando sua capacidade de suprir as necessidades básicas do lar, como alimentação.

Figura 17 - Motivação para a mudança para Vila Serrinha.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

No que se refere ao quantitativo de mudanças realizada pelas famílias, considerando os últimos 5 anos, evidencia-se que a maioria das famílias realizou pelo menos 1 (uma) mudança, correspondendo a 74%<sup>28</sup> da amostragem. A maioria das

<sup>28</sup> O restante, 22% informou não ter realizado mudanças nos últimos 5 anos e 4% não soube informar.

famílias relataram ter realizado apenas uma ou duas mudanças (59%) durante o período. Outras famílias mencionaram ter feito entre três e quatro mudanças (30%), enquanto um número menor informaram ter feito mais de cinco mudanças (11%). Esses dados sugerem uma instabilidade e fragilidade no acesso à moradia e, conseqüentemente, no aspecto territorial dessas famílias.

Tabela 4 - Mobilidade interna das famílias.

População/Amostra		50	
Categoria	Subcategoria	Quantidade	
Trajetória das famílias	Mudanças realizadas últimos 5 anos	1 ou 2	59
		3 ou 4	30
		Mais de 5	11
		<b>Localidade</b>	-
		Vila Serrinha	2
		Cidade Alta	29
		Demais bairros da cidade	49
		Outra cidade	15
		Não soube informar	5

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

A maioria das mudanças ocorreram entre os bairros fora da “Cidade Alta”, representando 49%. Comparando o motivo da mudança para Vila Serrinha, percebe-se que essas mudanças estão principalmente associadas à saída da condição de aluguel, construção ou vigilância da moradia ou à expectativa da valorização futura (75%). Isso indica que, para essas famílias, a mudança para a localidade está associada à uma promoção socioeconômica da família, possibilitada pelo acesso à moradia e à terra, mesmo que em um território informal com infraestrutura precária. Nesse sentido, Woortmann (2018) corrobora ao considerar que a posse de uma casa própria é crucial, pois o aluguel consome grande parte da renda do grupo, impactando diretamente a capacidade da família de atender às suas necessidades básicas. Para essas famílias, a posse de uma moradia própria representa uma condição de estabilidade, especialmente em caso de perda da capacidade de vender a força de trabalho.

Um quantitativo menor de famílias indicou ter vindo de outras cidades (15%), motivadas pela busca por trabalho ou algum tipo de independência, indicando que a mudança pode estar associada à ascensão social, pois o acesso à moradia ou à terra representa a inserção da família no mercado de trabalho. Já para as famílias que informaram que as mudanças aconteceram principalmente no conjunto de bairros da

“Cidade Alta”, representando 29% da amostragem, o motivo da mudança está majoritariamente associado à ausência de recursos financeiros (58%), sugerindo que a mudança para Vila Serrinha pode ter representado um declínio na sua condição socioeconômica, principalmente devido às barreiras enfrentadas para sua reprodução social.

Dessa forma, compreende-se que as famílias, com diferentes configurações, possuem trajetórias de vidas distintas, o que influencia seus contextos socioeconômicos e formas de organização. Ramos e Koga (2011) contribuem ao considerar que indivíduos com características similares, como os inseridos nas famílias pobres, apresentam demandas similares, mas devido às suas trajetórias de vida diferentes, as respostas a essas demandas variam.

## 5.2 As condições socioeconômicas das famílias

Na caracterização socioeconômica das cinquenta famílias participantes da pesquisa observou-se que elas representam um total de 138 indivíduos, dentre adultos<sup>29</sup>, pessoas idosas<sup>30</sup> e crianças e adolescentes<sup>31</sup>, representados por diferentes ciclos etários, geracionais e segundo o sexo correlacionados por eles. Com base na tabela 5 apresentada abaixo, percebe-se que a maior incidência consiste na população adulta (59%), seguido por crianças (27%), adolescentes (10%), e em um quantitativo inferior de idosos (4%), com pouco distanciamento quanto ao sexo.

Tabela 5 - Relação de indivíduos por ciclo geracional e sexo.

<b>Indivíduos por ciclo geracional e sexo</b>			
<b>População/Amostra</b>	<b>138</b>		
<b>Categoria/Indicador</b>	<b>Sexo</b>		
<b>Idade/Ciclo geracional</b>	<b>Masculino (%)</b>	<b>Feminino (%)</b>	<b>Total (%)</b>
Adultos	30%	29%	59%
Idosos	3%	1%	4%
Crianças	15%	12%	27%
Adolescentes	4%	6%	10%
Total	52%	48%	100%

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

<sup>29</sup> Indivíduos com idade entre 18 a 59 anos de idade.

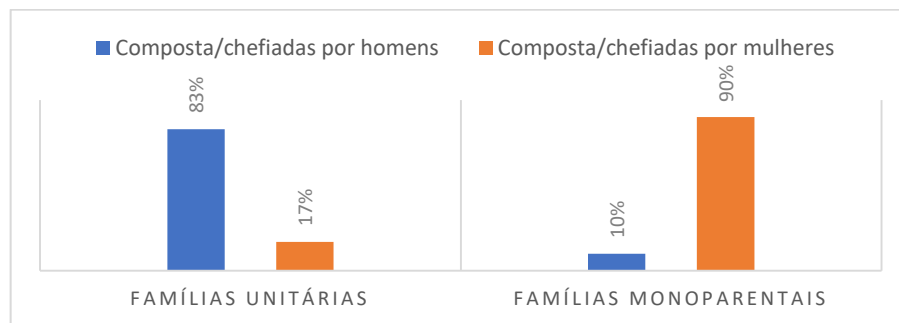
<sup>30</sup> Considera-se pessoa idosa os indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos, conforme Estatuto da Pessoa Idosa.

<sup>31</sup> Considera-se crianças os indivíduos com idade até 11 anos incompletos e adolescentes os indivíduos com idade entre 12 anos de idade a 17 anos incompleto, conforme Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em relação aos arranjos familiares, a maior incidência é observada pelas famílias nucleares<sup>32</sup> (36%), seguidas das unitárias<sup>33</sup> (24%), monoparentais<sup>34</sup> (20%), e outras composições, como famílias díade nucleares<sup>35</sup> (12%), famílias extensas<sup>36</sup> (6%) e famílias "dança a dois"<sup>37</sup> (2%) (Figura 18).

Quando correlacionado ao sexo dos chefes familiares, percebe-se uma distorção no que se refere às famílias unitárias e monoparentais (Gráfico 3). Neste contexto, a família unitária, aquela que se configura pela composição de apenas um indivíduo, está associada à figura masculina, enquanto as famílias monoparentais apresentam um quantitativo superior daquelas que são chefiadas por mulheres.

Figura 18 - Relação das famílias unipessoais e monoparentais com sexo do representante familiar.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Na análise destas configurações, Azevedo (2010, p. 583) considera que as famílias monoparentais se associam mais às mulheres, quando comparada àquelas chefiadas por homens. Para a autora, há uma tendência maior à pobreza associada a essas famílias, considerando que “independente do gênero, assumir sozinho a responsabilidade pela família significa não poder compartilhar responsabilidades e ônus com o cônjuge, o que, por sua vez, é um indicador de maior vulnerabilidade” (AZEVEDO, 2010, p. 584).

Tabela 6 - Perfil socioeconômico das famílias (tipo e renda) residentes no bairro Vila Serrinha, em Mariana, MG.

<sup>32</sup> União de adultos com seus descendentes, pai mãe e filhos (CANIÇO et al., 2010).

<sup>33</sup> Pessoa que vive sozinho (CANIÇO et al., 2010).

<sup>34</sup> Um progenitor com seus descendentes (CANIÇO et al., 2010).

<sup>35</sup> Relação conjugal sem filhos (CANIÇO et al., 2010).

<sup>36</sup> Coabitam ascendentes, descendentes e familiares colaterais (CANIÇO et al., 2010).

<sup>37</sup> Duas pessoas com laços familiares, sem relação conjugal (CANIÇO et al., 2010).

População/Amostra			50 (%)
Categorias	Subcategorias	Indicadores	-
Perfil Socioeconômico	Tipo de família	Família unitária	24
		Família díade nuclear	12
		Família nuclear	36
		Família extensa	6
		Família monoparental	20
		Família dança a dois	2
	Renda familiar	Até um salário mínimo	30
		Entre 1 e 2 salários mínimos	36
		Entre 2 e 3 salários mínimos	26
		Entre 3 e 4 salários mínimos	8

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Em relação à renda das famílias, a maioria está concentrada na faixa per capita de 1 a 2 salários mínimos (36%), ou mesmo renda per capita de até 1 salário mínimo (30%), enquanto as famílias com renda per capita mais elevadas são apresentadas em menor quantidade, aquelas de 2 a 3 salários mínimos (26%) e 3 a 4 salários mínimos (8%). Nota-se, portanto, que a maior parte das famílias estão associadas às menores rendas, aquelas de até 2 salários mínimos, que representam mais da metade das famílias (66%).

As famílias que se encontram na faixa de renda mais baixa, ou seja, aquelas com renda per capita de até um salário mínimo, frequentemente têm a figura feminina como responsável familiar. Isso inclui famílias unitárias femininas e famílias monoparentais chefiadas por mulheres (Tabela 7). Esses dois modelos de famílias, juntas, representam 60% das famílias que compõem essa faixa de renda. Esses dados indicam uma representação feminina na pobreza associada à condição de migrante na Vila Serrinha. De acordo com Costa et al. (2005), a representação feminina da pobreza está relacionada à concentração dessa condição entre as mulheres e nas famílias por elas chefiadas, o que tem sido uma constante ao longo dos anos no país. Isso reflete as marcas da estrutura desigual e patriarcal do capitalismo que prevalece.

Tabela 7 - Perfil socioeconômico das famílias, segundo modelos de família e renda.

População/Amostra	50			
	Faixa de renda da família (%)			
Modelos de família	Até um salário mínimo (%)	Entre 1 e 2 salários mínimos (%)	Entre 2 e 3 salários mínimos (%)	Entre 3 e 4 salários mínimos (%)
Família unitária feminina	13	11	0	0
Família unitária masculina	0	33	15	0
Família díade nuclear	13	22	0	0
Família nuclear	27	22	62	50
Família extensa	0	0	15	25
Família dança a dois	0	0	8	0
Família monoparental chefiada por mulheres	47	6	0	25
Família monoparental chefiada por homens	0	6	0	0
Total	100	100	100	100

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Segundo Yazbek (2012), a pobreza é entendida como uma manifestação da “questão social”, que se expressa como um fenômeno histórico e socialmente construído no contexto do desenvolvimento capitalista. Isso leva a população empobrecida a enfrentar diversas carências e privações em uma sociedade marcada por desigualdades, onde, ao lado da acumulação de riquezas, coexiste a miséria. Para a autora, a pobreza vai além da simples falta de renda; ela representa uma condição de dominação e subalternidade, associada a desigualdades estruturais. Esse processo reflete a disposição de mão de obra barata que permeia o sistema capitalista contemporâneo, resultando na marginalização de uma parcela da população em relação ao trabalho digno.

Quando associado à representação feminina, percebe-se que a mulher sofre mais com as desigualdades, em uma sociedade que separa os trabalhos ditos inerentes às mulheres e hierarquizados em detrimento dos trabalhos exercidos pelos homens (HIRATA; KERGOAT, 2007). A divisão sexual do trabalho, como uma forma da divisão social, controla as vidas e os corpos das mulheres, atribuindo a elas papéis específicos, como mães, esposas e donas de casa. Mesmo com avanços que permitem que as mulheres ultrapassem alguns desses limites, elas continuam sendo responsáveis por atividades ligadas ao cuidado e frequentemente assumem a dupla jornada de trabalho, mesmo quando têm a oportunidade de trabalhar fora de casa. Essas atividades muitas vezes estão associadas a profissões consideradas “femininas” (CISNE et al., 2008).

Quando se trata de ocupação laboral, observa-se que os indivíduos com mais de 18 anos estão envolvidos em várias atividades, sendo que a maioria, composta por mulheres, declarou ser dona de casa (39%), como mostrado na Tabela 8. Woortmann (2018) aponta que a categoria “dona de casa”, juntamente com o “pai de família”, têm papéis centrais na estrutura da família nuclear. Para a autora, a família nuclear é o modelo legitimado pela ordem hegemônica da sociedade e está associada ao conceito de privacidade. Nesse modelo, o homem desempenha o papel de pai responsável pela subsistência do lar e pela liderança, enquanto a mulher assume o papel de dona de casa, responsável pelos cuidados do lar e dos filhos.

Tabela 8 - Perfil socioeconômico das famílias quanto à escolaridade e ocupação.

Indivíduos adultos (+ 18 anos) que compõe os núcleos familiares			
População/Amostra		88 (%)	
Categorias	Subcategorias	Indicadores	
Perfil Socioeconômico	Escolaridade	Analfabeto funcional	3
		Fundamental incompleto	33
		Fundamental completo	2
		Médio incompleto	13
		Médio completo	34
		Superior incompleto	1
		Superior completo	1
		Não informado	13
	Ocupação	Donas de casa	39
		Pedreiro	13
		Mineração	10
		Autônomo	8
		Ajudante	8
		Aposentado	8
		Funcionário Público	7
Ocupações diversas <sup>38</sup>	8		

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

A atividade de pedreiro tem a segunda maior representatividade dos indivíduos (13%), seguido pelos indivíduos que informaram trabalhar no ramo da mineração (10%), e por diversas outras ocupações. Nesse contexto, nota-se que os migrantes da Vila Serrinha estão envolvidos em diversas atividades laborais, e em sua maioria, não exigem formação específica ou nível educacional determinado. Os dados relativos à condição de trabalho na mineração serão discutidos em capítulo posterior. No entanto, é importante considerar neste momento que 10% dos indivíduos relataram estar trabalhando na mineração, ou, como frequentemente mencionado por eles,

<sup>38</sup> Auxiliar/ajudante de cozinha, cozinheira, auxiliar de serviços gerais, armador, carpinteiro, comerciante, construtor, estudante, motoboy, operador, segurança, porteiro e vigilante.

"trabalhando na área", sem especificar a atividade exercida. Além desses indivíduos, outros que especificaram a atividade desenvolvida também relataram estar envolvidos no ramo da mineração<sup>39</sup>. Portanto, ao se indagar especificamente sobre o envolvimento dos entrevistados com a atividade de mineração, constatou-se que 19% deles estavam envolvidos, direta ou indiretamente, com essa atividade.

Entre os participantes da amostra que afirmaram estar empregados na indústria de mineração, treze deles, indicaram estar atualmente empregados, enquanto sete relataram ter tido experiência (s) de trabalho na atividade nos últimos cinco anos, o que corresponde a 40% da amostra. Com base no vínculo atual de trabalho, esse grupo relatou ter trabalhado na atividade por períodos que variaram de 2 meses a 8 anos, sendo que a maioria teve menos de 1 ano de experiência. Esse dado sugere uma alta rotatividade no mercado de trabalho ligado à mineração, característica da superexploração resultante do processo de terceirização da força de trabalho, conforme destacado por Bertollo (2018). Essas se comporiam como estratégias para redução de custos operacionais para o aumento/manutenção das taxas de lucro. Para Santos (2012), a rotatividade devido ao pouco tempo de duração do trabalho é consequência do padrão de exploração da força de trabalho, contexto em que os critérios de contratação podem privilegiar a escolaridade em detrimento à qualificação e possuir outras exigências de punho discriminatórios, como cor/raça e gênero.

A precarização do trabalho, incluindo trabalho temporário, subcontratos e terceirização, insere-se no processo de subproletarização que caracteriza a sociedade capitalista contemporânea. De acordo com Antunes (2006), esse processo resulta na fragmentação e complexificação da classe trabalhadora, com o desemprego estrutural sendo a consequência mais brutal desse processo. O autor argumenta que o capital busca intensificar a exploração do trabalho, dividindo a classe trabalhadora em dois grupos: de um lado, uma minoria de "trabalhadores polivalentes e multifuncionais da era informacional, capazes de operar máquinas com controle numérico e de exercer intensamente sua dimensão intelectual" (ANTUNES, 2006, p. 1); e de outro, a grande massa de trabalhadores precarizados e desqualificados, que enfrentam formas de emprego parcial, temporário, e o desemprego estrutural.

---

<sup>39</sup> Sem especificação (35%), vigilante (17%), auxiliar de serviços gerais (6%), motorista (6%), operador (6%), soldador (6%), carpintaria (6%), pedreiro (6%), ajudante de soldagem (6%), armador (6%).

Tabela 9 - Tempo de atuação e quantitativo de experiências no trabalho na mineração.

População/Amostra		20 (%)
<b>Categoria</b>		-
Tempo de inserção no trabalho atual na área da mineração	2 a 5 meses	46
	6 meses a 9 meses	15
	1 a 2 anos	31
	8 anos	8
Experiências anteriores na área da mineração	Nenhuma experiência anterior	5
	1 a 4	50
	5 a 7	30
	10	15

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Em relação à renda dessas famílias, percebe-se que estão relacionadas a uma melhor renda, quando comparado a amostragem geral. Os dados apresentam uma maior concentração das famílias trabalhadoras nas mineradoras nas faixas de renda superiores, quando comparado à amostragem geral. Na maioria dos casos, o acesso ao trabalho não exigiu formação. Essa quando solicitada, se limita aos cursos específicos da área ou, em proporção inferior, ao curso técnico. Para conseguir o trabalho na mineração, a maioria buscou diretamente na empresa empregadora (40%). Mas foi significativo o percentual daqueles que acessaram ao trabalho a partir da mediação de amigos (25%) e de familiares (15%) (Tabela 10).

Tabela 10 - Relação de tempo das famílias na cidade com o tempo na moradia.

População/Amostra		20 (%)
<b>Categoria</b>		
Forma de acesso	Mediação por amigos	25
	Mediação por familiar	15
	Mediado diretamente na empresa	40
	Através do SINE	20
Formação exigida inicialmente	Sem exigência	65
	Curso específico	30
	Curso técnico	5

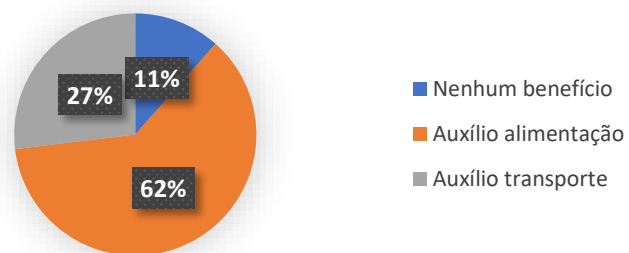
Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Todos informaram acessar o local de trabalho por meio de ônibus disponibilizado pela própria empresa empregadora, percorrendo um trajeto que varia de 1 a 2 horas. Durante os horários de troca de turno, no período da manhã e final de tarde é visível o grande contingente de ônibus nas áreas centrais da “cidade alta”, bem como, nos pontos de ônibus próximos às entradas da Vila Serrinha, já que o bairro não possui pontos de ônibus. Em função disso, os moradores têm que fazer

uma caminhada de aproximadamente 30 minutos até os pontos de ônibus dos bairros que fazem limite, como Santa Clara e Santa Rita de Cassia.

Dentre os trabalhadores da área da mineração, a maioria indicaram receber por hora extra trabalhada, representando 75% da amostra. Como benefício, a maioria informaram ter acesso a plano de saúde através do vínculo empregatício na área da mineração, o representou 85% da amostra. Todavia, apenas um dos trabalhadores indicou que o plano de saúde possui abrangência para todo o núcleo familiar. Três dos trabalhadores indicaram ter sofrido acidente de trabalho na área. Outros benefícios foram indicados por eles, como auxílio alimentação e auxílio transporte, conforme apresentado pelo Figura 19. Apenas três dos trabalhadores indicaram que não recebiam nenhum benefício.

Figura 19 - Benefícios recebidos no trabalho na mineração.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Em relação à escolaridade do grupo em geral, a maioria dos indivíduos incluídos na amostra da pesquisa indicaram possuir ensino médio completo (34%) ou ensino fundamental incompleto (33%). Esses dados mostram que a maior parte dos indivíduos teve acesso à educação básica, mesmo que não tenham concluído o ciclo escolar, como é o caso daqueles com ensino fundamental incompleto. Uma parcela menor não possui nenhuma escolaridade, sendo considerados analfabetos funcionais (3%)<sup>40</sup>. Com relação a esses indivíduos, os dados apontam que mais da metade são idosos. Com relação ao ensino superior, os dados também apontam que pouco mais de (2%) de indivíduos estão inseridos nessa faixa de escolaridade, indicando que o acesso ao ensino superior não está no contexto dessas famílias.

Quanto à cor/raça declarada pelos entrevistados<sup>41</sup>, os que se declararam brancos e de cor amarela representaram os menores percentuais, sendo 18 e 2%,

<sup>40</sup> Indivíduos que apenas assinam o nome, sem condição de demais escrita ou leitura.

<sup>41</sup> 14% dos entrevistados não declararam sua cor/raça.

respectivamente, enquanto a maioria se autodeclarou parda (40%), seguida pelos que se declararam pretos/negros (26%), somando 66%. Esses dados apontam que as classificações de cor/raça dos indivíduos seguem o perfil das famílias inseridas no CadÚnico, no qual a maioria se declara com cor/raça parda ou preta, somando 68,66%, característica marcante nas famílias pobres no país (BRASIL, 2024). Esses dados são representativos da segregação socioespacial e racial presente na estrutura social brasileira, em que parcela da população em meio a ausências de direitos, é exposta à exploração, desigualdades e exclusão. A pobreza tem cor, e os pobres são empurrados para áreas distantes na cidade, locais marcados pela ausência de infraestrutura urbana e serviços públicos (CARRIL, 2006).

No que diz respeito à religião predominante entre as famílias entrevistadas, a católica foi a mais mencionada (66%), refletindo a influência do catolicismo e da centralidade da Igreja Católica na cidade. No entanto, outras religiões também foram mencionadas pelos entrevistados, incluindo o protestantismo (22%), seguido por aqueles que informaram não ter religião (10%) e os que indicaram seguir outra religião (2%).

Tabela 11 - Perfil socioeconômico das famílias (Cor/raça e religião).

População/Amostra			50 (%)
Categoria	Subcategorias	Indicador	
Perfil Socioeconômico	Cor/raça do entrevistado	Não informado	14
		Parda	40
		Preta	26
		Branca	18
		Amarela	2
	Religião predominante na família	Católica	66
		Protestante	22
		Outra religião <sup>42</sup>	2
		Sem religião	10

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Nota-se que a maioria das famílias possui sua renda proveniente do mercado de trabalho formal, o que sugere uma interação significativa das famílias com as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho na cidade (Tabela 12). A principal fonte de renda das famílias provém do mercado de trabalho formal, representando mais da metade delas (58%). Em seguida, há as famílias cujas rendas são

<sup>42</sup> A religião não foi informada.

provenientes da seguridade social, seja por meio de benefícios assistenciais (12%) ou previdenciários (10%), totalizando 20%. Outras fontes de renda estão relacionadas ao trabalho informal (18%), e por último, há as famílias que recebem ajuda e doações de terceiros (2%). Pode-se observar que a população migrante que se desloca para a cidade e opta pela autoconstrução<sup>43</sup> como meio de acesso à terra e moradia constitui uma classe de assalariados integrada à economia urbana industrial capitalista.

Tabela 12 - Perfil socioeconômico das famílias entrevistadas (fonte de renda e principais gastos).

População/Amostra			50 (%)
Categorias	Subcategorias	Indicadores	
Perfil Socioeconômico	Principal fonte da renda familiar	Mercado formal de trabalho	58
		Mercado informal de trabalho	18
		Benefício Assistencial	12
		Benefício Previdenciário	10
		Ajuda de terceiros/doações	2
	Principal gasto da família	Alimentação	76
		Moradia	12
		Saúde	10
		Locomoção	2

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

O maior comprometimento da renda familiar está associado à alimentação (76%), seguido pelos gastos com a moradia (12%), saúde (10%), e locomoção (2%). A renda das famílias que residem na Vila Serrinha está, portanto, direcionada principalmente para a subsistência do núcleo familiar e para as despesas básicas do lar, como alimentação. O preparo dos alimentos pelas famílias entrevistadas, em sua maioria, é realizado por fogão a gás (92%). Um pequeno percentual faz uso da lenha como combustível, por meio de fogão à lenha (4%) ou em fogão a lenha improvisado com tijolos e latas (4%), indicando uma carência dessas famílias para acessar recursos mais caros como o gás.

Os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE (SIDRA, 2018) contribuem para a compreensão do comprometimento da renda das famílias brasileiras na atualidade. Segundo esses dados, os ganhos das famílias são principalmente direcionados para habitação (29%), transporte (14,6%) e alimentação (14,2%). Esses resultados estão em linha com os estudos de Maricato (1982), que destacam a habitação como o componente mais oneroso no orçamento da população

<sup>43</sup> A discussão relacionada a “autoconstrução”, alternativa que a população empobrecida recorre à terra/moradia, será abordada a frente.

brasileira. A autora argumenta que os custos com moradia não são compatíveis com os salários oferecidos à classe trabalhadora, levando-as a buscar alternativas para acessar terra e moradia

Nesse contexto, é interessante observar que, para as famílias migrantes que se estabeleceram na Vila Serrinha, os dados contradizem essa tendência, já que passaram a comprometer uma parcela maior de sua renda com alimentação. No entanto, apesar do acesso irregular à moradia na região, o custo com habitação continua sendo um dos maiores comprometimentos da renda. Segundo relatos dos entrevistados, esse comprometimento está principalmente relacionado ao investimento feito na construção da casa. Característica da autoconstrução, esse processo ocorre de forma contínua ao longo do tempo, de acordo com as condições de cada família

No que se refere ao comprometimento da renda familiar com empréstimos, observamos que um quantitativo de 16% dos entrevistados informaram possuir empréstimos, e 84% informaram não possuir, considerando os últimos 5 anos (Tabela 13).

Tabela 13 - Relação da renda familiar com a realização de empréstimos (últimos 5 anos)

População/Amostra			50 (%)
Categoria	Subcategorias	Indicador	
Perfil Socioeconômico	Existência de empréstimos	Não possui empréstimos	16%
		Possui empréstimos	84%
	Motivações que levou a realização do empréstimo	Reforma/Construção/Pagamento da moradia	62%
		Manutenção básica do Lar	25%
		Investimento no trabalho	13%

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

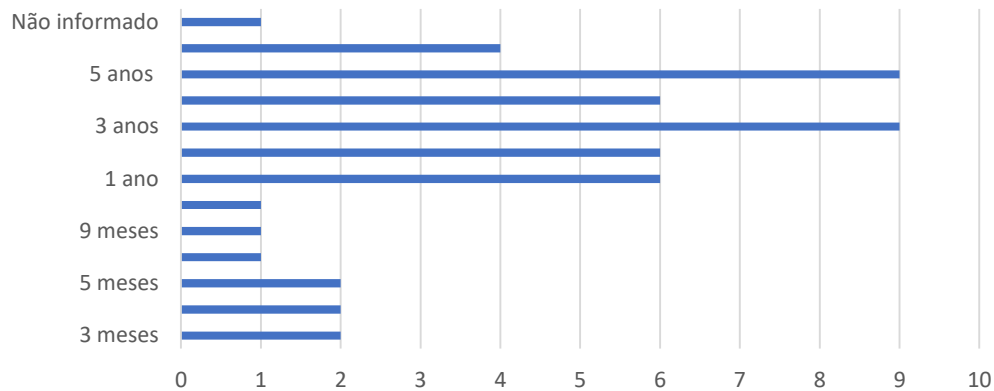
Entre as famílias que mencionaram ter sua renda comprometida com empréstimos, a maior parte relatou que isso ocorreu devido à necessidade de realizar reformas, construção ou aquisição de moradia (62%). Em seguida, temos as famílias que precisaram recorrer a empréstimos para custear a manutenção básica do lar (25%), e, por fim, aquelas que foram motivadas a investir em instrumentos de trabalho (13%). Apesar de não existir um padrão entre essas famílias, pode ser considerado que todas destinaram o uso do empréstimo visando a manutenção básica e

sobrevivência da família. Nesse sentido, Dowbor (2003, p. 299) corrobora ao considerar que o “pobre, por ganhar pouco, pode pagar pouco, e se vê obrigado a parcelar a sua magra capacidade de compra a juros numa altitude onde já começa a faltar oxigênio”. Uma dessas famílias que relatou ter parte da renda comprometida com empréstimos, indicou que esses empréstimos estão atrelados aos rendimentos de benefícios sociais do governo federal. Estas medidas foram implementadas durante o governo Bolsonaro, quando o Programa Auxílio Brasil substituiu o Programa Bolsa Família. Isso reflete uma estratégia de incentivo ao consumo por meio da financeirização, beneficiando o sistema bancário e o setor privado, o que resulta no endividamento da população.

### **5.3 As condições habitacionais das famílias em Vila Serrinha**

A maioria das famílias em Vila Serrinha residia em moradias próprias (86%), enquanto uma proporção muito menor vivia em moradias cedidas por terceiros (8%) ou em moradias alugadas (6%). Este é um contingente significativo de famílias com acesso à casa própria que se dá, entretanto, maior parte das vezes, sem registro formal da propriedade. No grupo das famílias que trabalha (ou que já tenha trabalhado) em mineradoras (40% da amostra) 90% reside em moradia própria. Na comparação com o dado geral, observa-se que não há um aumento expressivo que corrobore a hipótese de uma melhor organização socioeconômica dessas famílias, quando comparado à amostragem geral da pesquisa. Nesse grupo, 83% esteve associado diretamente à construção da sua moradia cujo valor de investimento não apresentou um padrão. O tempo de residência das famílias nas moradias variou de 3 meses a 6 anos, com a maioria das situações concentradas em residências de 3 ou 5 anos.

Figura 20 - Tempo que as famílias habitam na moradia no bairro Vila Serrinha:



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Observou-se também que muitas das moradias visitadas e/ou observadas na localidade possuíam garagem, ou terrenos demarcados para essa função, que eventualmente eram alugados para terceiros. Um dos entrevistados, residente em moradia própria, informou alugar sua garagem para até 4 carros, complementando assim sua renda. Woortmann (2018, p, 125) nos ajuda a compreender os vários significados da casa própria no contexto de uma sociedade capitalista, ao relacionar este bem como tendo também significado de capitalização e, além do “valor de uso”, agrega-se o “valor de troca”. Ou seja, a casa nesse sentido representa “mais que consumo”, pois ela pode se tornar fonte de renda, uma vez que ela pode ser total, ou parcialmente, alugada.

Também foi constatado que o custo mensal das moradias alugadas variava entre R\$ 200,00 e R\$ 300,00. Esse cenário coloca o grupo em um contexto diferenciado em relação aos direitos à moradia e à propriedade na sociedade brasileira. Conforme observado por Mello (2012), na conjuntura do Brasil, o monopólio do mercado imobiliário por parte de alguns proprietários faz com que os consumidores mais pobres e sem acesso ao crédito tenham que recorrer ao aluguel de moradias, muitas vezes em localidades disponíveis conforme as condições da família.

Das famílias entrevistadas, 86% residiam em moradias próprias, o que corresponde à maioria da amostra. Dessas moradias, 87% foram construídas pelas próprias famílias, enquanto 11% foram adquiridas por compra e 2% obtidas por meio de troca. A autoconstrução emerge como uma alternativa para o acesso à moradia por parte das famílias de baixa renda, permitindo-lhes utilizar os recursos disponíveis para construir suas próprias casas. Esse processo pode envolver desde a construção

inicial até a continuidade das obras, caso a moradia seja adquirida por compra ou troca. A efetividade desse processo é influenciada por diversos fatores, como renda, disponibilidade de tempo e de mão de obra, variando de acordo com as condições de cada família.

As famílias que adquiriram as moradias relataram investimentos variando entre R\$ 20.000,00 e R\$ 50.000,00. Por outro lado, as famílias que construíram suas próprias moradias mencionaram investimentos em média de R\$ 37.719,00 na construção, considerando a ampla variação de R\$ 3.000,00 a R\$ 200.000,00<sup>44</sup>. Entre essas famílias, 32% indicaram ter adquirido o terreno através da compra, enquanto 68% ocuparam o terreno sem qualquer relação de compra ou troca. No caso da compra do terreno, o valor médio informado pelos entrevistados corresponde a R\$ 15.769,00, considerando variação de R\$ 1.000,00 a R\$ 40.000,00. Nessas situações, emergiu a importância das redes de apoio financeiro entre familiares como laços fundamentais para enfrentar a falta de recursos das famílias no acesso à casa própria. Um exemplo é o relato de uma família que recebeu ajuda de um irmão, que cedeu parte de seu terreno para que ela pudesse construir sua moradia. O tema das redes de apoio familiar e de vizinhança será explorado de forma mais aprofundada nos capítulos seguintes. No caso dos residentes em moradias alugadas, cedidas ou adquiridas por meio de compra ou troca, eles não estiveram diretamente envolvidos no processo de acesso à terra e construção das residências. Registra-se também que, apesar das poucas diferenças da amostragem geral, percebe-se que em relação às condições habitacionais dos trabalhadores que integraram (ou já integraram atividades mineradoras) as habitações dessas famílias, seguiam o padrão geral das famílias que não trabalhavam na mineração, não se distinguindo das demais.

Tabela 14 - Valor médio de investimento das famílias nas diferentes situações.

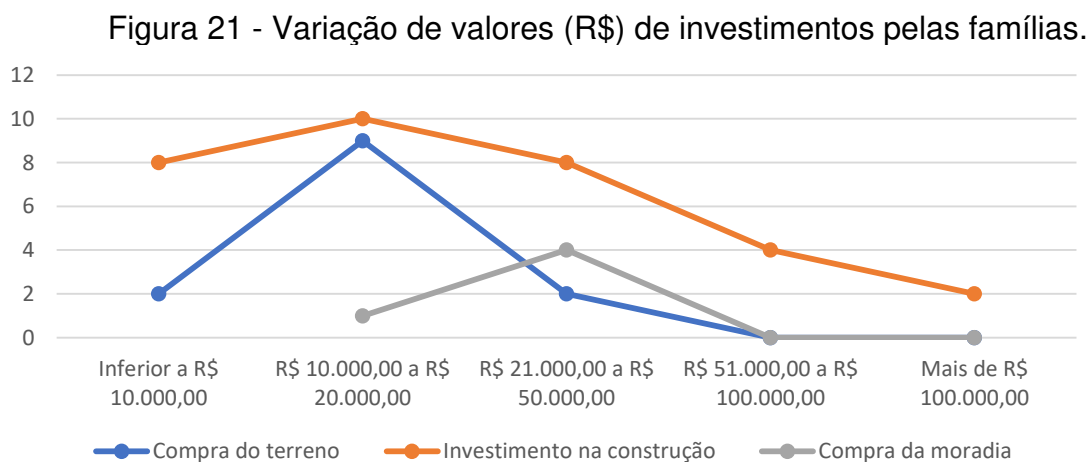
<b>Tipo de gasto/investimento</b>	<b>Valor médio (R\$)</b>
Aluguel	R\$ 250,00
Compra de moradia	R\$ 32.600,00
Compra de terreno	R\$ 15.769,00
Construção de moradia	R\$ 37.719,00

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

<sup>44</sup> Nove dessas famílias não conseguiram informar o valor de investimento na construção da moradia.

As condições de clandestinidade ou ilegalidade refletem o que Abramo (1986) enfatizou em sua pesquisa sobre o acesso à terra urbana no Brasil. Frequentemente, essa é vista como uma oportunidade para adquirir moradia permanente por meio do mercado de terras. De acordo com o autor, os loteamentos clandestinos ou informais surgem de esquemas próprios de financiamento, oferecendo maior acessibilidade às famílias de baixa renda devido às exigências menos rigorosas. Estas situações indicam que o acesso à moradia na localidade é regido por relações e negócios informais. Em uma economia capitalista, a moradia se torna um objeto de consumo que vai além de simplesmente satisfazer a necessidade de abrigo. Muitas vezes, o propósito primário de fornecer abrigo é relegado a segundo plano, e a moradia passa a ser vista principalmente como propriedade, seja por motivos financeiros ou pelo desejo de possuir uma casa própria, impulsionado pelo fetiche de pertencimento (MELLO, 2012).

A Figura 21, mostra a correlação entre os investimentos financeiros realizados pelas famílias entrevistadas na compra da moradia, compra do terreno e investimento na construção. Mesmo em situações de informalidade ou ilegalidade, os terrenos e as moradias adquirem valores de troca, além de seus valores de uso, que estão ligados ao atendimento das necessidades sociais e humanas dos indivíduos. Dentro de uma perspectiva marxista, como apontado por Netto e Braz (2006), o valor de uma casa/terreno é expresso em dinheiro e seu preço é determinado por diversos fatores, sendo regulado pela lei do valor que impera no modo de produção capitalista e que, na universalização do capitalismo, regula as relações econômicas.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Observa-se que a maioria das famílias possui apenas uma moradia, que é habitada por elas na Vila Serrinha. Entre as famílias entrevistadas, apenas três relataram possuir outra moradia além daquela na Vila Serrinha. Essas residências adicionais estão localizadas em Mariana, no bairro Santa Rita de Cássia, bem como em municípios mais distantes, como Guaraciaba, MG e até mesmo Montes Claros, MG. A condição de migrante em Mariana impõe-se como uma necessidade de as famílias deixarem suas condições anteriores em busca de uma nova oportunidade de moradia na Vila Serrinha.

Uma das famílias entrevistadas relatou possuir um terreno em sua propriedade, com uma moradia em construção na Vila Serrinha. A família planeja concluir a construção da moradia na localidade para poder residir lá, enquanto isso, vivem em uma moradia próxima cedida por um familiar. Isso é feito para "vigiar" tanto o terreno com a moradia em construção quanto à moradia habitada, enquanto o proprietário/familiar não reside na mesma. Nesse sentido, compreende-se que a moradia vai além de suas dimensões físicas e materiais, tendo também aspectos ideológicos, culturais e simbólicos, estando intimamente relacionada com a organização familiar em um determinado momento (WOORTMANN, 2018).

O acesso à terra/moradia pelas famílias residentes em Vila Serrinha não esteve associado ao poder público. Nenhuma família indicou receber ajuda do poder público ou de atores políticos. Para a maior parte das famílias este acesso se dá à custa da própria família que autoempreende a construção de sua casa própria. Nesse processo, os moradores desempenham um papel ativo na construção da moradia, o que é característico da autoconstrução, como discutido por Caldeira (2017) ao analisar a produção do espaço na sociedade do Sul Global e, em algumas situações associada a redes familiares e/ou de amigos<sup>45</sup>. Majoritariamente as moradias possuíam apenas 1 (um) pavimento (94%), enquanto um quantitativo inferior possuía 2 (dois) pavimentos (6%). O número de cômodos variou entre 1 (um) a 10 (dez) cômodos, com uma maior incidência nas moradias de 2 (dois), 3 (três), ou 4 (quatro) cômodos.

Tabela 15 - Número de Cômodos e Pavimentos das moradias.

População/Amostra			50 (%)
Categoria	Subcategorias	Quantidade	
	Cômodos	1	2

<sup>45</sup> Voltaremos a discutir o tema das redes familiares/amigos no tópico seguinte.

Condições Habitacionais		2	26
		3	26
		4	22
		5	14
		6	4
		9	2
		10	4
	Pavimento	1	94
		2	6

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

No que se refere à densidade habitacional, mensurada pela relação do quantitativo de cômodos das moradias com o quantitativo de indivíduos residente nas casas, observou-se que, as moradias menores, com 1 (um) ou 2 (dois) cômodos, eram habitadas por famílias compostas por 2 (duas) pessoas ou mesmo, 1 (uma) pessoa. As moradias que possuíam 3 (três) ou 4 (quatro) cômodos eram habitadas por famílias com 3 (três) pessoas, ou mesmo, famílias compostas por apenas uma pessoa. Já aquelas com mais de 5 cômodos, estas eram habitadas por famílias com 3 (três) a 4 (quatro) pessoas. Em outras palavras, as moradias maiores abrigavam os núcleos familiares com maior número de pessoas (Tabela 16).

**Tabela 16 - Relação de cômodos com quantidade de integrantes nas famílias**

População/Amostra		50 (%)					
		Integrantes por família					
Categoria	Quantidade	1	2	3	4	+ 5	Total
Cômodos	1-2	29	43	7	14	7	100
	3 -4	31	17	39	9	4	100
	+5	10	10	40	30	10	100

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

É importante ressaltar que uma análise mais aprofundada desses dados exigiria correlacioná-los com o tamanho das moradias, que varia ao longo da localidade. No entanto, poucos entrevistados puderam fornecer essa informação. Apesar disso, observou-se que cinco famílias entrevistadas (o que representa 10% da amostra), relataram não ter quartos suficientes para acomodar todos os membros do núcleo familiar. Tal situação resultava na necessidade de algumas pessoas dormirem em outros espaços da moradia além dos quartos. Apesar da observância do padrão modesto associado à maioria das moradias, é importante registrar a presença de

algumas poucas moradias muradas, onde não foi possível apreensão das condições dessas edificações.

De acordo com os relatos dos entrevistados, todas as moradias possuíam banheiros construídos dentro da casa. Segundo Woortmann (2018), a organização da casa geralmente reflete a estrutura familiar, acomodando os membros da família. Ao longo do tempo, as famílias podem realizar adaptações em suas moradias para garantir o conforto adequado para todos os membros. Essas adaptações também foram observadas na maioria das moradias das famílias estudadas que possuíam uma parcela de terreno demarcado para além da área construída da moradia: um espaço a ser utilizado como garagem, horta, ou apenas demarcada, e que futuramente poderia ser utilizada para ampliação da própria moradia. Como observou Maricato (1982) em seus estudos, na autoconstrução a casa cresce parceladamente.

Figura 22 - Áreas externas demarcadas como espaço a serem utilizados.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

De acordo com Maricato (1982), o modelo periférico de autoconstrução emerge como uma alternativa viável para o acesso à moradia entre os mais pobres. Muitas vezes, essas comunidades, inseridas em redes de solidariedade, utilizam o modelo arquitetônico disponível em uma dinâmica de construção informal e alternativa. Durante a coleta de dados na Vila Serrinha, tivemos a oportunidade de conhecer o interior de algumas moradias. Em uma delas, um dos moradores nos convidou a conhecer a sua casa e nos mostrou o piso e parte das paredes da casa, cobertos com

pequenos "cacos" de cerâmica de diferentes formatos e cores. Ele nos informou com orgulho que havia feito essa junção com suas próprias mãos.

Com relação aos materiais predominantes na construção das moradias na Vila Serrinha, a Tabela 17 expõe os elementos da cobertura, paredes externas e piso das moradias, com o objetivo de apresentar as características e condições de moradia vivenciadas pelas famílias na localidade.

Tabela 17 - Materiais predominantes nas edificações das moradias pesquisadas.

População/Amostra		50 (%)
Categoria	Revestimento/tipo	
Cobertura	Laje	28
	Telha de Amianto	66
	Telha colonial de barro	6
Paredes externas	Tijolos expostos	42
	Tijolos com reboto	48
	Tijolos com tinta industrial	8
	Tijolos com cerâmicas	2
Piso	Cimentado	56
	Cerâmico	44

Fonte: dados da Pesquisa, 2023.

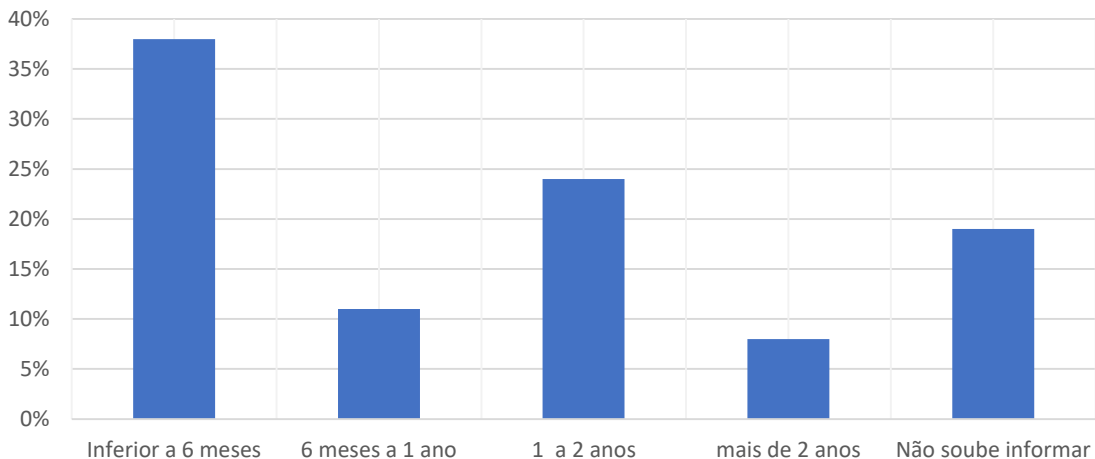
A cobertura das moradias em grande maioria era feita com telhas de amianto (66%), seguido pelas moradias que eram cobertas com laje (28%) ou com telhas de barro em estilo colonial (6%). Além disso, observou-se que todas as moradias foram edificadas com tijolos e, em sua maioria possuíam apenas o acabamento de reboco (48%), quase sempre, em condições depreciadas e/ou improvisadas. Um quantitativo expressivo, possuíam as paredes externas apenas com os tijolos expostos sem revestimento ou acabamento (42%). Apenas um pequeno percentual tinha acabamento nas paredes externas com tinta industrial (8%) ou com revestimento em cerâmica (2%). Já o piso das moradias era, na sua maior parte, cimentado (56%), ou possuía cerâmica no piso (44%).

Essa realidade reflete as características descritas por Maricato (1982) sobre a autoconstrução nas periferias, especialmente na região metropolitana de São Paulo. A autora observa que nesses empreendimentos, os processos de construção se estendem por longos períodos, com as famílias utilizando materiais de construção de baixo custo e fácil manipulação. Durante esse processo, a criatividade na construção é muitas vezes deixada em segundo plano pelos moradores, pois os recursos

financeiros e o tempo de construção estão intimamente ligados à capacidade da família de garantir sua subsistência e suprir suas necessidades básicas.

No estudo em questão, a maioria das moradias foi construída e habitada em um período de até 6 meses, seguido por aquelas que levaram de 1 a 2 anos para serem concluídas (Gráfico 6). As construções que demoraram mais de 2 anos para serem finalizadas são apresentadas em quantitativo inferior. No entanto, apesar do tempo relativamente curto de construção, as condições precárias das moradias, como o piso de cimento, telhado de amianto e falta de revestimento nas paredes externas, indicam que a maioria das casas não possuem acabamento adequado. A necessidade urgente de abrigo levou as famílias a ocuparem as residências antes mesmo de estarem completamente prontas. Isso sugere uma sensação de constante construção, mesmo após as famílias já estarem morando nelas. Como discutido anteriormente, na autoconstrução, o processo de construção da moradia se estende ao longo do tempo, de acordo com os recursos disponíveis para a família.

Figura 23 - Tempo de construção das moradias até serem habitadas.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Quando analisamos o tempo de construção das moradias em relação à renda familiar, observamos uma tendência interessante, apesar da pequena variação nos números da amostra. As famílias que conseguiram construir suas moradias em menos de um ano estão mais associadas a uma melhor organização financeira. Nota-se que essas famílias, que concluíram a construção mais rapidamente, têm uma incidência menor de pertencer à faixa de renda mais baixa, ou seja, aquelas com renda de até um salário mínimo. Por outro lado, há uma maior concentração dessas famílias na

faixa de renda mais alta, entre 3 e 4 salários mínimos, em comparação com as construções que levaram mais de um ano para serem concluídas. Ou seja, quando têm melhores condições de renda, as famílias tendem a continuar investindo na construção.

Tabela 18 - Tempo de construção em relação a renda familiar.

População/Amostra	37				
	Faixa de renda familiar				
	Até um salário mínimo (%)	Entre 1 e 2 salários mínimos (%)	Entre 2 e 3 salários mínimos (%)	Entre 3 e 4 salários mínimos (%)	Total (%)
Até 1 ano	17%	33%	33%	17%	100%
1 ano ou mais	25%	34%	33%	8%	100%

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

A discrepância entre a percepção dos entrevistados sobre a situação de risco de suas moradias e as classificações do Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR) é um ponto relevante a ser considerado. Enquanto apenas três entrevistados relataram considerar que suas moradias apresentam algum tipo de risco, o PMRR<sup>46</sup> indica que várias áreas da Vila Serrinha estão classificadas como R3, o que significa um alto risco<sup>47</sup>. Essa classificação é atribuída principalmente às características do terreno, que incluem a presença de barrancos e paredões rochosos.

Figura 24 - Situações de risco presentes na Vila Serrinha, segundo o Plano Municipal de Redução de Risco (2022).

<sup>46</sup> O Plano de Contingência municipal foi disponibilizado pela Subsecretaria de defesa civil de Mariana/MG.

<sup>47</sup> A classificação de risco da Defesa Civil consiste em R1 (risco baixo a inexistente); R2 (Risco médio) /R3 (risco alto); e R4 (risco muito alto), conforme aponta o Plano Municipal de Redução de Risco – PMRR.



Fonte: Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR).

A maioria das famílias que relataram residir em moradias em situação de risco está associada a moradias alugadas. Dessas três moradias identificadas como estando em risco, duas eram alugadas e uma pertencia à própria família. O perigo nessas habitações está relacionado ao risco de deslizamentos de terra devido a barrancos e à possibilidade de inundações causadas por chuvas intensas. Todas essas residências estão localizadas na área central da Vila Serrinha.

Figura 25 - Área rochosa e mais elevada da Vila Serrinha.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Com base nos dados apresentados, observa-se que a potencial situação de risco na área não figura entre os critérios considerados pelas famílias ao buscar terreno ou moradia na localidade. Frequentemente, elas encontram nessas áreas uma alternativa para suprir suas necessidades habitacionais, mesmo diante das possíveis adversidades relacionadas à segurança das edificações.

#### 5.4 Redes familiares, de vizinhança e institucionais

Nesta parte do trabalho buscamos caracterizar as redes familiares, de vizinhança e institucionais acionadas pelas famílias da Vila Serrinha, enquanto aportes para a sua reprodução social. Castells (2000) compreende as redes como um conjunto de nós interligados, cuja estrutura varia conforme distancia, frequência e intensidade. Os elos se entrelaçam, se expandindo de forma ilimitada, caso os integrantes detenham códigos para comunicar-se, como o compartilhamento de valores e objetivos.

Segundo Sanicola (2015), as redes podem ser classificadas em duas grandes categorias: redes primárias e redes secundárias, cujos elementos e características são distintos, operando ora no nível dos indivíduos, ora no das instituições. As redes primárias são formadas por laços familiares, de parentesco, amizade e vizinhança, enquanto as redes secundárias consistem em conexões institucionais, organizações e grupos que se reúnem para atender a uma necessidade imediata

Vasconcelos (2002) acrescenta que essas redes de solidariedade podem oferecer diferentes tipos de apoio, conforme as condições concretas de cada família, abrangendo aspectos financeiros, materiais, domésticos, serviços, apoio moral e cuidados, como o cuidado com crianças e idosos. As redes podem contribuir para romper as barreiras existentes em espaços geográficos e sociais, possibilitando o acesso e inserção de indivíduos a outros círculos sociais. Em outras palavras, as redes podem funcionar como elementos de ligação entre diferentes espaços segregados e sociais, variando conforme dimensões de sexo, ciclo de vida, status migratório e ocupacional, dentre outros, e possibilitando a indivíduos ao acesso à contextos mais amplos. Conforme apontado pelo autor, para as famílias de baixa renda, as redes se apresentam com característica de serem menores, com maior localismo<sup>48</sup> e serem menos diversificadas, uma vez que seus vínculos são limitados limitando a grupos sociais e de renda similares, característica que contribui para reprodução da pobreza e de desigualdade social (Marques, 2009); (Marques, 2007).

Os dados da pesquisa revelam que uma parcela significativa do grupo possui laços familiares na Vila Serrinha (40%). Entretanto, a maioria está relacionada às

---

<sup>48</sup> Marques (2009), compreende o localismo enquanto uma propriedade das redes, se relacionando fortemente com a segregação, que se caracteriza enquanto uma propriedade do espaço.

famílias que não contam com parentes na localidade (60%). É importante ressaltar que, dentro desse último grupo, há aqueles que também não têm familiares em Mariana, o que sugere que o núcleo familiar estabelecido na Vila Serrinha constitui a única rede familiar disponível para essas pessoas na cidade. Essa dinâmica ressalta a importância das relações familiares dentro da comunidade, que muitas vezes funcionam como uma fonte crucial de apoio e suporte social para os residentes.

Tabela 19 - Relação de tempo das famílias na cidade com o tempo na moradia.

População/Amostra		%
Categoria	Tipo de vínculo	
Proximidade com a família	Possui familiares na Vila Serrinha	40
	Não possui familiares na Vila Serrinha	60
Núcleo familiar antes da ida para Vila Serrinha	Residia sozinho(a)	4
	Residia em alojamento	2
	Residia com amigos	2
	Residia em núcleo familiar distinto ao atual	36
	Residia no mesmo núcleo familiar que o atual	56

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Grande parte dos indivíduos entrevistados informaram que residiam com o mesmo grupo familiar antes da vinda para a Vila Serrinha. Todavia, alguns deles informaram que antes residiam com outros familiares, sugerindo que, para esses, a migração para a Vila Serrinha esteve associada a uma reorganização da própria família. Alguns também informaram que antes da mudança para a localidade, residiam com amigos, sozinhos ou em alojamento.

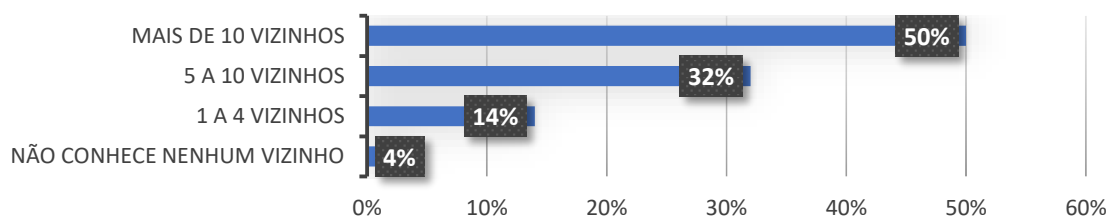
No processo de acesso à terra e moradia, apenas seis das famílias relataram ter recebido ajuda, representando 12% da amostragem. Dentre esse grupo, informaram que a ajuda recebida nesse processo advém de amigos (36%), familiares (37%) e vizinhos (27%). Isso sugere uma escassez de redes de apoio mútuo significativa para auxiliar as famílias no momento de chegada no bairro, com a maioria delas buscando individualmente alternativas para alcançar a moradia desejada. Essas ausências percebidas, como já exposto, acarretam diferentes efeitos sobre as famílias pobres, como o aumento de suas vulnerabilidades e desigualdades, e na dificuldade em buscar novas alternativas de melhorias de qualidade de vida, trazendo um maior isolamento, dentre outras consequências.

Em suma, a ausência de redes de solidariedade pode aprofundar as dificuldades enfrentadas pelos mais pobres e dificultar sua capacidade de melhorar

suas condições de vida e superar a pobreza. Em localidades em que a segregação se apresenta como uma realidade, as famílias pobres tendem a ter vínculos mais escassos com laços sociais reduzidos (CARPIM, 2005). Nesses contextos, as redes de solidariedade local têm o potencial de impulsionar uma força emancipatória capaz de promover transformações sociais. Esse aspecto é destacado por Gohn (2008), inspirado nas ideias de estudiosos como Barnes (1987) e Castells (2000), que concebem as redes de solidariedade como os laços interligados entre pessoas.

Apenas 8% dos entrevistados mencionaram residir em moradias cedidas, conforme previamente discutido. Essas moradias foram todas cedidas por membros da família, como pais ou tios. A motivação por trás dessa concessão de moradia é dupla: por um lado, visa a segurança da propriedade, tendo alguém morando no local para zelar pela casa; por outro lado, busca contribuir para a manutenção básica do lar da família beneficiada. Vale ressaltar que em um dos casos, o terreno onde a moradia foi construída pela família foi doado por um parente próximo, um irmão, que possui sua própria residência ao lado. Essas práticas refletem uma forma de solidariedade familiar e comunitária, onde os laços de parentesco e vizinhança desempenham um papel importante na garantia de abrigo e suporte para as famílias. No grupo, a maioria conhece mais de 10 vizinhos, seguido, respectivamente, das famílias que indicaram conhecer entre 5 e 10 vizinhos, e pelos que indicaram conhecer entre 1 a 4 vizinhos. Em algumas abordagens, indicavam os nomes deles, demonstrando estabelecimento de rede de apoio entre eles. Todavia, também se obteve como resultado, mesmo em quantitativo inferior, daqueles que informaram conhecer nenhum vizinho na localidade.

Figura 6 - Recebe amigos/familiares na residência.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

A Tabela 20 correlaciona o tipo de relação estabelecida pelas famílias com os vizinhos e familiares. A maioria dos núcleos familiares incluídos na amostra mantém uma relação harmoniosa com os demais familiares, o que representa 94% do total.

Em contrapartida, uma minoria relatou ter uma relação conflituosa com os familiares, correspondendo a apenas 6% da amostra. Em relação à vizinhança, a maioria das famílias mantém uma relação cordial ou de proximidade com os vizinhos, representando 60% da amostra. Em seguida, há um número significativo de famílias que estabelecem uma relação de ajuda mútua e cuidado com os vizinhos, totalizando 36%. Em uma proporção menor, 4% das famílias não estabelecem vínculos com os vizinhos. Não foi relatada nenhuma situação de conflito entre as famílias e os vizinhos.

Tabela 20 - Relação de tempo das famílias na cidade com o tempo na moradia.

População/Amostra		%
Categoria	Tipo de vínculo	
Relação com os vizinhos	Cordial/proximidade	60
	Ajuda mútua/cuidado	36
	Sem vínculos	4
Relação com os familiares	Harmoniosa	94
	Conflituosa	6

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Não houve nenhum relato relacionado à criminalidade na localidade. Todavia, observou-se na maioria das casas, a presença de cachorros de grande porte, que em maioria ficavam amarrados ou presos na entrada do terreno, onde realizavam a guarda da moradia. Apenas uma das residências estava equipada com câmeras de segurança. Contudo, o uso dessas câmeras não priorizava a proteção da propriedade ou da família. De acordo com o morador, o principal objetivo do equipamento era comprovar a residência da família no local. Portanto, as imagens capturadas poderiam ser utilizadas para essa finalidade caso a ligação com o território fosse contestada por autoridades judiciais, políticas ou policiais no futuro. O morador também mencionou ter enfrentado conflitos durante o processo de acesso ou posse da terra.

Sobre os serviços e infraestrutura presentes no bairro observou-se a inexistência do Estado, mediante as diferentes carências da região. Não foram identificados espaços públicos ao longo do território que oferecessem serviços de saúde, segurança ou educação, vinculados à presença do Estado ou de outras instituições capazes de garantir uma rede de proteção para as famílias, com exceção de uma pequena igreja. Os moradores nos convidaram para conhece-la e, de acordo com seus relatos, a igreja foi construída em um terreno doado por um antigo morador

que vendeu sua casa e cedeu o terreno adjacente para a construção do templo religioso. Esse local é frequentado pelos moradores da localidade e do bairro Rosário.

Figura 267 - Igreja evangelica edificada na Vila Serrinha.



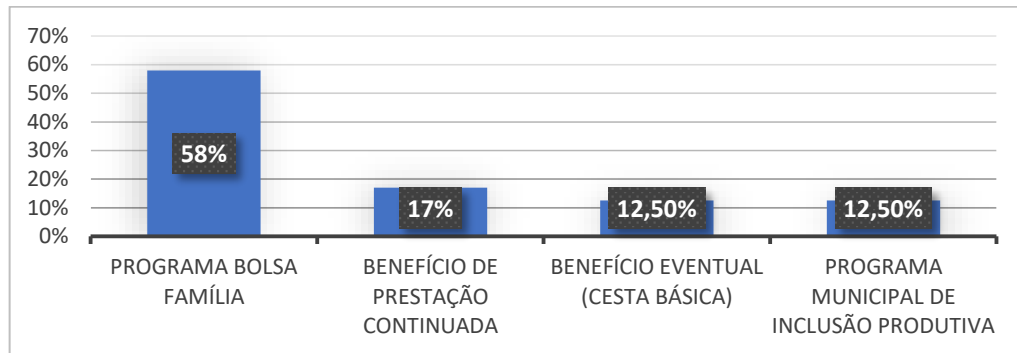
Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Poucas famílias indicaram ser atendidas por políticas sociais. Os que indicaram ter nessas políticas um aporte importante representou 46% da amostragem das famílias. A maioria delas, referiam-se, principalmente, ao programa de transferência de renda do governo federal, o Programa Bolsa Família (PBF). Algumas famílias também relataram ser atendidas pelo Benefício de Prestação Continuada - BPC, previsto pelo Lei Orgânica de Assistência Social que disponibiliza um salário mínimo ao idoso com idade superior aos 65 anos de idade ou à pessoa com deficiência, considerando o critério de renda familiar de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo (BRASIL, 1993). O acesso aos benefícios eventuais<sup>49</sup> também foi relatado pelas famílias, em menor proporção, assim como as famílias que relataram acesso ao Programa Municipal de Inclusão Produtiva - PIP. Esse acesso referia-se a provisões municipais. A primeira organizada com a oferta de cestas básicas de alimentos, e, o segundo, por meio da inserção de mulheres chefes de família no mercado de trabalho (Figura 28).

---

<sup>49</sup> Conforme dispõe a Lei Orgânica de Assistência Social nº 8.742/93, “entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública”.

Figura 278 - Relação de atendimento às famílias pelas políticas sociais.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Os dados também mostraram que, para as famílias usuárias, a política de Assistência Social atua como um suporte, fortalecendo a capacidade da família de garantir sua reprodução social. A principal vinculação está relacionada à política de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF), que percorre com diferentes roupagens em diferentes governos políticos, e pelo BPC, cujo investimento corresponde a mais da metade do orçamento da Assistência Social. Para Sitcovsky (2008), os programas de transferência de renda na estrutura de sociedade capitalista, sobretudo, na conjuntura brasileira, constituem-se como um elemento alinhado ao mercado, visando a circulação de compras e vendas e acesso a bens. Os resultados revelam um quadro de segregação socioespacial, evidenciado pela maior concentração da população usuária em regiões periféricas e de baixa renda. Isso confirma o caráter excludente do processo de urbanização no Brasil, sustentado pela periferização da pobreza, e destaca a importância da articulação de políticas públicas, especialmente no âmbito municipal com programas como o PBF e BPC (ONUZI, et al., 2017).

### 5.5 O acesso à cidade: possibilidades e limites

Na Vila Serrinha, acessar ou frequentar determinados espaços, como de lazer e de serviços, requer a saída do território em direção aos demais bairros da “cidade alta” ou para as áreas centrais da cidade. Ao longo do território observou-se a

inexistência de espaços para o lazer das crianças e, em função disso, elas buscam áreas ao entorno das moradias ou nas ruas em frente às casas que, no entanto, não oferecem opções lúdicas para elas e nem segurança. O único ponto de encontro dos moradores, observado ao longo dos dias de coleta de dados, são dois pequenos bares existentes na localidade, no qual um deles se localiza na varanda de uma moradia de seu proprietário. Também não foi identificado na localidade espaços para atividades lúdicas ou esportivas coletivas como praças, ou campos de futebol. Essa ausência redundava em ruas, em sua maioria, esvaziadas. A sociabilidade é somente observada nos bares (como já mencionado) e nesse caso ela é quase exclusivamente masculina, ou em ocasiões em que alguns deles estão empenhados na execução das construções das suas moradias<sup>50</sup>. Assim, observa-se a ausência de espaços e equipamentos urbanos no território.

A maioria das famílias (56% delas), indicaram não possuir carro ou moto para sua locomoção, sendo o transporte público o principal meio de transporte utilizado. O sistema de transporte aparece como principal fator para o tripé casa própria, loteamento periférico e autoconstrução, pois possibilita a expansão da cidade para áreas periféricas (BONDUKI, 1998). Nesse sentido, Brandt (2022) corrobora ao discorrer sobre o uso do transporte público para mobilidade urbana. Para a autora, o uso está atrelado ao consumo de mercadorias, atendimento às necessidades humanas e circulação para o trabalho, sendo assim, alinhado à lógica do mercado. O autor vai ao encontro dos apontamentos feitos na pesquisa de Flávio Vilaça (2011), sobre a segregação sócio espacial no contexto do município de São Paulo. Segundo ele, este fenômeno é a maior manifestação espacial-urbana da desigualdade, onde o sistema de transporte é um dos elementos mais importantes da estrutura urbana, influenciando na produção do espaço urbano e no controle do tempo dos sujeitos, sobretudo, da população empobrecida em áreas segregadas.

Apesar das diferenças de contextos urbanos, esse indicador da segregação sócio espacial também é observado no Vila Serrinha. Destaca-se que, a partir de 2021, Mariana passou a usufruir do Programa Tarifa Zero, no qual o poder executivo, por meio de subvenção financeira à empresa prestadora do serviço, isenta a cobrança de tarifas. Apesar da gratuidade, os moradores da Vila Serrinha vivenciam outro

---

<sup>50</sup> Algumas falas dos entrevistados apontam que essas atividades reúnem frequentemente familiares e vizinhos. Observa-se o envolvimento de todo o núcleo familiar no empenho da construção das moradias, incluindo mulheres e até mesmo filhos adolescentes.

desafio, o de chegar até o ponto de ônibus mais próximo, já que na Vila Serrinha não conta com nenhuma linha do transporte público, ficando o ponto mais próximo a uma distância que pode chegar a 30 minutos de caminhada, dependendo do ponto de partida.

A linha de ônibus mais próxima da Vila Serrinha é aquela que serve o bairro Cabanas, atravessando as proximidades da entrada da Vila Serrinha pelos bairros Santa Clara e Santa Rita de Cássia. Essa linha conecta o bairro Cabanas à área central da cidade, com destino à Policlínica, representando a principal rota do transporte urbano municipal. De acordo com Carvalho (2023), esta linha, denominada Cabanas X Policlínica, registra um total de 6634 usuários diários, mais que o dobro do número de usuários das demais linhas da cidade. O estudo realizado por Carvalho (2023) no âmbito do Programa Tarifa Zero fornece dados sobre a linha Cabanas X Policlínica, indicando que os principais motivos de utilização do transporte pelos passageiros são relacionados ao trabalho (31,17%), seguidos por estudos (22,75%), saúde (18,36%), lazer (15,30%), comércio (9,94%), e outros (2,49%).

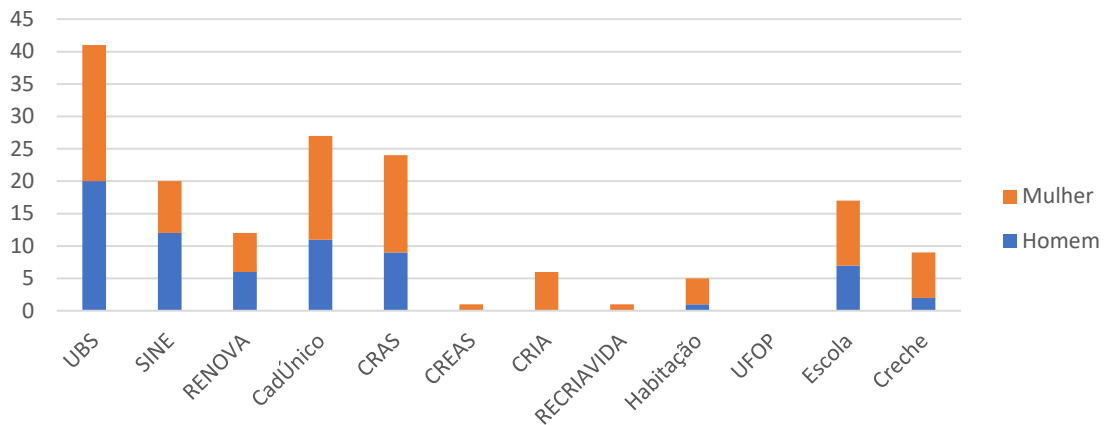
Quando questionados acerca dos serviços e/ou programas acessados pelas famílias, considerando desde políticas públicas de Assistência Social, Educação, Habitacional, Saúde, Trabalho e mesmo privados, como o caso da Fundação Renova. Sobre isso, apenas 4 famílias informaram não acessar quaisquer desses equipamentos ou serviços. A maior vinculação das famílias esteve relacionada à área da saúde, através da UBS, porta de entrada para a política de saúde, equipamento que possui referência territorial nos diferentes territórios da cidade, e dentre eles, a UBS Cabanas, que é responsável pelos atendimentos às famílias com residência nos diferentes bairros que compõe a "cidade alta", e assim, o território da Vila Serrinha.

Dentro do contexto da política de Assistência Social, a maioria das famílias está cadastrada no Cadastro Único do governo federal, que serve como porta de entrada para uma série de serviços, programas e benefícios socioassistenciais. Além disso, muitas famílias têm vínculo com o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), localizado na área conhecida como "cidade alta", que abrange a Vila Serrinha. Um número menor de entrevistados mencionou ter acesso a outros serviços de Assistência Social, como CREAS, CRIA e RECRIAVIDA, sendo notável que todos os que acessam esses serviços são mulheres. No âmbito educacional, a maior parte das conexões está relacionada às escolas, seguida pelas creches. Não foi relatado

acesso ao ensino superior, como à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), que possui um polo em Mariana.

No acesso a estes equipamentos e/ou serviços públicos percebe-se que as mulheres ocupam um local de destaque, conforme evidencia do gráfico 11. Esse protagonismo vai de encontro ao entendimento da responsabilização das exceções da “questão social” que é atribuída às mulheres, que na sociedade patriarcal lhe são atribuídas o papel do cuidado e bem-estar da família e da sociedade. Nesse contexto, cabe a elas o papel de reprodução social, sendo que esse processo ditará os papéis e as profissões ditas “das mulheres” (CISNE; RUSSO, 2008). Nesta vinculação dos entrevistados aos equipamentos e serviços municipais, percebe-se que os homens se associam, principalmente, ao SINE e ao RENOVA, os quais estão mais relacionados ao mercado de trabalho a partir do acesso ao Sistema Nacional de Empregos (SINE). No caso do SINE, esse sistema é tido como uma ferramenta essencial para acesso ao mercado formal de trabalho, sobretudo, no mercado ligado a mineração. Já no caso da Fundação Renova, criada em 2016 após Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta, a instituição está relacionada à “reparação” do crime cometido pelo mercado extrativista em Mariana. A maior vinculação masculina aos dois equipamentos expõe o aspecto das desigualdades de gênero relacionadas ao dado na medida em que desvela o fato de que, quando o assunto é dinheiro ou acesso ao trabalho, os homens assumem o papel central nessas áreas. Ou seja, numa sociedade com heranças patriarcais, os homens são percebidos como os principais responsáveis pelas finanças familiares sendo este um resultado de normas culturais e sociais que historicamente atribuíram aos homens o papel de provedores. Por outro lado, essas expectativas de gênero muitas vezes se refletem em diferentes oportunidades de emprego, salários e acesso a recursos e, portanto, em desigualdade de gênero.

Figura 29 - Relação de homens e mulheres com os diferentes serviços.



Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Metade das famílias informou ter tido acesso negado a (pelo menos uma) alguma política pública nos últimos 5 anos a principal delas, a política habitacional (54%), em ocasiões que as famílias buscaram o acesso à políticas de concessão de materiais de construção, aluguel social ou moradia de interesse social. A busca pela Assistência Social teve a segunda maior incidência, dentre as políticas demandadas pelas famílias, que tiveram o acesso negado. Nos seus relatos, as demandas negadas estiveram associadas aos Programas Bolsa Família, Programa municipal de geração de renda, inclusão no mercado de trabalho e benefício eventual da cesta básica. Nesse contexto observa-se que apesar de estarem em situação de baixa renda, várias situações podem estar vinculadas e justificarem este não acesso, situações que podem variar desde aspectos que envolvem a complexidade do processo de solicitação e/ou exigências de documentações específica, alterações nas políticas sociais, dentre outras. No entanto, faz-se mister compreender os motivos por trás do acesso negado à assistência social para informar melhorias nas políticas e práticas, visando tornar os programas mais inclusivos e eficazes.

A infraestrutura também emergiu dentre a relação das políticas que as famílias tiveram negativa ao tentar o acesso. Essas estiveram associadas, principalmente, à busca pela pavimentação e disponibilidade de energia elétrica na localidade.

Tabela 21 - Relação das famílias com as políticas sociais

População/Amostra		50 (%)
Categoria		
Satisfação para as políticas sociais municipais	Satisfeito	30
	Parcial	44
	Insatisfeito	26
Acesso as políticas sociais municipais	Já teve acesso negado	50
	Não teve acesso negado	50
Política que teve aceso negado	Assistência Social	23
	Habitação	54
	Saúde	8
	Infraestrutura	15

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Dentre os participantes, 16% manifestou intenção de mudar da Vila Serrinha, com motivos diversos, devido ao estigma do território alimentado pelo preconceito, devido aos objetivos da família em retornar para cidade de origem, projeto de construção de moradia própria e, principalmente, devido a carência de infraestrutura na localidade.

Tabela 22 - Satisfação com a localidade.

População/Amostra		50 (%)
Categoria		
Intenção de mudança da Vila Serrinha	Possui intenção	16
	Não possui intenção	84
Principal motivação para mudança da Vila Serrinha	Infraestrutura	61
	Preconceito	13
	Retorno para cidade de origem	13
	Construção da moradia própria	13

Fonte: dados da pesquisa, 2023.

Dentre as famílias, nenhum indivíduo informou participar de movimento social, sindical ou de organização coletiva/comunitária, como não foi encontrado nenhuma forma de organização política entre os moradores da Vila Serrinha, indicando a inexistência de movimento coletivo em busca da garantia do direito à cidade e a moradia. Nesse sentido, compreendemos que somente com organização e luta dos trabalhadores se faz possível a garantia de conquistas reais, caminho para a construção de um projeto societário que se fundamenta no aprofundamento da democracia e socialização de riqueza (FARAGE, 2014).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo teve como objetivo compreender como famílias migrantes com diferentes trajetórias e ocupações profissionais se inserem em cidades com atividade mineradora, considerando sua condição de informalidade. Especificamente se buscou : a) caracterizar a condição de migrantes das famílias da Vila Serrinha em termos das suas trajetórias e de vida; caracterizar as redes familiares, de vizinhança e institucionais acionadas pelas famílias da Vila Serrinha, enquanto aportes para a sua reprodução social; b) descrever como as famílias da Vila Serrinha acessam a cidade, considerando os locais que frequentam e os serviços utilizados, e avaliar em que medida esses aspectos contribuem para superar sua condição de marginalização; c) caracterizar a atividade de mineração enquanto um aporte de oportunidades de emprego e de inclusão social para as famílias da Vila Serrinha.

Para tanto, tomou-se como referência a cidade de Mariana, que vivencia reflexos da atividade de mineração que historicamente marca o contexto socioeconômico da cidade, que influi na organização do espaço e no aumento populacional ao longo dos anos. Nesse contexto, o *lócus* de investigação desta pesquisa foi o território conhecido como Vila Serrinha, marcado por um processo de ocupação territorial informal, realidade que se apresenta às famílias pobres em Mariana-MG como alternativa de acesso à terra/moradia.

Para as famílias pobres, na sua maioria migrantes internos, os reflexos da mineração nem sempre são positivos, pois privados do acesso a oportunidades de trabalho e do acesso à riqueza produzida na cidade, passam a vivenciar diferentes vulnerabilidades e escassez de diversas ordens. Para sua reprodução social, as famílias pobres necessitam se deslocar para territórios segregados nas franjas periféricas, como a Vila Serrinha, localizada no extremo da cidade, no limite da parte mais alta do conjunto de bairro conhecido como “cidade alta”.

O referencial teórico que se refere à temática tratada, aborda o processo de configuração do espaço urbano como fruto das relações produtivas e sociais e considerando diferentes contextos geográficos e socioeconômicos. Os autores abordados compreendem a construção do espaço urbano como inerentes ao modo de reprodução capitalista, o qual reconfigura os espaços e as relações sociais. Estes compreendem a complexidade da produção do espaço urbano como um reflexo do modo de produção extrativista e dos processos de reprodução social, abrangendo

integralmente o processo de urbanização. Nesta perspectiva, o estudo se dá no contexto das cidades em que as mineradoras desempenham um papel ativo no processo de urbanização e na configuração dos loteamentos irregulares. Alinhado a essa perspectiva, esse trabalho buscou problematizar as oportunidades de inserção social para as famílias pobres nessas cidades.

Conforme apresentado no estudo, as famílias possuem origens diversas, incluindo outras áreas do município de Mariana, tanto de bairros urbanos quanto da zona rural, assim como de outras regiões e até mesmo de outros Estados. Em contrapartida, a migração para a Vila Serrinha esteve mais associada a famílias que tiveram experiências prévias em outros bairros da cidade (dinâmica intra-urbana) antes de migrarem para a Vila Serrinha.

A maior parte das famílias estão associadas às menores rendas: a maioria tem renda de até 2 salários mínimos (66% do grupo). Em relação às suas condições habitacionais, constatou-se que a maioria das moradias são pequenas, sem acabamentos, e com precárias infraestruturas. Percebe-se que a compra do terreno é mais vantajoso quando comparado com a compra da moradia edificada, que possui custo mais elevado. A maioria das famílias residem em moradia própria, no entanto, quase sempre sem registro da propriedade, adquiridas por meio de relações e negócios informais. Em outras palavras, o acesso à moradia na Vila Serrinha está associado ao acesso ilegal/clandestino do solo, em que as famílias passam a ser agentes ativos no processo de construção da moradia, sem qualquer contrapartida pelo poder público e contando com escassa rede primária (de vizinhança ou familiar) de apoio social nesse processo de chegada no bairro.

Nessas condições, a autoconstrução é a alternativa encontrada pela maioria das famílias migrantes, servindo como um mecanismo de acesso à terra e moradia que integra a classe de assalariados à economia urbana industrial capitalista. As moradias são construídas aos poucos, conforme as possibilidades socioeconômicas para construção. A maioria das famílias informaram construir inicialmente a moradia até ser habitada em até 6 meses, e delongam a construção ao longo dos meses conforme suas condições de investimento. Ao correlacionar o tempo de construção das moradias até serem habitadas, com a renda familiar, nota-se que as moradias construídas mais rapidamente estão mais relacionadas às famílias com maiores renda.

Os resultados indicaram diferentes vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias da Vila Serrinha, no qual a condição de migrante está associada a vivências de escassez de infraestrutura e rede de serviços. É importante destacar que, na tentativa de superar essas barreiras, as próprias famílias tomam iniciativas, fazendo adaptações ao redor de suas moradias, como melhorias na iluminação, pavimentação e coleta de lixo. Diante de tamanha precariedade, a população se estabelece no território constituindo suas redes de ajuda e de cuidado coletivo. Esses, ao se estabelecerem nesse território, persistem e resistem frente à estrutura social marcada pelas ausências do Estado.

Também se destaca que as moradias possuem características e condições distintas e em situação de risco, mesmo que desconhecidas pelas famílias que habitam o imóvel. A discrepância entre a percepção dos entrevistados sobre a situação de risco de suas moradias e as classificações do Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR) reforçam a percepção de que as situações de riscos na localidade não estão entre os critérios das famílias para acessar um terreno ou uma moradia na localidade.

Entende-se, portanto, que a condição de migrante em Mariana impõe-se como uma necessidade para as famílias deixarem suas condições anteriores em busca de uma nova oportunidade de moradia na Vila Serrinha. Em outras palavras, a condição de migrante é mais que uma oportunidade, impõe-se como uma necessidade. As famílias contam com redes primárias (solidariedade) e secundárias (institucionais) restritas e limitadas, ausências que podem aprofundar as dificuldades enfrentadas pelos mais pobres de superarem a condição de pobreza em busca de melhorar suas condições de vida.

A maioria das famílias (56% delas), indicou não possuir carro ou moto para sua locomoção, sendo o transporte público, o principal meio de transporte utilizado por elas. E, apesar de o município de Mariana usufruir de Programa que isenta a cobrança de tarifas aos trabalhadores, Vila Serrinha não conta com nenhuma linha do transporte público, ficando o ponto mais próximo a uma distância que pode chegar a 30 minutos de caminhada. Assim, residir em Vila Serrinha significa enfrentar escassez de infraestrutura e serviços e vivenciar diferentes privações no acesso à cidade, como a mobilidade centro-bairro. Como apresentado no estudo, na Vila Serrinha, acessar ou frequentar determinados espaços, como lazer e serviços, requer a saída do território

em direção a territórios com melhor infraestrutura. Demonstrando que a lógica da segregação socioespacial tem rebatimento para a análise.

No que diz respeito a uma das indagações feitas por este estudo que se refere à atividade de mineração constituir-se como um aporte de oportunidades de emprego e de inclusão social para as famílias da Vila Serrinha. De fato, os migrantes da Vila Serrinha estão associados a diferentes atividades laborativas, com rendas distintas conforme a composição familiar e a relação no mercado formal ou informal de trabalho. Os dados apontaram que a renda auferida pelo grupo de trabalhadores que estão inseridos na mineração estão em sua maioria associado aos grupos de famílias com renda mais elevada (acima de dois salários mínimos), indicando que, no aspecto da renda o acesso na mineração pode constituir-se uma porta de inclusão. No entanto, dentro de um processo de intensificação da exploração minerária é importante questionar as condições de trabalho associado a esse grupo de famílias, uma vez que também elas enfrentam condições de precariedade e rotatividade como característica marcante do trabalho temporário na área. No que concerne as condições de moradia, não se observou condições melhores desse grupo de quando comparado às outras famílias que não trabalham na mineração.

Uma pequena parcela da amostragem geral informou ter completado o ensino médio ou superior, e nenhum dos indivíduos relatou ter vínculo com a Universidade Pública, apesar da presença de um polo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) em Mariana. Nas atividades laborais exercidas pelo grupo, a percebeu-se que a escolaridade/formação não é requisito para contratações na mineração. Um pequeno percentual (40%) de famílias informou acionar redes primárias de amigos e familiares como mediadores para apoio social, como a conquista de emprego. No entanto, a maioria informou ser o seu próprio mediador na empresa empregadora ou pelo SINE. Os dados não indicaram também a existência de um senso de comunidade associado à cidadania entre os moradores, já que não foi expressa por eles qualquer participação em movimentos sociais ou iniciativas de organização coletiva voltadas para a promoção de mudanças e, ou, melhorias no território.

Finalmente, os dados também apontaram uma baixa relação das famílias com as redes institucionais de apoio social, nos levando à reflexão de que para as políticas sociais permanece o desafio de romper com os muros da cidade formal em direção às demandas daqueles que sobrevivem na informalidade, como é o caso das famílias da Vila Serrinha. Neste contexto, as famílias experimentam a fragmentação e a

segregação, estabelecendo relações sociais restritas.

É importante ressaltar que os dados analisados e apresentados representam apenas a “ponta do iceberg”, pois o tema é vasto e pode ser aprofundado, seja nas vivências e nas relações estabelecidas pela família, seja na resposta das políticas públicas às demandas das famílias migrantes da Vila Serrinha ou de outros territórios informais. Isso inclui a compreensão da exclusão social dentro de um contexto histórico de formação desses territórios. Nesse sentido, espera-se que novos estudos possam buscar uma maior representatividade do processo de urbanização da cidade mineradora e das condições das famílias pobres migrantes para territórios informais.

## 7 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Pedro. **Formas de financiamento do acesso à terra e funcionamento do mercado fundiário-imobiliário**: um ensaio com base na noção de regime urbano. In: Cadernos IPPUR/UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ano 1, n.1 (jan./abr. 1986). Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1986

ABREU, Maria Helena Elpidio. **Território, política social e serviço social**: caminhos e armadilhas no contexto do social-liberalismo. Papel social, 2016.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

AZEVEDO, Veronica Gonçalves. Entre paredes e redes: o ligar da mulher nas famílias pobres. *Serv. Soc. Soc.*, v. 103, set, 2010.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. 519 p.

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN, B. B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

BERTOLLO, Kathiúça. **Mineração e superexploração da força de trabalho: análise a partir da realidade de Mariana-MG**. 2017. 289 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BERTOLLO, Kathiúça. O rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG após 3 anos: considerações sobre um “crime que se renova”. *Crise, Crime Ambiental e Resistências*, v. 22, n. 41, 2018.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**: Arquitetura moderna, lei do inquilino e difusão da casa própria. Nabil Bonduki. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998

BORSOI, Diogo Fonseca. **O mundo urbano colonial**: norma e conflito em Mariana/MG. *Revista Espacialidade [online]*, v. 4, n. 3, 2011.

BRANDT, Daniele Batista. Transporte, mobilidade urbana e Serviço Social: quando o urbano extrapola a política urbana. In: CARDOSO, I. C. da C.; Brandt, D. B. (Org.). **Produção do espaço, vida cotidiana e serviço social**: diálogos com e além de Henri Lefebvre. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília, 7 de dezembro de 1993.

CARPIM, Thais Regina Pavez. **Políticas públicas e ampliação de capital social em comunidades segregadas**: o programa Santo André Mais Igual. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/D.8.2006.tde-05042006-091908. Acesso em: 2024-08-30.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Tabulador do Cadastro Único. Disponível em: [https://cecad.cidadania.gov.br/tab\\_cad.php](https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php). Acesso em: 13 jun. 2023.

BRYCESON, Deborah Fahy; JONSSON, Jesper Bosse; SHAND, Michael Clarke. Mining habitat, house and home during an east African gold boom: economic and emotional dimensions. *Journal of Eastern African Studies*, v, 15, n. 4, p. 663-684, 2021. DOI: 10.1080/17531055.2021.1989135.

CALDEIRA, Teresa PR. **Urbanização periférica:** autoconstrução, lógicas transversais e política nas cidades do sul global. *Ambiente e Planejamento D. Sociedade e Espaço*, Vol. 35, 2017.

CANIÇO, Hernâni. BARRADA; Pedro. RODRÍGUEZ, Esther; CARVALHO, Armando. **Novos tipos de família plano de cuidados.** Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, junho 2010.

CARDOSO, Adalto Lucio; SILVEIRA, Maria Cristina Bley da. O plano diretor e a política de habitação In: *Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas.* Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.

CARRIL, Lourdes. **Quilombo, favela e periferia:** a longa busca da cidadania. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

CARVALHO, Frederico Júnior da Silva. **Avaliação da qualidade do serviço de transporte público coletivo: um estudo de caso para o sistema Tarifa Zero em Mariana/MG.** 2023. 87 f. Monografia (Graduação em Engenharia Urbana) - Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2023.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. **O processo histórico de urbanização.** In: A questão urbana. Manuel Castells. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

CFESS. **Código de ética do Assistente Social.** Conselho Federal de Serviço Social, 1993.

CISNE, Mirla; RUSSO, Glaucia; BRETAS, Tatiana. Questão social e mediação de gênero: a marca feminina na Assistência Social. *Ser. Social*, Brasília, v. 10, n. 22, p. 129-159, jan./jun., 2008.

CONTI, Alfio; AUGUSTO, Nataly; MARTINEZ, Gustavo Adolfo Tinoco. **O sistema urbano no quadrilátero ferrífero:** Aglomerados urbanos e crescimento periurbano. Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios (Seminário internacional sobre desenvolvimento regional: UNISC), Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017.

COSTA, Joana Simões; PINHEIRO, Luana; MEDEIROS, Marcelo; QUEIROZ, Cristina. **Texto para discussão nº 1137.** A face feminina da pobreza: sobre representação e feminização da pobreza no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2005.

DEVENINA, Veronica; BIANCHIA, Constanza. Characterizing a mining space: Analyss from case studies in Chile and Australia. *Resources Policy*, 63, 2019. Doi: <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2019.101402>.

DOWBOR, Ladislau. A economia da família. In: Ana Rojas Acosta, Maria Amalia F. Vitale (Org.). **Família: Redes, laços e políticas públicas**. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2003.

ESCURRA, Maria Fernanda. Marx e a pobreza ou a influência do aumento do capital para a classe trabalhadora. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 18, n. 1, p. 135-145, jan./jun. 2019

FARAGE, Eblin. Experiências profissionais do Serviço Social nos movimentos sociais urbanos. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Org.). **Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

GIL, Antônio Carlos (1946). **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Método e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOMES, Romeu. **A análise de dados em pesquisa qualitativa**. In: *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GOOGLE EARTH. **Imagem de satélite** (coletadas no dia 12 de julho de 2021), 2022. Disponível em: <https://earth.google.com/>. Acesso em: 18 jun. 2022.

GOUGH, Katherine V; YANKSON, Paul WK; ESSON, James. Migration, housing and attachment in urban gold mining settlements. *Urban Studies*, v. 56, 2019, Doi: 10.1177/0042098018798536

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução: Fátima Murad. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set/dez. 2007

HOWE, Lindsay Blair. **The spatiality of poverty and popular agency in the GCR: constituting an extended urban region**, urban geography, 2021. DOI: 10.1080/02723638.2021.1922200.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 18 jun. 2022.

JUNIOR, Paulo Gracino. Mariana – da cidade patrimônio a cidade partida. UNESP. FCLAs. *CEDAP*, v. 3, n. 2, 2007.

KAGEYAMA, Ângela A. Desenvolvimento territorial do Brasil. Aspectos históricos. In: KAGEYAMA, Ângela A. (Ed.). **Desenvolvimento rural. Conceitos e Aplicações ao caso brasileiro**. UFRGS Editora. 85-116p. 2008.

KOGA, Dirte. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

KOLEN, Judith; SMET, Eline de; THEIJE, Marjo de. "We are all Garimpeiros:" Settlement and movement in communities o the tapajós small-scale gold mining reserve. *The Journal of Latin American and Caribbean Anthropology*, v. 23, n. 1, p. 169-188, 2017. DOI: 10.1111/jlca.12271

MAGNO, Lucas. Ordenamento territorial da mineração no Brasil e conflitos ambientais. *Geografias Artigos Científicos*: Belo horizonte, jan./jun. v. 11, n. 1, 2015.

MARANHÃO, César Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. Alta-Omega: São Paulo, 1982.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, v, 14, n. 4, 2000.

MARQUES, Eduardo César Leão. **Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. Universidade de São Paulo (Tese de livre docência), 2007.

MARQUES, Eduardo César Leão. As redes sociais importam para a pobreza urbana? *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p. 471-505, 2009,

MARTINS, Maria Lucia Refinetti. São Paulo, centro e periferia: a retórica ambiental e os limites da política urbana. *Estudos Avançados*, v. 25, n. 71, 2011.

MELLO, Irene de Queiroz e. Direito à moradia x direito de propriedade. In: DO LAGO, Luciana Corrêa (Org.). **Autogestão habitacional no Brasil**: utopias e contradições. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2012.

MELO, Ana Carolina Campos de; CARDOSO, Ana Claudia Duarte. O papel da grande mineração e sua integração com a dinâmica urbana em uma região de fronteira na Amazonia. *Nova Economia*, v. 26, N. especial, p. 1211-1243, 2016.

MENEGHETTI, Gustavo. A questão social no capitalismo dependente. Serviço Social e Realidade, *Franca*, v. 17, n. 1, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, técnica e arte**: o desafio da pesquisa social. In: Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de M. **Urbanização extensiva e lógicas de povoamento**: um olhar ambiental. In: Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p. 169-181.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. Roberto Luís Monte-Mór. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006.

MOURA, A. C. M.; ZYNGIER, C. M.; SENA, Í. S.; FREITAS, V. T. Geodesign Experiments in areas of social vulnerability in the Iron Quadrangle, Minas Gerais, Brazil. *Land*, v. 10, p. 958, 2021.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do Nosso Tempo**, Rondonópolis, MT, v. 7, n. 8, p. 129-153, 2008

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NOLASCO, Loreci Gottschalk. **Direito fundamental à moradia**. São Paulo: Editora Pillares, 2008

OLIVEIRA, Gabriel Luz de. **Os veios profundos de Mariana (Minas Gerais)**: transformação do espaço urbano na cidade contemporânea (1965-1988). 10<sup>o</sup> Mestres e Conselheiros. Belo Horizonte. 2018.

ONUZI, N. C.; TAVARES. R.; LIMA, C. A. M. Programa Bolsa Família e segregação socioespacial: o geoprocessamento como ferramenta no auxílio do diagnóstico das áreas de vulnerabilidade socioeconômica. *Revista Científica da Fundação Hermínio Ometto*, v. 5, n. 2, p. 24-33, 2017. Disponível em: <[http://www.uniararas.br/revistacientifica/\\_documentos/art.023-2017-2.pdf](http://www.uniararas.br/revistacientifica/_documentos/art.023-2017-2.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2020.

PASSOS, Lopes Flora; COELHO, Polyana; DIAS, Adelaide. (Des)territórios da mineração: planejamento territorial a partir do rompimento em Mariana MG, São Paulo. *Cad. Metrop.*, v. 19, n. 38, p. 269-297, jan./abr., 2017.

RAMOS, Frederico; KOGA, Dirce. Trajetórias de vida: desafios da pesquisa sociourbanística e contribuição para a gestão pública. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 106, p. 335-364, abr./jun. 2011.

REIS, Marina Rodrigues Corrêa dos; SANTOS, Fábio Fraga dos. Crime ambiental, participação popular e direitos humanos: uma análise da reprodução do capitalismo dependente a partir do plano de manejo de rejeito da fundação renova. In: CARDOSO, I. C. da C.; Brandt, D. B. (Org.). **Produção do espaço, vida cotidiana e serviço social**: diálogos com e além de Henri Lefebvre. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022

SANICOLA, L. **As dinâmicas de rede e o trabalho social**. 2<sup>a</sup> ed. ampliada. São Paulo: Veras Editora; 2015.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. Milton Santos. Hucitec: São Paulo, 1993.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SIMONATO, Thiago Cavalcante; MAGALHÃES, Aline Souza; DOMINGUES, Edson Paulo. **Urbanização, economia e mineração em Minas Gerais**: aspectos contemporâneos de conflitos históricos. XVII ENANPUR, São Paulo, 2017.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SITCOVSKY, Marcelo. Particularidades da expansão da assistência social no Brasil. In: MOTA, Ana Elizabeth (Org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre o Estado, política e sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008

VASCONCELOS, P. Redes de apoio familiar e desigualdade social: estratégias de classe. **Análise Social**, Lisboa, v. 37, n. 163, p. 507-544, 2002.

VASCONCELOS, K. R. ; COSENTINO, D. O Mercado de Trabalho em Contextos pós desastres: o caso de Mariana (2012-2022). In: 20o. Sminário de Diamantina, 2024, Diamantina. 20o. Sminário de Diamantina: anais. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2024.

VILLAÇA, Flavio. **O espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP. Lincon institute, 2. ed. 2001.

VILAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Estudos Avançados*, v. 25, n. 71, 2011.

WOORTMANN, Klaas. Casa e família operária. *Anuário Antropológico*, 5(1), 119-150, 2018. Recuperado de: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6139>.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) participante,

Convidamos o(a) senhor(a) para participar, como voluntário(a), da pesquisa: “A moradia das famílias pobres em uma cidade mineradora: o caso de Mariana, MG” sob a orientação da professora Prof.<sup>a</sup>. Dra. Neide Maria de Almeida Pinto. O objetivo principal deste estudo é analisar como a atividade da mineração se expressa em termos das possibilidades de inclusão social e no mundo do trabalho para as famílias residentes em aglomerados informais. Essa pesquisa será realizada com moradores da Vila Serrinha, localidade localizada no aglomerado informal Vila Serrinha, na cidade de Mariana, MG.

Sua participação consistirá em responder um questionário físico, com tempo de preenchimento previsto de no máximo 25 minutos, momento em que será necessária sua identificação. Ressalta-se que somente os pesquisadores terão acesso aos dados disponibilizados nos questionários/formulário e que serão utilizados para posterior eventual seleção para abordagens qualitativas (entrevista) e devolutiva dos resultados gerais da pesquisa. A entrevista, com duração prevista de aproximadamente 25 minutos, será realizada pessoalmente, seguidas todas os preceitos éticos e as regras dos protocolos sanitários vigentes, resguardando a saúde do pesquisador e da participante. Destaca-se que as entrevistas serão gravadas e transcritas, mediante autorização prévia da participante, evitando assim perdas de informação e minimizando distorções, sendo a gravação e a transcrição resguardadas com total sigilo.

Os riscos envolvidos na pesquisa consistem na utilização do tempo dos participantes, possibilidade de desconforto ou alguma reação emocional durante o

preenchimento do questionário e, ou, da entrevista ou por alguma observação realizada, tendo em vista a particularidade do tema. Estes fatores serão minimizados, com a orientação dos pesquisadores quanto a esclarecimentos a respeito das questões do questionário e/ou da entrevista, do direito de não responder a questões que considerar invasivas e, além disso, as respostas obtidas serão guardadas com todo sigilo necessário

Quanto aos benefícios da pesquisa, embora, a priori, não haja benefícios diretos ou indiretos para os participantes, o estudo poderá contribuir para a obtenção de informações relevantes sobre a dinâmica urbana em municípios com atividade de mineração e para ações governamentais desenvolvidas pelos municípios, sobretudo, por meio de políticas sociais/habitacionais. Tais informações poderão subsidiar a formulação de políticas públicas e/ou ações, potencializar o desenvolvimento da consciência comunitária e política e refletir os territórios de precariedade nos rumos do processo de urbanização da cidade.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária e o(a) senhor(a) não terá nenhum custo ou receberá qualquer vantagem financeira, possuindo plena liberdade para recusar-se a participar, bem como, para retirar sua participação a qualquer fase da pesquisa. O(A) Sr.(a) não será penalizado(a) de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa.

Além disso, serão garantidas a confidencialidade e privacidade das informações prestadas pelo(a) senhor(a), pois qualquer dado que possa identificá-lo(a) será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e todo material utilizado será armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa ou posteriormente, o(a) senhor(a) poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo e, em caso de eventuais danos resultantes da pesquisa, desde que devidamente identificados e comprovados, o Sr.(a) terá garantido o direito à indenização.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável no Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa e a outra será fornecida ao(à) Sr.(a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, e depois desse tempo serão destruídos.

As pesquisadoras tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução n.º 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu,

\_\_\_\_\_  
contato

\_\_\_\_\_, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa "A moradia das famílias pobres em uma cidade mineradora: o caso de Mariana, MG" e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar, se assim o desejar. Declaro que concordo em participar e que recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido, sendo-me dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Mariana, MG, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Pesquisador

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Participante

Nome da pesquisadora responsável: Prof.<sup>a</sup>. Dra. Neide Maria de Almeida Pinto  
Endereço: Avenida PH Rolfs, Campus Universitário, Departamento de Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG Telefone: (31) 3612-7624 E-mail: [nalmeida@ufv.br](mailto:nalmeida@ufv.br)

Nome da pesquisadora(o) principal: Pedro Paulo Telles Leão  
Endereço: Avenida PH Rolfs, Campus Universitário, Departamento de Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG Telefone: (31) 3612-7624 e (33) 9 98408617 E-mail: [pedro.p.leao@ufv.br](mailto:pedro.p.leao@ufv.br)

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar: CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos Universidade Federal de Viçosa Edifício Arthur Bernardes, piso inferior Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário CEP: 36570-900 Viçosa/MG Telefone: (31) 3612-2316 E-mail: [cep@ufv.br](mailto:cep@ufv.br)

## APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

### INSTRUÇÃO PARA ENTRADA NO CAMPO

- – Aplicação do questionário bem sucedida: saltar 3 moradias.
- – Recusa da participação: Saltar 4 moradias.
- – Morador não encontrado: saltar 2 moradias.

### CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

INFORMAÇÕES GERAIS		
Data: ____/____/2023.	Nº de identificação:	
Início:	Término:	Entrevistador:
Entrevistado:	Telefone do entrevistado: (    )	
Endereço (identificação da rua/localidade):		

### OCORRÊNCIAS

Identificador da questão:

Ocorrências na aplicação do questionário:

Identificador da questão:

Ocorrências na aplicação do questionário:

Identificador da questão:

Ocorrências na aplicação do questionário:



Origem do(a) responsável familiar: ( <i>Município/UF</i> ) _____	Se a origem for Mariana-MG, de qual localidade? (Bairro ou distrito) _____.
Há quanto tempo a família reside na casa? (anos ou meses) _____.	Há quanto tempo a família reside na cidade? (anos ou meses) _____.
Condição de ocupação da casa: ( ) Própria; ( ) Alugada; ( ) Cedida; ( ) Outro: _____	Informar número de mudanças nos últimos 5 anos: _____
A mudança foi feita: ( ) na mesma localidade (Vila Serrinha); ( ) no mesmo bairro (Cidade alta-Cabanas) ( ) no mesmo município; ( ) na mesma região; ( ) no mesmo estado; ( ) no mesmo país; ( ) de outro país.	
Se a moradia <b>foi construída</b> informar o valor investido: R\$ _____	Se a moradia <b>foi construída</b> , indique o tempo de construção até ser habitada: _____
Indique se o <u>acesso a terra/moradia</u> foi beneficiado: ( ) ajuda de vizinhos ( ) ajuda de familiares ( ) ajuda de amigos ( ) doações políticas (figuras políticas) ( ) movimentos sociais, comunitários ( ) auxílio sociais públicos e subsídios (políticas sociais/habitacionais).	Indique a principal <u>motivação</u> da vinda para Vila Serrinha: ( ) ausência de recursos financeiro; ( ) expectativa de valorização futuro; ( ) rede de apoio familiar ( ) rede de apoio comunitário ( ) proximidade com trabalho; ( ) proximidade com serviços públicos (escola/creche) ( ) outro motivo: _____
Se a moradia/terreno <b>foi comprada</b> informar o valor: R\$ _____	Se a moradia <b>for alugada</b> informar o valor: R\$ _____
Com quem residia antes da vinda para Vila Serrinha? ( ) mesma composição familiar; ( ) outros familiares; ( ) residia sozinho; ( ) residia com amigos; ( ) residia em república/alojamento (trabalho); ( ) outro, indique: _____	
Possui outro terreno ou moradia? ( ) sim; ( ) não.	Se sim, indique a localidade: _____
Qual é a renda mensal do núcleo familiar? ( ) até 1 S.M ( ) entre 1 a 2 S.M ( ) entre 2 a 3 S.M ( ) entre 3 e 5 S.M ( ) entre 5 e 8 S.M ( ) entre 8 e 10 S.M. ( ) Mais que 10 S.M	A principal fonte de renda advém de: ( ) trabalho formal ( ) trabalho informal ( ) benefício previdenciário ( ) benefício assistencial ( ) doações de terceiros ( ) outra forma: _____
Alguém da família possui renda proveniente de BPC? ( ) Sim; ( ) Não; ( ) Não sabe/Não respondeu.	A família é beneficiária do Programa Bolsa Família? ( ) Sim; ( ) Não; ( ) Não sabe/Não respondeu.
A família é atendida por algum dos programas/serviços do município, citados abaixo? ( ) Programa Municipal Projovem ( ) Programa Municipal Inclusão Produtiva ( ) Programa Municipal Atividade ( ) Auxílio moradia/aluguel ( ) Liberação de materiais de construção ( ) benefícios eventuais SUAS ( ) Outro: _____	Em relação ao comprometimento da renda familiar com as despesas da família (indique a principal despesa): ( ) moradia; ( ) alimentação; ( ) educação; ( ) saúde; ( ) locomoção; ( ) Outro: _____.
No último ano a família tomou algum empréstimo ou financiamento? ( ) Sim; ( ) Não.	O empréstimo está atrelado a BPC ou Auxílio Brasil/Bolsa Família? ( ) Sim; ( ) Não.
Qual foi a finalidade do empréstimo/financiamento? ( ) Realizar manutenção básica do Lar; ( ) tratamento de saúde e/ou medicamentos; ( ) Reforma de casa ( ) Compra de casa/terreno; ( ) Outro: _____	

Tipologia da edificação: ( ) Casa; ( ) Apartamento; ( ) Barraco; ( ) Outro: _____	Indique a quantidade de cômodos: _____
Número de pavimentos/andares da casa: ( ) 1; ( ) 2; ( ) 3 ou mais.	Dimensão da propriedade: _____ m <sup>2</sup> . ( ) não informado
Em relação ao banheiro: ( ) externo a moradia ( ) interno a moradia ( ) improvisado	Tamanho da casa: _____ m <sup>2</sup> . ( ) não informado
Possui membro familiar que necessitam dormir em outros cômodos (fora dos quartos)? ( ) sim; ( ) não.	Moradia possui risco (barrancos, desmoronamentos e outro)? ( ) sim; ( ) não
Possui outra moradia no terreno? ( ) sim; ( ) não.  Se sim, indique a situação da moradia: ( ) Residencial alugada; ( ) Residencial em construção; ( ) Residencial de familiares; ( ) Residencial coabitada pela família; ( ) Outro: _____	Indique abaixo os elementos presentes na casa e na propriedade: ( ) Horta ( ) Forno de pão/pizza/quitandas ( ) Moinho (farinha) ( ) Galinheiro ( ) Chiqueiro ( ) Pomar; ( ) Piscina ( ) Área gourmet ( ) Jardim ( ) Churrasqueira ( ) Quintal
Indique abaixo a principal destinação do cultivo/criações: ( ) consumo familiar ( ) venda local e esporádica ( ) venda atrelada à renda familiar ( ) Outro: _____	Indique abaixo o principal elemento da casa utilizado no preparo dos alimentos: ( ) Fogão à lenha construído de tijolos/barro/cerâmicas ( ) Fogão à lenha improvisado (latas, tijolos) ( ) Fogão à gás ( ) outro: _____
Em relação a energia/luz da moradia: ( ) improvisada “gatos”; ( ) distribuição rede regular ( ) alternativas (velas, lamparina, óleo);	A rua possui iluminação pública? ( ) sim; ( ) não.
Indique abaixo a quantidade de celular: _____	Indique abaixo a quantidade de computador: _____
Indique a disponibilidade de <b>internet</b> na moradia: ( ) Wi-fi cedido/dividido com vizinhos ( ) Internet cabeada sem wi-fi ( ) Internet cabeada com wi-fi ( ) Internet de smartphone ( ) internet pública ( ) sem internet	Indique abaixo os sistemas e <b>elementos de segurança</b> presentes na casa ( ) Câmera de segurança ( ) Cerca elétrica ( ) Alarme ( ) Outro: _____
Materiais predominante na <b>cobertura</b> : ( ) Laje de concreto ( ) Telha de barro ou colonial ( ) Telha de Amianto ( ) Madeira ( ) Palha ( ) Outro: _____	Materiais predominante nas <b>paredes externas</b> : ( ) Madeira ( ) Bloco/ tijolo com revestimento em cerâmica ( ) Bloco/ tijolo no reboco ( ) Bloco/ tijolo com tinta industrial ( ) Bloco/ tijolo sem reboco ( ) Outro: _____
Materiais predominante no <b>piso</b> : ( ) Cimento ( ) Chão batido (terra) ( ) Madeira ( ) Revestimento em pedra (ardósia, granito, mármore) ( ) Revestimento cerâmico (porcelanato, azulejo) ( ) Outro: _____	De que maneira é feito o <b>descarte de lixo</b> ? ( ) descartado em lixeira na rua para coleta ( ) descartado em lixeira de rua próxima para coleta ( ) queimado ( ) outro: _____
Qual a forma de <b>abastecimento de água</b> utilizada na casa: ( ) Rede Geral; ( ) Poço artesiano; ( ) Cisterna; ( ) Mina próxima (com encanamento); ( ) Carro pipa; ( ) Água engarrafada; ( ) Outro: _____	O abastecimento é suficiente para o uso durante o decorrer de toda semana? ( ) sim; ( ) não

Indique a quantidade de **meios de transporte** que possui a família:

Automóvel: \_\_\_\_\_; Moto: \_\_\_\_\_; Bicicleta: \_\_\_\_\_; Cavalo: \_\_\_\_\_; ( ) outro, indique: \_\_\_\_\_

Qual o principal meio de **transporte** que você utiliza no dia-a-dia? ( ) automóvel próprio; ( ) moto própria; ( ) taxi  
( ) transporte clandestino; ( ) transporte público; ( ) bicicleta; ( ) outro, indique: \_\_\_\_\_

Como você classificaria a sua **relação com o núcleo familiar**?  
( ) conflituosa (vínculos fragilizados); ( ) harmoniosa  
( ) Com vínculos rompidos;

Possui familiares residindo na Vila Serrinha?  
( ) sim; ( ) não.

Possui familiares residindo na cidade? ( ) sim; ( ) não.

Recebe amigos/familiares em casa? ( ) sim; ( ) não.

Indique a proximidade da moradia com as casas vizinhas:

- ( ) Conjugada/pareado (com parede conjunta)  
( ) Ao lado sem entrada independente  
( ) Ao lado com entrada independente  
( ) Na mesma rua e menos de 100m<sup>2</sup> de distancia  
( ) Mais de 100m<sup>2</sup> de distancia

Indique a quantidade de vizinhos que conhece:

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	+ 10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	------

Como é a **relação com os vizinhos**?

- ( ) de proximidade/cordialidade;  
( ) de cuidado e ajuda mútua;  
( ) conflituosa  
( ) Não possui vínculos.

Você possui participação política na comunidade? ( ) Sim; ( ) Não.

Se sim, ela está associada a que entidade? ( ) Partidos políticos; ( ) Sindicato; ( ) Cooperativas;  
( ) movimentos sociais; ( ) conselho de direitos; ( ) associações comunitárias.

Indique os equipamentos/serviços públicos em que a família possui cadastro ou acessa (considerando os últimos 3 anos):

( ) UBS; ( ) CRAS; ( ) SINE; ( ) CREAS; ( ) Habitação; ( ) CRIA; ( ) RECREAVIDA; ( ) UFOP  
( ) Renova; ( ) Cadastro Único; ( ) Escolas; ( ) Creche

Qual sua satisfação referente as políticas sociais municipais:

( ) satisfeito; ( ) parcial; ( ) insatisfeito

Ja tiveram o acesso negado por alguma política social municipal? ( ) sim; ( ) não.

Se sim, indique qual: \_\_\_\_\_

A família tem intenção de se mudar nos próximos anos? ( ) Sim; ( ) Não.

Se sim, o que motiva a intenção de mudança?

- ( ) Motivos relacionados a trabalho;  
( ) Motivos relacionados a estudo  
( ) Motivos econômicos;  
( ) Motivos familiares (maior proximidade com a família, por exemplo);  
( ) Oferta de infraestrutura, educação, saúde e oferta de serviços;  
( ) Qualidade de vida (poluição, violência etc);  
( ) Outro: \_\_\_\_\_

Está inserido em trabalho ligado a área da mineração?  
( ) sim; ( ) não.

Se sim, há quanto tempo: \_\_\_\_\_ (anos ou meses)

Indique a quantidade de empregos formais que você teve anteriormente, ligado à área da mineração: \_\_\_\_\_

**Responder as próximas perguntas se estiver inserido na mineração.**

<p>Indique a condição do trabalho:</p> <input type="checkbox"/> temporário <input type="checkbox"/> contínuo	<p>Indique se o trabalho requerer formação específica:</p> <input type="checkbox"/> curso específico; <input type="checkbox"/> formação técnica; <input type="checkbox"/> formação superior.
<p>Como aconteceu o acesso ao trabalho:</p> <input type="checkbox"/> se deu através do SINE <input type="checkbox"/> mediado por lideranças políticas <input type="checkbox"/> mediado com lideranças comunitárias <input type="checkbox"/> mediada por familiares <input type="checkbox"/> mediação por "padrinho" inserido na empresa <input type="checkbox"/> mediado junto própria empresa <input type="checkbox"/> outra maneira: _____	<p>Indique o principal meio de transporte que você utiliza para o trabalho:</p> <input type="checkbox"/> automóvel <input type="checkbox"/> Motocicleta <input type="checkbox"/> Bicicleta <input type="checkbox"/> Ônibus <input type="checkbox"/> Outro: _____
<p>Quanto tempo você leva para se deslocar para o trabalho? _____ horas.</p>	<p>O transporte é disponibilizado pelo empregador?  <input type="checkbox"/> sim; <input type="checkbox"/> não.</p>
<p>Quantidade de horas diárias trabalhada: _____ hs.</p>	<p>Quantidade de horas diárias trabalhada: _____ hs.</p>
<p>Existe o pagamento de horas extra trabalhada?  <input type="checkbox"/> sim; <input type="checkbox"/> não.</p>	<p>A empresa disponibiliza alojamento ou moradia para os trabalhadores?  <input type="checkbox"/> sim; <input type="checkbox"/> não.</p>
<p>Possui plano de saúde vinculado ao trabalho?  <input type="checkbox"/> sim; <input type="checkbox"/> não.</p>	<p>Se sim, a cobertura abrange toda família?  <input type="checkbox"/> sim; <input type="checkbox"/> não.</p>
<p>Quais benefícios possui vinculado ao trabalho:</p> <input type="checkbox"/> auxílio alimentação <input type="checkbox"/> auxílio transporte <input type="checkbox"/> auxílio moradia <input type="checkbox"/> auxílio educação <input type="checkbox"/> atendimento psicológico <input type="checkbox"/> formação continuada	<p>Já sofreu acidente no trabalho?  <input type="checkbox"/> sim; <input type="checkbox"/> não.</p>
	<p><b>Obrigado(a)!</b></p>

## ANEXOS C - PARECER CEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A CONDIÇÃO DE MIGRANTES EM CIDADES MINERADORAS: O CASO DE MARIANA, MG

**Pesquisador:** NEIDE MARIA DE ALMEIDA PINTO

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 69897123.1.0000.5153

**Instituição Proponente:** Departamento de Economia Doméstica

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.149.880

#### Apresentação do Projeto:

O presente protocolo foi enquadrado como pertencente à Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas.

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_2142293), da Carta Resposta às pendências e/ou do Projeto Detalhado:

1. **INTRODUÇÃO:** A pesquisa está vinculada programa de pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, e será desenvolvida na cidade de Mariana-MG, sendo delimitado o território da Vila Serrinha e as famílias residentes nessa localidade, que se constitui por moradias irregulares, com ênfase nos migrantes que buscam melhores condições na cidade. Caracteriza-se pela abordagem quanti-qualitativa; e classifica-se, ainda, como descritiva-explicativa. A pesquisa visará contribuir para os estudos já realizados sobre a temática, contribuindo para a reflexão dos impactos da mineração na dinâmica urbana, particularmente, no contexto das famílias de baixa renda que migram para essas cidades buscando novas oportunidades de vida e de trabalho.

2. **HIPÓTESE:** O processo de urbanização extensiva gerado a partir das mineradoras influi no

**Endereço:** Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes  
**Bairro:** Campus Universitário **CEP:** 36.570-977  
**UF:** MG **Município:** VICOSA  
**Telefone:** (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 6.149.880

processo migratório e no ambiente construído da cidade. Entre as famílias migrantes geradas a partir dessas atividades, as redes familiares, de vizinhança e institucionais são vitais para a reprodução dos grupos sociais de baixa renda e seu acesso à cidade.

### 3. METODOLOGIA:

Proposta: entrevistas semiestruturadas e questionários até a saturação e pesquisa documental.

Análise: Os dados estatísticos coletados através do banco de dados do Cadastro Único e Gesuas, serão sistematizados e analisados em tabelas e gráficos, acrescido dos dados auferidos nas aplicações das entrevistas, os quais serão codificados. A tabulação dos dados será realizada de maneira eletrônica com a utilização de software e a apresentação dos dados de maneira sistematizada, de maneira que possibilite a análise dos dados com ênfase qualitativa. A análise das falas das entrevistas (modelo de formulário segue no apêndice A), para além da discussão descritiva e estatística, possibilitará o trato dos dados coletados nas entrevistas de maneira a desvendar elementos por detrás do aparente. A análise dos dados será sistematizada em contextos e unidades de registro, que terá o mapeamento e organização inicial, seguido pelo tratamento aprofundado dos dados alinhado as interrogações e fundamentação teórica, seguido pela análise final, em um horizonte de desvendar o conteúdo para além do fenômeno manifestado.

### 4. CRITÉRIOS DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO:

Critério de Inclusão: Indivíduos com idade superior a 18 anos e com residência na Vila Serrinha.

Critério de Exclusão: Imóveis edificados como ponto comercial, bares, igrejas e outros, que não tenham características de moradia.

### Objetivo da Pesquisa:

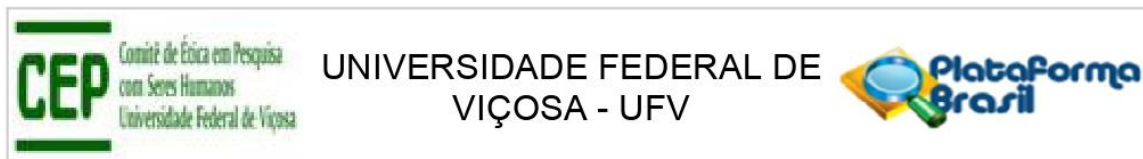
De acordo com os pesquisadores:

Objetivo primário: Compreender como migrantes com diferentes trajetórias e ocupações profissionais se inserem em um contexto de cidades mineradoras, a partir de sua condição de irregularidade.

Objetivo secundário: Objetiva-se especificamente:

- Caracterizar a condição de migrantes das famílias em termos das suas trajetórias ocupacionais e

**Endereço:** Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes  
**Bairro:** Campus Universitário **CEP:** 36.570-977  
**UF:** MG **Município:** VICOSA  
**Telefone:** (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 6.149.880

de vida;

- Caracterizar as redes familiares, de vizinhança e institucionais acionadas pelas famílias migrantes, enquanto aportes para a sua reprodução social;
- Caracterizar a atividade de mineração enquanto um aporte de oportunidades de emprego e de inclusão social para as famílias migrantes;
- Caracterizar o acesso à cidade pelos migrantes em termos dos espaços frequentados e dos serviços acionados por eles e em que medida esses lhes possibilitam um rompimento com a sua condição de marginalidade.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os pesquisadores apresentam no formulário online da Plataforma os seguintes Riscos: Considera-se que os riscos da execução desta pesquisa são mínimos, como a timidez e sensação de constrangimento causada, situações que serão suprimidas com as orientações relacionadas a importância do estudo e sigilo da participação manifestada em termo (TCLE). Como toda pesquisa, algumas limitações podem ser encontradas no percurso para realização do estudo, como a não aceitação à participação e limitação nas respostas pelos participantes. Na busca pelos dados quantitativos ao utilizar a aplicação de questionários, pode ser deparado com o desafio da morosidade, duração e custo, conforme estudado por Quivy e Campenhoudt (2005).

e os seguintes Benefícios: A pesquisa visará contribuir para os estudos já realizados sobre a temática, contribuindo para a reflexão dos impactos da mineração na dinâmica urbana, particularmente, no contexto das famílias de baixa renda que, muitas vezes, migram para essas cidades buscando novas oportunidades de vida e de trabalho. O estudo abre norte para relacionar nesse processo, a transversalidade entre as ações governamentais com a população empobrecida, gerando dados que tornam o estudo relevante enquanto subsídio para a implementação de políticas públicas, bem como, possa fomentar novas pesquisas no contexto das Ciências Sociais Aplicadas e, particularmente, vinculadas às linhas de pesquisa do Programa de Pósgraduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa - UFV.

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Os pesquisadores propõem estudo unicêntrico, no país e observacional por meio de aplicação de questionário e entrevistas semi-estruturadas, do tipo qualitativo/quantitativo, conforme descrito em "Metodologia" no campo "Apresentação do Projeto" acima. O número de participantes está estimado em 25. O orçamento total é de R\$ 6.000,00. A coleta de dados está apontada no

<b>Endereço:</b> Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes	
<b>Bairro:</b> Campus Universitário	<b>CEP:</b> 36.570-977
<b>UF:</b> MG	<b>Município:</b> VICOSA
<b>Telefone:</b> (31)3612-2316	<b>E-mail:</b> cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 6.149.880

cronograma como iniciando em 06/2023 e o término está programado para 02/2024. Houve pendência devidamente respondida pelos(as) pesquisadores(as). Segundo o padrão de tipificação da pesquisa, constante na Resolução CNS nº 674/2022, o delineamento do estudo se caracteriza como: I) Estudo que visa descrever ou compreender fenômenos que aconteceram ou acontecem no cotidiano do participante de pesquisa; II) Não há intervenção no corpo humano; III) TIPO A3 (Entrevista, aplicação de questionários, grupo focal ou outras formas de coleta dirigida de dados). Portanto, a tramitação do presente protocolo é simplificada.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os pesquisadores acostaram no formulário online:

TCLE;

Roteiro de entrevista;

Cronograma sem compromisso explícito de iniciar a pesquisa após a aprovação do sistema CEP/Conep;

Projeto de pesquisa;

Autorização da Direção da Escola Esedrat;

Folha de rosto assinada;

**Recomendações:**

Não se aplica.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

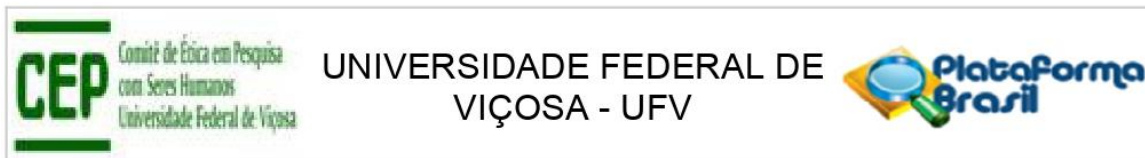
Aprovado.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Ao término da pesquisa é necessário apresentar, via notificação, o Relatório Final (modelo disponível no site [www.cep.ufv.br](http://www.cep.ufv.br)). Após ser emitido o Parecer Consubstanciado de aprovação do Relatório Final, deve ser encaminhado, via notificação, o Comunicado de Término dos Estudos para encerramento de todo o protocolo na Plataforma Brasil.

Projeto aprovado autorizando o início da coleta de dados com os seres humanos a partir da data de emissão deste parecer.

**Endereço:** Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes  
**Bairro:** Campus Universitário **CEP:** 36.570-977  
**UF:** MG **Município:** VICOSA  
**Telefone:** (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



Continuação do Parecer: 6.149.880

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2142293.pdf	25/06/2023 20:13:27		Aceito
Outros	Carta_resposta.docx	25/06/2023 20:12:00	NEIDE MARIA DE ALMEIDA PINTO	Aceito
Outros	QUESTIONARIO_modificado.docx	25/06/2023 19:59:34	NEIDE MARIA DE ALMEIDA PINTO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_modificado.docx	25/06/2023 19:57:38	NEIDE MARIA DE ALMEIDA PINTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_modificado.docx	25/06/2023 19:57:11	NEIDE MARIA DE ALMEIDA PINTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_modificado.docx	25/06/2023 19:56:48	NEIDE MARIA DE ALMEIDA PINTO	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	23/05/2023 20:00:16	NEIDE MARIA DE ALMEIDA PINTO	Aceito
Outros	Roteiro.pdf	23/05/2023 19:59:50	NEIDE MARIA DE ALMEIDA PINTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	23/05/2023 19:58:56	NEIDE MARIA DE ALMEIDA PINTO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	23/05/2023 19:58:25	NEIDE MARIA DE ALMEIDA PINTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_completo.pdf	23/05/2023 19:43:33	NEIDE MARIA DE ALMEIDA PINTO	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Pedro.pdf	23/05/2023 19:39:21	NEIDE MARIA DE ALMEIDA PINTO	Aceito
Outros	Curriculos_Lattes_Neide.pdf	23/05/2023 19:38:59	NEIDE MARIA DE ALMEIDA PINTO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Pedro.pdf	23/05/2023 14:35:35	NEIDE MARIA DE ALMEIDA PINTO	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Endereço:** Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes  
**Bairro:** Campus Universitário **CEP:** 36.570-977  
**UF:** MG **Município:** VICOSA  
**Telefone:** (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
VIÇOSA - UFV



Continuação do Parecer: 6.149.880

VICOSA, 29 de Junho de 2023

---

**Assinado por:**  
**Guilherme de Azambuja Pussieldi**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Universidade Federal de Viçosa, Avenida PH Rolfs s/n, Edifício Arthur Bernardes  
**Bairro:** Campus Universitário **CEP:** 36.570-977  
**UF:** MG **Município:** VICOSA  
**Telefone:** (31)3612-2316 **E-mail:** cep@ufv.br